



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia
Mestrado Profissional em Biblioteconomia

DANIELLE CARVALHO DE OLIVEIRA

O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA NA BIBLIOTECA ESCOLAR:
potencialidades abertas pela pesquisa bibliográfica em ação cultural na
contemporaneidade

Rio de Janeiro

2022

DANIELLE CARVALHO DE OLIVEIRA

O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA NA BIBLIOTECA ESCOLAR:
potencialidades abertas pela pesquisa bibliográfica em ação cultural na
contemporaneidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha

Rio de Janeiro

2022

O48 Oliveira, Danielle Carvalho de.
A construção da identidade negra na biblioteca escolar do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus São Gonçalo: potencialidades abertas pela pesquisa bibliográfica em ação cultural na contemporaneidade / Danielle Carvalho de Oliveira. – Rio de Janeiro, 2022.
135 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Gustavo Silva Saldanha.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2022.

Referências: f. 124-135.

1. Biblioteca escolar – Instituto Federal do Rio de Janeiro. 2. Identidade negra. 3. Ação cultural. 4. Lei Federal 10.639/2003. I. Saldanha, Gustavo Silva. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

CDD 305.8

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIELLE CARVALHO DE OLIVEIRA

O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA NA BIBLIOTECA ESCOLAR:
potencialidades abertas pela pesquisa bibliográfica em ação cultural na
contemporaneidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em: 29 de julho de 2022.

Prof. Dr. Gustavo Saldanha (Orientador) - Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Alberto Calil Junior - Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Leyde Klebia Rodrigues da Silva - Titular Externo
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof^a. Dr^a. Patrícia Vargas Alencar - Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra - Suplente Externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu companheiro Max por todo incentivo, zelo e carinho dedicados a mim durante todo esse tempo em que estamos juntos. Além da sua dedicação aos cuidados com nosso filho nos momentos de minha ausência.

Minhas queridas Lianne (irmã) e Jessika (amiga) que estiveram em todas as horas revisando pacientemente e de forma brilhante toda a minha dissertação. Ao meu chefe Filipe por toda sensibilidade e gentileza dedicadas a mim durante essa jornada.

Ao meu orientador Dr. Gustavo Silva Saldanha, por incentivar nos meus momentos de crise e pela prontidão em me auxiliar nas minhas constantes incertezas e ideias confusas.

Minha luta diária é para ser reconhecida como
sujeito, impor minha existência numa sociedade
que insiste em negá-la.

Djamila Ribeiro

RESUMO

O tema do projeto versa sobre o reconhecimento da memória e da identidade negra na biblioteca escolar. Para isso torna-se fundamental o olhar histórico sobre a compreensão do racismo na sociedade brasileira, na biblioteconomia e das interpretações/representações sobre a cultura negra que tem sido manifestada na Literatura biblioteconômica depois da adoção da Lei Federal nº 10.639 em 2003. O objetivo deste trabalho é identificar, sistematizar teorias, métodos e técnicas para o desenvolvimento de ações culturais voltadas para a valorização das culturas negras na Biblioteca Escolar da IFRJ, campus São Gonçalo. Para tal, sugere a criação de Diretrizes de atuação podendo contribuir para que bibliotecários escolares difundem por meio de ações culturais a cultura Africana e/ou Afro-Brasileira ao corpo discente, através da mediação da leitura literária e mediação oral. Para o desenvolvimento do estudo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com o propósito de apresentar considerações acerca da ação cultural enquanto trabalho dinâmico que transversa a memória e identidades de cultura negra e sua aplicação na biblioteca. Os resultados apontam que os bibliotecários apresentam pouca atuação no desenvolvimento de ações culturais voltadas para questões étnico raciais em Bibliotecas Escolares, provavelmente, em consequência da fragilidade de políticas públicas, pela carência de estruturação das disciplinas obrigatórias de cursos oferecidos pelas universidades; e a falta de incentivos das autoridades governamentais. Esta obra pretende contribuir para o processo de reflexão e ação de profissionais educacionais da informação na elaboração de estratégias de combate ao racismo nas bibliotecas brasileiras.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar – Instituto Federal do Rio de Janeiro; Identidade Negra; Ação Cultural; Lei Federal 10.639/2003.

ABSTRACT

The theme of the project deals with the recognition of black memory and identity in the school library. For this it becomes fundamental the historical look about the understanding of racism in Brazilian society, in librarianship and the interpretations/representations about black culture that have been manifested in librarianship literature after the adoption of the Federal Law No. 10.639 in 2003. The objective of this work is to identify, systematize theories, methods and techniques for the development of cultural actions aimed at the valorization of black cultures in the School Library of IFRJ, São Gonçalo campus. To this end, it suggests the creation of guidelines for action that can contribute to school librarians to disseminate through cultural actions the African and/or Afro-Brazilian culture to the student body, through the mediation of literary reading and oral mediation. For the development of the study, the methodology used was bibliographic research with the purpose of presenting considerations about cultural action as a dynamic work that transverses the memory and identities of black culture and its application in the library. The results indicate that librarians have little action in the development of cultural actions focused on ethnic and racial issues in school libraries, probably as a result of the fragility of public policies, the lack of structuring of compulsory courses offered by universities and the lack of incentives from government authorities. This work intends to contribute to the process of reflection and action of educational professionals of information in the development of strategies to combat racism in Brazilian libraries.

Keywords: School Library – Instituto Federal do Rio de Janeiro; Black Identity; Cultural Action; Federal Law 10.639/2003.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa com a localização dos campos do IFRJ.....	66
Quadro 1 - Perfil racial dos alunos do campus de São Gonçalo do IFRJ.....	70
Quadro 2 - Estratégia de busca e descritores	72
Quadro 3 - Análise do Corpus a partir das variáveis analíticas	80
Quadro 4 - Análise descritiva da Categoria Teórica “Planejamento e Ação	84
Quadro 5 - Análise descritiva da Categoria Teórica “Relações Étnico Raciais”	85
Quadro 6 - Análise descritiva da Categoria Teórica “Ação Cultural e Biblioteca	87
Quadro 7 - Análise descritiva da categoria Teórica “Ação Cultural e Biblioteca Pública”	88
Quadro 8 - Análise discursiva da Categoria Teórica “Planejamento e Ação	91
Quadro 9 - Análise discursiva da Categoria Teórica “Relações Étnico Raciais”	95
Quadro 10 - Análise discursiva da Categoria Teórica “Ação cultural em Ação Cultural e Biblioteca Escolar	97
Quadro 11 - Análise discursiva da Categoria Teórica “Ação cultural e Biblioteca Pública”	101
Tabela 1 - Levantamento bibliográfico na Base de Dados	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
Benancib	Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação
Brapci	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da informação
CEFETQ	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIC	Formação Inicial e Continuada
IAP	<i>International Advocacy Programme</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IF	Institutos Federais
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions /</i>
IFRJ	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Contínua	
PRONATEC	Programa de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
REFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica integrado ao Ministério da Educação
TEN	Teatro Experimental do Negro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MARCO TEÓRICO	18
2.1	CONCEITOS DE RAÇA E RACISMO.....	20
2.2	CONCEPÇÕES DE RACISMO: INDIVIDUALISTA, INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL.....	23
2.2.1	Concepção individualista	23
2.2.2	Concepção institucional	25
2.2.3	Concepção estrutural	26
2.2.4	Relações raciais no Brasil	28
2.2.5	Identidade negra: entre subjugações e resistências	31
2.3	LEI FEDERAL 10.639/2003: UMA LUTA PELA RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA NO PAÍS.....	41
2.4	DA BIBLIOTECA À AÇÃO CULTURAL.....	46
2.5	A BIBLIOTECONOMIA, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE: UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO IDENTITÁRIA DAS CULTURAS NEGRAS DO BRASIL.....	59
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
3.1	CONTEXTO DA PESQUISA: CONHECENDO O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ).....	64
3.1.1	Sistema de Bibliotecas do IFRJ	66
3.1.2	Campus São Gonçalo	68
3.2	A CONSTRUÇÃO DO CORPUS BIBLIOGRÁFICO.....	71
3.3	OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE PARA A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS... 74	
4	ANÁLISE DE CONTEÚDO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	77
4.1	APRESENTAÇÃO DO CORPUS.....	77
4.2	ANÁLISE.....	83
4.2.1	Categorias Analíticas Descritivas	83
4.2.2	Categorias Teóricas	90
4.3	DISCUSSÃO.....	103
5	PROPOSTA PARA O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA NA BIBLIOTECA ESCOLAR – CAMPUS SÃO GONÇALO	103

5.1	PROPOSTA DE ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA IFRJ - CAMPUS- SÃO GONÇAO.....	108
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

A luta contra a discriminação racial, após a abolição da escravatura é uma resistência que acompanha as sociedades negras. Depois de mais de 100 anos da abolição, essas sociedades ainda sofrem com as consequências desse período que na contemporaneidade são representadas pelas desigualdades sociais, democráticas e educacionais

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 97 milhões de pessoas se declaram pretas ou pardas. Os dados evidenciam também a disparidade de desigualdades entre negros e brancos nas áreas de educação, saúde, renda de trabalho, política e violência (IBGE, 2011).

No que concerne à educação, a taxa de analfabetismo tem decaído nos últimos anos no Brasil, mas a desigualdade persiste com números elevados. Os dados mostram que 9,1 % deste segmento são considerados analfabetos funcionais, enquanto entre os brancos a taxa é de 3,9% (IBGE, 2018).

A pandemia da covid-19¹ tem sido marcada pela forma desproporcional que atinge populações com vulnerabilidade socioeconômica, para além daquele/as que apresentam comorbidades e idade elevada, como no caso dos/as idoso/as. Neste sentido, especialistas são contundentes ao afirmar que comunidades negras fiquem mais suscetíveis ao contágio do vírus diante das desigualdades e precariedade habitacional vivenciadas. Dados do Ministério da Saúde reforçam esta constatação ao demonstrar que as hospitalizações agudas ou graves de pretos e pardos representam 23,1% do total, sendo que as mortes dessa parcela somam 32,8% do total dos infectados pelo covid-19 (MENA, 2020).

O acesso ao mercado de trabalho à população negra no Brasil também é uma barreira que ainda é vivenciada por homens e mulheres negras com alta taxa de desemprego que os atinge, quando não melhor das alternativas ocupam trabalho informal, precarizado e com a remuneração inferior à das pessoas brancas. A

¹ A covid-19, a doença do coronavírus, que começou na China em 2019 e se espalhou para todo o mundo em um curto período de tempo, trouxe muitas mudanças no cotidiano da sociedade, não só na saúde, mas também na educação, no comportamento político, e setores econômicos. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/coronavirus-espalhou-rapidamente-mundo-fim-2019-estudo-mutacoes-origem.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que os negros representam 72,9% dos desocupados do país, de um total de 13,9 milhões de pessoas nessa situação. De acordo com o levantamento, 11,9% dos sem ocupação são pretos e 50,1%, pardos (LISBOA; OLIVEIRA; SOUZA, 2021).

A violência é uma das principais causas de mortes de negros no país, tornando-se um marcador que diferencia o tratamento desigual entre os segmentos populacionais. Na década de 2007 a 2017, a morte de pretos e pardos no Brasil resultante da violência cresceu dez vezes mais do que contra brancos (IPEA; FBSP, 2019). De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Brasil está entre os países mais violentos do mundo, com elevado número de mortes por assassinato, sendo a população negra mais atingida (IPEA; FBSP, 2018, 2019).

As resistências contra as violências dirigidas à população negra também se fortalecem neste contexto de racismo na atualidade, sendo o levante antirracista que explodiu inicialmente nos Estados Unidos no ano de 2020, símbolo contemporâneo que teve impacto no mundo todo. A referida insurgência antirracista Norte-americanas se deu a partir do episódio do assassinato do cidadão negro americano George Floyd, 46 anos, vítima da violência de um policial branco, no dia 25 de maio de 2020². A frase "*I can't breathe*"³ citada por George no momento que asfixiado brutalmente pelo policial branco ecoou por todos os cantos do planeta, sendo lema de vários atos antirracistas.

O Brasil não escapa dessa onda de levantes antirracista que se alastrou no mundo, disparada nos Estados e no ano 2020 também aconteceu a manifestação em várias capitais diante das recentes violências que provocaram a morte de jovens e adultos negros pelas polícias e seguranças.

É exemplar o assassinato do menino João Pedro, 14 anos, negro, morador da periferia do Rio de Janeiro, alvejado por dezenas de balas em maio de 2020⁴ em sua

² Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

³ Eu não consigo respirar

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-e-baleado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

residência. Em 19 de novembro de 2020, um dia antes do Dia da Consciência Negra, dois seguranças brancos espancaram, até a morte, João Alberto Silveira Freitas, homem negro, de 40 anos, na rede de Hipermercados Carrefour⁵. Esse cidadão foi acusado de discutir e gritar com uma funcionária, em uma unidade da empresa em Porto Alegre.

O cenário de violência e desigualdades sociais pela qual a população negra vivência são fatos que refletem a falta de reconhecimento social que levam esses indivíduos a não serem representados e não estarem no mesmo patamar de escolaridade que a população branca. Desta maneira, a falta de representatividade e a pobreza que o cercam são dos entre tantos fatores para a evasão escolar.

A Biblioteca Escolar enquanto instituição sociocrítica tem como missão promover a consciencialização positiva no que se refere à diversidade cultural e o diálogo cultural, apoiando a inclusão e participação de pessoas e grupos das várias origens culturais (IFLA, 2006). Segundo este manifesto - sobre a biblioteca multicultural – cabe a biblioteca escolar proporcionar a todos os membros da comunidade, independentemente da sua herança cultural e linguística, concedendo-lhes acesso a materiais e serviços diversificados que reflitam as suas necessidades.

Porém, essa instituição enquanto aparelho do estado, ainda apresenta um cenário de desigualdade e violência vivenciado pela população negra ao carregar marcas de uma sociedade conservadora, patriarcal, racista que permanece desde a colonização. Nela também estão representados conflitos sociais, culturais e ideológicos presentes na sociedade o que complexifica sua atuação mediadora, formadora da igualdade e inclusão social na sua tarefa (MILANESI, 1986).

Assim posta, a biblioteca está longe de incorporar as temáticas raciais contrapondo-se à sua tarefa instituidora crítica. Esta resistência e/ou omissão tem com uma das facetas a influência do mito da democracia racial no Brasil e sua falsa ideia que não existem problemas raciais no país, dada a miscigenação presente e pela valorização da ideologia do embranquecimento que imperou no país após a abolição da escravatura na tarefa de apagar as raízes negras da formação cultural brasileira. Tal ideologia também é ferramenta para fomentar a branquitude que se

⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/11/joao-alberto.shtml>.

Acesso em: 10 ago. 2021.

define como uma consciência silenciada, incapaz de admitir sua participação em conflitos raciais e resiste em relacionar-se com a experiência dos que recebem a violação do preconceito (SODRÉ, 1999).

Neste sentido, uma atuação contra-hegemônica da biblioteca seria auxiliar o processo de aprendizagem com incentivos à leituras que provoquem a discussão sobre as questões raciais na escola, no bairro, no município, no país, assim como na capacitação dos professores em relação à história, cultura africana e afrodescendentes, incentivando-os a despir-se dos preconceitos, lutar pela cidadania da população negra, debater sobre a diversidade e a cultura africana no país em suas aulas.

Cabe ressaltar que o estabelecimento da Lei Federal nº 10.639 de 2003 que determina o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira configurou-se como importante instrumento normativo para orientar o papel dos profissionais nas escolas em direção a uma atuação antirracista. Essa iniciativa, além de ter o potencial de direcionar a prática docente na desconstrução de práticas racistas no ambiente escolar, proporciona subsídios para a atuação do bibliotecário comprometido com as questões raciais nas instituições do país.

Diante dos argumentos expostos, a pesquisa se guiará pela seguinte questão: quais práticas educativo-culturais estão sendo desempenhadas para reconhecimento da cultura negra nas bibliotecas escolares na Literatura científica?

Tendo em vista essas argumentações, o objetivo geral da pesquisa é:

- Identificar, sistematizar teorias, métodos e técnicas para o desenvolvimento de ações culturais voltadas para a valorização das culturas negras na Biblioteca Escolar da IFRJ, campus São Gonçalo

Quanto aos seus objetivos específicos propõem-se:

- ✓ Identificar nas teorias de ação cultural os discursos de legitimação da memória da cultura negra nas bibliotecas.
- ✓ Verificar na Literatura Biblioteconômica a manifestação de planos e ações dos bibliotecários para difusão da literatura africana e ou/afro brasileira.

- ✓ Analisar planos / ações de mediação cultural e oralidade na produção bibliográfica em Biblioteconomia mediante a implementação da lei 10.639/2003.

A referida pesquisa parte da preocupação de uma política de silenciamento de práticas educativo-culturais instauradas na biblioteca escolar que anulam a história negra como constituidora da memória do país. Desta forma suspeita, da omissão e/ou invalidação das questões raciais e a valorização da cultura negra dentro da dinâmica das instituições educativas.

Ao mesmo tempo, busca refletir sobre o aporte da informação e da memória para uma possível transformação desta realidade, e a importância do profissional da informação, como agente de mudança. Observa-se que há significativa carência de fontes, sobre o tema e desconhecimento das abordagens e práticas educativas por parte dos pesquisadores e movimentos sociais negros no país (CARDOSO, F., 2011).

Outro aspecto relevante é o fato da autora, ser bibliotecária, negra, trabalhar em uma biblioteca escolar na unidade de São Gonçalo do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), e lidar diretamente com o serviço de referência que a biblioteca oferece. A partir dessa experiência pessoal, surgiu a inquietação de que algumas limitações institucionais comprometem o desempenho da biblioteca na valorização da memória e identidades negras. Nesse sentido, instigou-me a necessidade de analisar a biblioteca escolar em questão e identificar possíveis causas da carência de práticas educativo-culturais relacionadas à cultura africana e as estratégias para sua aplicação no contexto bibliotecário. A investigação também mobilizou para o desenvolvimento de estratégias que revertam a ausência de reconhecimento e valorização da cultura negra no Brasil.

Em um país marcado pelo abismo racial e de renda compreender e desenvolver a educação antirracista é essencial para que a justiça e a sociedade sigam juntas. Entretanto, por que ainda existem barreiras para a promoção de uma educação antirracista no Brasil?

Por fim, a pesquisa vela pela continuidade do aprofundamento teórico acerca das questões de desigualdades raciais e segregação nos espaços informacionais, tendo como finalidade a adoção de uma política de disseminação da informação mais consciente no reconhecimento da identidade negra nas Bibliotecas brasileiras.

Cabe destacar que disciplinas do programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) contribuíram substancialmente no percurso do meu projeto que teve início em agosto de 2019 a outubro de 2020.

No segundo semestre de 2019, a disciplina ministrada pela professora Dra. Patrícia Vargas “Práticas literárias na formação do leitor: reflexões sobre a mediação da leitura em biblioteca” levantou temas como mediação da informação, narrativas orais que abordaram a temática da pesquisa ao aprimorar a análise sobre a preservação da memória da cultura negra nas bibliotecas. Quanto à disciplina “Fundamentos e Perspectivas da Biblioteconomia”, ministrada pelo professor Dr. Carlos Henrique Juvêncio contemplou assuntos acerca da prática biblioteconômica contemporânea, perfil do usuário e serviços de informação, permitindo a reflexão crítica sobre a biblioteconomia e suas tendências. Ademais, contribuiu para a busca dos autores da área de Biblioteconomia relacionados ao projeto da pesquisa, enriquecendo, desta forma, a produção bibliográfica.

A disciplina “Bibliotecas, Memória e Resistência”, ministrado pela professora Dra. Daniele Achilles no segundo semestre, trouxe considerável auxílio contudista ao projeto, ao destacar abordagens teóricas da memória relativas às bibliotecas e instituições de memória. A disciplina aproximou-me das concepções do pensamento de Michael Foucault com ressalvas ao conceito de “sociedade disciplinar”, período onde o “gesto disciplinar” era um mecanismo de estratégias de poder preponderante produzindo subjetividades, elaborado pelo teórico. A compreensão desta referência conceitual ajudou a iluminar os aspectos políticos e sociais das bibliotecas e da atuação do bibliotecário em utilizar estratégias criativas visando o combate ao assujeitamento e tendo uma rememoração para o futuro.

A fim de alcançar esses propósitos, a presente dissertação está dividida em seções, sendo estas a introdução, o marco teórico, a metodologia, análise de conteúdo e discussão de resultados, o produto da pesquisa e considerações finais.

Na primeira seção, encontram-se debates sobre as facetas do racismo no Brasil e no mundo; a relevância social e cultural no contexto da Biblioteca escolar para o reconhecimento de práticas antirracistas para o reconhecimento da identidade negra nesses espaços. Apresenta os objetivos gerais e específicos que nortearão a

incursão da pesquisa sobre a temática e a justificativa que apontará a importância em discuti-la nos dias atuais. A seção 2 trará um panorama das formas de racismo instituídos na sociedade e como a sua prática afeta a construção da identidade dos indivíduos negros. Em seguida, aborda as práticas de ação cultural como instrumento de dinamização da atuação bibliotecária e nas Bibliotecas, e em específico a Biblioteca Escolar. A seção 4 exhibe os procedimentos metodológicos e a técnica utilizada para analisar os dados coletados no desenvolvimento da pesquisa. A seção 5 apresenta a análise dos resultados das produções acadêmicas recuperadas nas bases de dados bibliográficas estabelecidas nos procedimentos metodológicos. A seção 5 apresenta o produto (uma proposta de ação cultural para bibliotecas escolares) direcionadas ao corpo de funcionários da Biblioteca do IFRJ- Campus São Gonçalo. E por fim, a seção 6 que contará as considerações finais desta pesquisa.

2 MARCO TEÓRICO

As bibliotecas escolares constituem espaço contínuo dos pensamentos, ideologias sociais, particularmente, aquelas em torno da raça, foco da presente pesquisa. Desta forma, a presença de estereótipos negativados em torno da raça é uma realidade desses espaços informacionais, perpetuando o racismo existente na sociedade. Observa-se que professores e profissionais da informação não sabem lidar com os impactos das relações de discriminação e do racismo no contexto educacional face a desconsideração dos acontecimentos de uma sociedade desigual hierarquizada a partir da raça, ignorando esse tema na sua prática profissional cotidiana e na relação com os/as estudantes. Neste sentido, pode-se perceber o distanciamento de tais profissionais na formulação de práticas antirracistas e o compromisso de desnaturalizar as diferenças construídas a partir da ideia de raça. Sem a devida consideração no ambiente escolar, alunos/alunas, usuários dos espaços informacionais, acabam por internalizar ainda mais os efeitos do racismo instituído na sociedade.

Tal constatação foi observada pela presente pesquisadora na conversa entre 3 adolescentes do sexo masculino com idades entre 14 e 15 anos na biblioteca escolar que debatiam acerca da sua pertença racial. Durante o diálogo, um deles se identificou como negro, mas amenizou sua condição por justificar que a mãe era branca. O segundo adolescente, ainda com evidentes traços negroides, não se via como negro dada sua cor amarelada no dia-a-dia e que se avermelhava quando pegava sol. E por fim, o terceiro disse que não saberia identificar, a partir da ideia da miscigenação presente no Brasil por ser um país miscigenado. A rejeição desses adolescentes a se assemelhar com a raça negra traduz a renegação da cultura negra na sociedade e sua falta de reconhecimento social.

O episódio relatado atualiza as percepções das teorias racistas norte-americanas e europeias que foram legitimadas pelo pensamento científico brasileiro durante o século XIX para justificar a escravidão e exclusão negra. Teorias estas que postulavam a existência de uma hierarquização das raças, na qual a branca pertenceria à posição mais alta nessa escala e a negra à mais baixa, seguindo um paradigma evolucionista de interpretação do mundo. Dessa forma, atribuíram

características comportamentais e intelectuais às pessoas de acordo com seus traços fenotípicos, uma maneira de instituir “a continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas” (SCHWARCZ, 1993, p. 60).

Parece que este pensamento hegemônico no imaginário social, e observado no diálogo dos adolescentes acima, continua persistente, a despeito dos avanços legais para combatê-lo tais como a determinação da Lei Federal nº 10.639/2003, alterada pela Lei Federal nº 11.645/2008, e sancionada a partir de um longo processo político que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares do ensino fundamental e médio. A referida lei visa a transformação das práticas escolares diante do objetivo de reconhecer e valorizar a identidade, a história e cultura dos afro-brasileiros, e ao mesmo tempo garantir o reconhecimento e a valorização das raízes africanas no país. Esta lei representa um marco importante para a orientação da prática pedagógica e a efetivação de uma educação antirracista.

A biblioteca tradicional também tem buscado se reestruturar ao novo paradigma legal e, espera com isso a atuação de profissional, que oferece produtos e serviços informacionais, crítico e entendedor tanto do processo histórico de desigualdades raciais no país quanto dos impedimentos que limitam o acesso à educação negra, conforme veremos mais à frente.

À princípio, foram reunidos documentos da área biblioteconômica como dissertações e artigos científicos que embasam o tema proposto, bem como possibilitaram o conhecimento de outras referências bibliográficas, traçando abordagem teórica sobre a cultura afro-brasileira nas bibliotecas. O levantamento possibilitou extrair documentos que irão cumprir as metas dentro dos objetivos estabelecidos neste presente trabalho.

No decorrer da pesquisa, foram investigados bibliotecários que têm se dedicado aos estudos voltados à conscientização negra nas bibliotecas públicas e/ou escolares, a saber: Francilene Cardoso (2011); Franciéle Garcês da Silva (2019); Erinaldo Valério (2018). O caráter interdisciplinar da pesquisa motivou acrescentar conhecimentos de outras áreas do conhecimento na contemporaneidade, tais como: o filósofo Silvio Almeida (2018), o teólogo Helmut Renders (2020), o escritor das

culturas africanas Nei Lopes (2015), o historiador Lourenço Cardoso (2010), o psiquiatra Frantz Fanon (2008). Na área de educação foi analisado o pensamento de Kabengele Munanga (2015), Rodrigues (2019), Julio Are (2018), Castro (2015), Jeruse Romão (2005), Nilma Gomes (2003), Luis Oliveira e Monica Lins (2012), Mônica Lima e Souza (2004), Fernanda Pereira e Raquel de Freitas (2017) Isabela Bujato e Eloisio de Freitas (2020), que deram uma significativa contribuição acerca da temática. Destacam-se também autores que tratam do campo da memória, tais como o filósofo (1962), Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (2013), Michael Pollak (1989), Jô Gondar (2003), Liv Sivik (2009).

No tema cultura, ressalta-se autores das áreas de Biblioteconomia e Ciências Sociais que têm se dedicado a explorar questões acerca da ação e mediação culturais, dentre eles: Roque Laraia (2005), Víctor Flusser (1983), Jorge Santa Anna (2017), Clóvis Moura (1988), Alberto Manguel (2006), Ana Maria Cabral (1999), Josiel Santos (2015), Martha Nunes e Flaviana Santos (2020), Gustavo Saldanha (2016), Raquel Pereira (2016), Maria Christina Almeida (1987), Brené Brown (2016), Ana Carolina Martins (2017), Graziela Lima e Paulino Cardoso (2013), Tânia Regina da Rocha (2017) Vitória Gomes Almeida e Maria das Graças Targino (2018).

O quadro teórico assim conformado possibilitou as análises sobre: a) conceito de raça, racismo, seus processos de dominação, formas de assujeitamento e a representação estigmatizada da comunidade negra na sociedade; b) a Lei Federal nº 10.639/2003 como ferramenta de resgate da memória e da luta pela superação do racismo na educação escolar; a conceituação da memória e suas classificações na perspectiva de estudiosos sobre o assunto; c) a construção de políticas e ações culturais no âmbito das bibliotecas escolares enquanto trabalho dinâmico e transformador; e das relações entre o bibliotecário e a ação cultural, quanto a sua formação acadêmica e atuação profissional; e por fim d) as representações de legitimação da conscientização da cultura negra dentro do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação

2.1 CONCEITOS DE RAÇA E RACISMO

A raça e o racismo são temas polêmicos com variadas análises decorrentes de

diferentes áreas do saber. Alguns estudiosos entendem que a sua origem veio da palavra latina que significa raiz ou tronco; enquanto outros acreditam que ela tem origem na palavra italiana “*razza*”, que significa linhagem ou criação. Segundo Kabengele Munanga (2004), o que se pode exprimir é que seu significado sempre teve a pretensão de estabelecer classificações, primeiramente, o reino das plantas e animais e, posteriormente, na espécie humana. Sob a mesma linha de raciocínio, Silvio Almeida (2019) considera que a noção de raça como referência à categorização humana iniciou-se em meados do século XV e seu sentido está atrelado a contingências históricas em que foi utilizado. Assim, embora localizado no campo da biologia, o autor desnaturaliza a sua ideia ao situá-la no campo das relações históricas e sociais.

Desta forma, com o progresso da genética humana realizado pela ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), constatou-se que a raça não é uma realidade biológica e científica para classificar as raças. Mananga (2004) esclarece que patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes a uma mesma raça podem ser mais distantes que os referentes às raças diferentes. Um marcador genético característico de uma raça pode, embora com menor incidência, ser encontrado em outra raça.

A questão não foi nem a classificação de cor e traços morfológicos para se classificar os indivíduos, e sim estabelecer uma proporção de convicções acerca de atributos psicológicos, morais, culturais e intelectuais de um indivíduo sobre o outro, visando a hierarquização social, como bem revela o autor:

Assim, os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2003, p. 5).

Com o advento do século XX, as análises sobre classificação de humanidades tomam feição científica que, na visão de Munanga (2014), tinham um conteúdo mais doutrinário que almejava legitimar e justificar a dominação racial tanto nos aspectos

fenotípicos e morfológicos quanto nas referências políticas e nacionalistas. O nazismo foi um dos acontecimentos político-históricos mais contundente de incorporação de subsídios científicos (biológicos e humanos) para justificar a dominação racial na Alemanha, visando, por fim, subjugar e aniquilar o povo judeu.

Mascarada por uma conotação biológica, o uso do conceito de raça, neste sentido, é investido de sentido ideológico revestido por relações sociais de poder e dominação. Sua apropriação está atrelada às circunstâncias históricas em que é utilizada por estruturas políticas e ideológicas de cada nação que conformam o racismo

Silvio Almeida (2019) defende essa concepção ao definir que o racismo é uma forma sistemática de segregação que se apoia a partir da raça, e se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que geram desvantagens ou privilégios para indivíduos a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Reforçando essa ideia, Munanga (2004) considera que as práticas que justificam o racismo têm origens históricas que consumaram para a construção da ideologia racista. Origens estas que desaguaram na hierarquização das raças como superiores e inferiores. Um retrato dessa ideologia racista foi o regime denominado *apartheid*⁶ implementado na África do Sul, em 1948, no qual dividia os indivíduos em grupos raciais (negros, brancos, de cor, indianos). Essa política de separação, conforme expõe o autor acima, acarretou uma série de revoltas populares causando o banimento e a detenção de líderes antiapartheid como Nelson Mandela, sendo este futuramente o presidente da nação sul-africana.

Nas concepções de Rodrigues (2019), o racismo está atrelado a ideia do preconceito e a discriminação, sendo que o primeiro é uma elaboração de estigma construído antes de um fato realizado. Estabelece o estereótipo de um indivíduo na tentativa de simplificação daquilo que é complexo e homogeneizar os vários tipos humanos com representações que não encontram evidências na realidade, partindo, assim, de conjecturas precipitadas. A discriminação racial é manifestação do racismo na prática, tal como segregar espaços de acesso a determinados grupos.

A discriminação pode ser tanto de forma direta quanto indireta, que segundo Silvio Almeida (2019, p. 23):

⁶ separação

A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda lojas que se recusem a atender clientes de determinada raça.

Essa discriminação tem sido menos usual na atualidade por força das leis antirracistas estipuladas que penalizam indivíduos que praticam crime de racismo. Por outro lado, a discriminação indireta, como o próprio termo diz, é mais sutil e acontece de forma camuflada, escondida, de difícil averiguação.

Silvio Almeida (2019) complementa que a prática da discriminação racial se baseia nas relações de poder mantidas por determinados grupos, usufruindo de privilégios entre os grupos raciais e se manifestam pelos espaços econômicos, políticos e institucionais. Avança sua análise sobre o racismo e o explica a partir do campo individual, institucional e estrutural.

2.2 CONCEPÇÕES DE RACISMO: INDIVIDUALISTA, INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL

Este tópico objetiva explicitar as várias dimensões do racismo a partir da análise de Silvio Almeida (2019). No esforço de aprofundamento sobre o racismo, o autor destrincha as dimensões que o envolve, assim esclarecidas o racismo institucional, racismo individualista e o racismo estrutural. Ao definir as concepções do racismo, o autor não pretende realizar uma abordagem estanque, mas o insere no campo do Estado, da subjetividade e da economia.

2.2.1 Concepção individualista

A concepção individualista do racismo restringe a análise nos comportamentos individuais, como também de grupos isolados e normalmente tem sido concebida como uma espécie de anormalidade ou patologia de quem pratica. Vista sob o aspecto da irracionalidade, a concepção individualista ignora o fenômeno do racismo como estruturantes dos atos racistas, ainda que admita a existência do preconceito.

A ênfase é a natureza psicológica da ação em detrimento da natureza política (ALMEIDA, S., 2019, p. 25).

Por esse entendimento, não haveria instituições ou sociedades racistas, mas indivíduos que cometem atos racistas isolados. Para atos racistas são necessárias ações de educação e conscientização sobre os males do racismo visando a mudanças de atitudes assim como mudanças culturais, entendidas como principais formas de enfrentamento do problema (ALMEIDA, S., 2019, p. 25).

Podemos considerar a Constituição Federal (1988) como instrumento legal imprescindível para o combate ao racismo, inclusive aqueles de cunho individualista. É incisiva ao considerar o racismo como crime, tendo como norte a noção de igualdade expresso no artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. Os incisos XLI e XLII do mesmo artigo afirma a criminalização da discriminação por raça e cor, deixando manifestado que: “- a lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais” (CF, art.5, XLI e XLII).

O racismo sendo um crime conforme o dispositivo legal, é determinado a responsabilização daqueles que o praticam. Contudo, as punições de práticas de racismo de cunho individualistas são ineficazes ao observar a fragilidade das análises na admissão deste tipo de racismo e poucos efeitos concretos na realidade social (ROSAS; BORGES; ALVES, 2018).

Encarada sob a visão da anormalidade, a concepção individualista abre espaço para minimização e neutralização dos atos racistas, sendo aquele/as que praticam, muitos com viés da branquitude, não se conscientizarem sobre os efeitos deste tipo de racismo na vida das pessoas vitimadas. Quantas vezes ouvimos: “Não se pode mais fazer mais piada que tudo é mimimimi!”, “Não sou racista, já namorei uma pessoa negra” ou “Que chato tudo é racismo”. Frases que nos instigam a pensar que para o enfrentamento ao racismo não se deve deter apenas nos aspectos comportamentais, mas valer-se de ações que combatam igualmente as desigualdades produzidas pelo racismo.

2.2.2 Concepção institucional

A concepção institucional sobre o racismo avança comparada à primeira, quando transcende o âmbito individual, destacando o poder das instituições em estabelecer parâmetros discriminatórios baseado na raça e trata basicamente o racismo como o resultado direto do funcionamento das instituições, cuja dinâmica se desenvolve com privilégios e desvantagens pautados na raça (LIMA, M., 2020).

Perpassa, nesta concepção, a ideia de que as instituições reproduzem os conflitos raciais postos na sociedade nos quais são mantidos mediante controle dos grupos hegemônicos, a saber os brancos.

Apesar das instituições serem constituídas de maneira econômica e política, cada sociedade basicamente se manifesta totalmente de forma distintas, ou seja, quando se diz que as sociedades contemporâneas estão todas sob domínio do Estado, não quer dizer que historicamente todos os Estados são iguais. No Estado brasileiro as instituições não deixaram de reproduzir os conflitos sociais de uma sociedade marcada pela colonização ibérica cuja opressão sobre os povos colonizados e posteriormente libertos tiveram a marca do patriarcado e racismo.

Desta forma, as instituições, por esta análise, perpetuam os poderes hegemônicos na sociedade e acabam reproduzindo as condições para a manutenção da ordem social. Significa que a imposição dos padrões e regras entremeadas nas rotinas institucionais seguem o objetivo de resguardar as relações sociais desiguais existentes. Os inúmeros conflitos que são constituídos dentro de uma dada estrutura social, como raciais, de classe, sexuais e outros são absorvidos pelo aparato institucional (ALMEIDA, S., 2019).

Ainda assim Silvio Almeida (2019) assinala que o estudo do conceito de racismo institucional pode ser considerado um grande avanço na análise e enfrentamento das relações raciais, pois transcende o âmbito da ação individual. Nesta concepção há o destaque da dimensão do poder como um tipo de elemento constitutivo das relações sociais que se materializa cotidianamente nas rotinas institucionais.

Conforme assinala Silvio Almeida (2019, p. 32):

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida

cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais.

A internalização do racismo no interior das instituições passa pela naturalização de práticas corriqueiras, e logo violentas, expressas em atos ofensivos, a exemplo dos obstáculos criados de acesso a serviços, piadas ofensivas dirigidas ao público negro. Tais práticas racistas, podem resultar na desistência das pessoas negras dos serviços institucionais a que têm direito. As instituições tornam-se uma transmissora de violências e privilégios de sexistas e racistas (ALMEIDA, S., 2019).

Silvio Almeida (2019, p. 32), assinala a importância das instituições de combater as práticas raciais existentes com investimento de política internas, assim destacadas:

- Promoção da igualdade e diversidade nas relações internas diretamente com o público, ou seja, na publicidade;
- Promoção do acolhimento e de composição de conflitos de gênero e raciais;
- Manutenção permanente de espaços de debates de revisão de práticas internas institucionais.

Se por um lado, a concepção institucional de racismo ajuda a compreender a dinâmica racial pelo viés do poder hegemonicamente constitutivo das instituições, bem como o empreendimento de práticas racistas no seu funcionamento, e traçar alternativas para o combate interno, por outro, tem seu potencial transformativo limitado quando o racismo é visto como disfunção das instituições, desconsiderando os conflitos sociais que a atravessam. Por esta visão disfuncional, as respostas de enfrentamento ao racismo são vislumbradas dentro do aparato institucional, refutando os antagonismos da realidade social.

2.2.3 Concepção estrutural

Ainda que seja importante distinguir as dimensões que compõem o racismo, Silvio Almeida (2019) adverte que os aspectos individuais e institucionais encontram limites para alcance da totalidade e enfrentamento à questão. A concepção de

racismo estrutural parte de uma perspectiva mais abrangente da sociedade e entende o racismo como constituinte das relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, que atravessa o cotidiano dos indivíduos e das instituições.

Economia e Estado são partes inerentes no processo de estruturação do racismo no capitalismo, sujeitando a população negra a de lugares de inferioridade e exclusão na sociedade e violação dos seus direitos trabalhistas e sociais.

Os mecanismos seletivos do mercado são atravessados por questões raciais que concorrem para destinar o trabalhador negro em lugares de subalternidade e precarização no mercado de trabalho ou, na pior das condições, a seu desemprego. As políticas econômicas acabam se estabelecendo mediante privilégios para os grupos racial marginalizando as minorias do desenvolvimento econômico (RENDERS, 2020). Silvio Almeida (2019, p. 104), por sua vez, destaca alguns mecanismos de discriminação racial: o desemprego desigual nos grupos raciais; a divisão racial do trabalho; a reprodução, intelectual e física precária da força de trabalho negra; o diferencial dos salários nos trabalhadores brancos e negros.

Alegar que o racismo é estrutural em nossa sociedade significa dizer que ele existe em todas as instituições do país, e ainda persiste a desigualdade social e racial que camuflam/omitem a participação da sociedade negra na cultura e na sociedade brasileira. Haja vista os antigos casos de racismo no mercado de trabalho, educação, mídia, futebol e indicadores de encarceramento e morte de jovens negros. Só para se ter uma ideia, o relatório de 2017 do Atlas da Violência mostra que a cada 100 assassinatos no Brasil, 71 são mulheres negras, e jovens negros do sexo masculino entre 14 e 29 anos têm baixa escolaridade e renda de até dois anos de salários mínimos são as maiores vítimas de homicídios (CARDOSO; PINTO, 2018, p. 61).

Sendo o racismo estrutural um processo político e histórico que vai se transformando e atualizando em conexão com as transformações sociais, sendo necessário mudanças profundas nas relações políticas, econômicas e sociais. Ademais, existe a segmentação no espaço histórico das relações sociais onde as identidades são construídas e formadas pelos processos de dominação e formas de assujeitamento que serão tratadas a seguir.

2.2.4 Relações raciais no Brasil

A análise sobre raça e racismo discutida no tópico anterior auxilia na compreensão da forma como foram mobilizados na trajetória histórica brasileira desde o período da colonização até os dias atuais.

O Brasil Colônia bem como o seu processo de escravidão foi profundamente marcado pela concepção de raça capturada pela biologia e que determinava classificações baseadas no fenótipo para justificar comportamentos animalizados, bestializados, imorais, exóticos e violentos seja para servir de propósito ideológico para oprimir povos colonizados mediante mecanismo de ação violenta. Deste modo, não é de estranhar que as navegações europeias quando tiveram o primeiro contato com povos da terra brasileira também os classificaram sob a noção de raça, acima citadas. O assombro com povos diferentes fez parte das primeiras navegações que não sabiam como denominá-los, ou seja, acharam os mesmos paradisíacos, mas intitulavam os povos de estranhos (BUJATO; SOUZA, 2020, p. 213).

O racismo científico no período colonial brasileiro não deixou de se valer das noções europeias sobre raça do século XVIII, com argumentações que distinguia as pessoas de pele negra de povos diferentes pelo tamanho do crânio, formato de lábios e nariz que serviam para estigmatizar os negros, e os considerados da raça diferente da branca, como no caso dos indígenas (BUJATO; SOUZA, 2020).

As ideias de raça, por assim dizer importadas, influenciaram as relações raciais brasileiras, contudo, tiveram configuração diferenciada, sobretudo com a ideologia do branqueamento, do mito da democracia racial e da miscigenação impostas à sociedade brasileira, dificultando a assimilação e valorização da cultura afro no país. Esse processo de clareamento da sociedade brasileira decorre após a abolição da escravidão e consistia em ter uma sociedade que gradualmente se tornaria branca que, ideologicamente projetada, daria um colorido ao Brasil (SILVA; 2020).

Desta forma, a partir do início do século XX, as elites brasileiras propuseram uma nova nacionalidade com advento da abolição, pelo apagamento da presença negra na sociedade e prevalência da raça branca, com estímulo da imigração europeia para assumir postos de trabalho no Brasil e deixando os negros libertos à

deriva na inserção econômica e social.

O contexto do ambiente científico era marcado por tensões quanto ao projeto de embranquecimento no Brasil, com posições positivas e negativas referente ao assunto. Apesar de uma parte dos cientistas apoiar a miscigenação com otimismo, um outro lado, composto por médicos, considerava a miscigenação uma ameaça direta para o desenvolvimento do país, uma vez que o negro era visto como um atraso face a sua inferioridade (PEREIRA; FREITAS, 2017).

Esse conjunto de ideário que atravessa a cultura brasileira acabou por respaldar o lugar de inferioridade, marginalidade e servidão direcionado ao povo negro desde a escravidão. Conforme entendimento de Bujato e Souza (2020), o marcador de raça no Brasil, ao lado da classe, colocou os negros brasileiros nos últimos estratos da pirâmide social. Mesmo após a lei áurea e libertos, os negros não conseguiram aproveitar a liberdade, pois eram tidos como mão de obra barata e amplamente desqualificada, perpetuando essa condição na contemporaneidade (ALMEIDA, S., 2019).

Porém, não se pode deixar de advertir a falácia contida nesse ideário que traz a falsa noção de que vivemos em um país livre de preconceitos e igual em oportunidades. As estatísticas retratam ainda a dificuldade de mobilidade e ascensão dos negros dentro da sociedade brasileira denunciando a promessa de uma isento de racismo sob o mito da democracia racial, isto é, uma democracia sem preconceito, surgindo assim a História do Brasil, o verdadeiro branqueamento. Desta forma, o que basicamente construiu a raça no país foi exatamente sua negação, a oposição social de grupos de cor, o embranquecimento dos pesquisados, além disso, a mestiçagem acabou contribuindo para a classificação de cores (PEREIRA; FREITAS, 2017).

A noção de miscigenação parece criar uma hierarquização das cores de modo que, quanto mais próximo da raça branca, mais a pessoa terá *status* social e digna de reconhecimento. É comum ver as discussões travadas na família brasileira quanto a sua pertença branca e frases como “sou mais clara que minha irmã” são exemplos de como associação com a raça branca dá um passaporte para entrar no reino civilizatório da humanidade. Por outro lado, frases como “eu puxei mais o lado negro da minha família”, “isso é coisa de preto”, “neguinho fez isso” reportam o lado ruim, animalesco da espécie humana, assentado na noção biológica de raça (ALMEIDA, S.,

2019).

De acordo com Silva (2020), Bujato e Souza (2020), as relações sociais marcadas pela questão racial acabaram influenciando diretamente na forma como ser negro tem nuances quanto à cor da própria pele, ou seja, quanto mais retinta a cor da pele, mais estigma e estereótipo o indivíduo perpassa em relação ao indivíduo negro com a cor menos retinta.

Se as nuances de cores impostas pela ideia de miscigenação na sociedade brasileira, fragmentando e desvalorizando a cultura afro presente no país, não se pode deixar de ressaltar as resistências que são criadas para se contrapor os preconceitos presentes no estabelecimento do colorismo com a formação de identidades que subvertem os aspectos culturais hegemonicamente presentes. Pereira e Freitas (2017), por exemplo, citam como o marcador racial pode ser também motivo de luta e afirmação identitária, ao citar que a pele negra é questão de orgulho no gueto ou na quebrada, proporcionando sentido de pertencimento social e comunitário.

Em contrapartida, nos campos de trabalho ou universitário esse pertencimento não é uma realidade, pelo contrário, há exclusão dos lugares e espaços de mobilidade social. Nota-se os poucos os negros que assumem cargos de direção em trabalhos tampouco ascendem ao mundo universitário (PEREIRA; FREITAS, 2017).

Por fim entendemos que o conceito de raça é ainda importante para a compreensão das relações sociais e posicionamento de sujeitos na sociedade, ainda que existam especulações em torno da sua eliminação na gramática social/científica poderia eliminar o racismo e associações opressivas correspondentes. A negação da raça, como constructo social, acaba trazendo a negação do racismo e a negação do mesmo acaba o perpetuando, ainda de forma sutil (ALMEIDA, S., 2019). Ao mesmo tempo, a ideia de raça, tal qual empreendida pelos saberes científicos e políticos dominantes, formou a base para construção de uma identidade negra acompanhado das imagens de seres bestiais, violentos, irracionais, sujos, infantis e eróticos. Representações negativas que, no contexto brasileiro, são camufladas pela imposição do mito da democracia racial e ideologia do branqueamento.

Por outro lado, não podemos subestimar as ações de resistência travadas por escravizados e libertos, tendo os quilombos a expressão máxima no período colonial

e seguiu com as insurgências posteriores.

2.2.5 Identidade negra: entre subjugações e resistências

O debate sobre a identidade negra no país é marcado por contradições que são peculiares da formação sócio histórica brasileira, suas raízes na colonização, dos poderes hegemônicos e dominação subjacentes e as resistências em jogo. A desconsideração desses elementos inviabiliza olhar as barreiras e os desafios da população negra enfrentada para ter sua cultura valorizada e respeitada.

Partimos da recusa da noção essencialista e fixa de identidade impostos à população negra e indígena desde o tempo da colonização, marcando lugares subalternos e constituição de subjetividades subjugadas. Em contraposição, entendemos que a construção da identidade de um indivíduo decorre de processo contínuo de interação social que permite a compreensão do seu modo ser, de estar no mundo, diferenciando de outras vivências, desenvolvendo o autoconhecimento, subjetividade e agências para as mudanças sociais. Desta forma, compactuamos entendimento de Machado (2003) sobre a identidade dos indivíduos em função de diferentes grupos sociais, como por exemplo: família, escola, dentre outras organizações, por meio da mediação entre a estrutura social e o comportamento individual.

Por outro lado, o nosso pensar e agir não ocorrem de maneira aleatória na interação com outras pessoas, instituições e cultura, mas são conformadas por um sistema de poder político-cultural e econômico de dominação. Segundo Michael Foucault (1977), o poder influencia na construção da nossa memória, fixa identidades ao mesmo tempo que possibilita estratégias de resistência dos indivíduos em relação ao poder que lhes é submetido. O autor refere-se, sobretudo, à emergência das sociedades disciplinares no século XVII, tendo seu declínio no século XX.

Esse período disciplinar foi preponderante para que o mecanismo do poder se concentrasse na produção de subjetividades dos indivíduos, disciplina, o indivíduo podia ser controlado e explorado, na tarefa de transformá-los corpos dóceis e domesticados, pela interiorização do domínio nas vivências cotidianas. Nesse contexto, a criação das “instituições disciplinares” foi importante para a consolidação

dos Estados-Nação e da implantação das identidades Nacionais. A escola e a prisão são exemplos de instituições disciplinadoras que serviam para imposição de regime de controle de corpos, pautados na sujeição e normalização de condutas com rigor nas regras, observação e punição dos comportamentos desviantes e padronização de vestimentas e hábitos.

Essa forma de dominação estabeleceu hierarquias, fixando identidades, moldando as subjetividades e individualidades. O pensamento de Foucault, portanto, nos ajuda a pensar como o poder nos assujeita com a marcação de identidades estáticas, essencialista, numa lógica de assujeitamento ao poder instituinte.

Ao trazer a compreensão de Foucault sobre o poder para conformação das identidades negras dos povos colonizados na América, Jô Gondar (2003, p. 36) esclarece:

Neste sentido, uma lógica binária, o que faz do mundo colonial um mundo maniqueísta: nele a multiplicidade humana seria reduzida a uma série de oposições dialéticas, entre o eu e o outro, o dentro e o fora, dominador e o dominado. Desse modo o sujeito colonizado teria sido construído no imaginário da metrópole como o outro, a ele sendo atribuídas uma série de características negativas – sujeitos bárbaros irracionais, com costumes exóticos e uma sexualidade descontrolada a partir das quais se justifica a supremacia do colonizador.

Nesta perspectiva, a nomeação de negro e branco seguem à lógica colonizadora de estabelecer diferenças entres esses dois “segmentos raciais” e estipulação de identidades, a partir dos critérios instituídos pelo poder branco, masculino e europeu. O negro teve sua identidade fixa conformada em comparação ao branco civilizatório, associando-o a um estado selvagem, de servidão, irracionalidade. Este processo ordenou a destruição dos costumes culturais dos africanos, colonizando suas subjetividades e interiorizando o padrão branco de ser. Ao mesmo tempo deixou marcas na subjetividade do negro e a dificuldade de se autoafirmar como vinculado a cultura africana. Nas palavras de Clóvis Moura (1988, p. 41).

A elite de poder, que se autodefine como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Partindo desta dicotomia étnica estabeleceu-se uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro.

Sendo o branco apresentado como um ser superior tanto intelectualmente quanto esteticamente, surgem barreiras na formação de uma outra identidade reconhecida positivamente na comunidade negra e na sociedade. As consequências do tipo de formação socio histórica brasileira também promoveu uma ambiguidade entre brancos e negros na fomentação de uma identidade nacional no país pelas elites. De um lado, brancos esquivam-se de assumir os seus privilégios como se não coabitassem numa sociedade racista, por outro, os negros subordinados e oprimidos pela sociedade etnicamente branca, interiorizando a negação de sua história e cultura.

Não foi por acaso que as instituições de memórias (Bibliotecas, os museus e os arquivos) surgiram no período das sociedades disciplinares, no final do século XVII. Essas instituições seguiram o lastro da colonização, com o propósito de consolidação de identidades únicas para a manutenção dos Estados-Nação. De acordo com Hardt e Negri (2001), os museus teriam servido para a produção das identidades nacionais por meio da apresentação da cultura dos povos não-europeus marcados como versões depreciativas, e, por outro lado, exaltando a cultura europeia como a absoluta, plena e carregada de valores civilizatórios. As instituições atualmente apresentam características tradicionais, normativas e conservadoras seguindo o projeto da branquitude.

A branquitude torna-se importante para explicar o domínio da supremacia branca na sociedade, seu funcionamento, utilizando consensos ideológicos, com a cooperação dos meios de comunicações e instituições (ALMEIDA, S., 2019). A branquitude criou uma noção do negro, numa operação que ao mesmo tempo busca criar a si próprio como sinônimo de civilização. Esse processo traz consequências devastadoras para o negro na formação da sua subjetividade e autoestima e construção de identidades valorizadas a seu respeito.

O psiquiatra Frantz Fanon (2008) a partir de uma análise psicológica entre a relação entre o homem negro e o homem branco apresenta uma crítica histórica dos efeitos do racismo e da desumanização inerentes da dominação colonial. Seu estudo revela a imposição nefastas do projeto da branquitude sobre a consciência do negro, de modo que esse almeja o lugar do branco. Um desses efeitos é o sentimento de

dependência que os negros experimentam numa sociedade composta pela maioria de brancos. Ao se deparar com os países dos colonizadores, o negro renuncia a sua própria cultura e adota uma identidade diferente: a dos brancos. Dessa forma, tentarão reproduzir a cultura dos colonos, sendo essa prática mais evidente entre os negros educados que têm a capacidade de obter prestígio no mundo colonial, como por exemplo, receber a educação do exterior e ter domínio da linguagem do colonizador.

Para o autor, não importa o quão esforçado e inteligente seja o negro, pois os brancos a todo momento estabelecem um senso de incapacidade neste indivíduo. Essa opressão constante gera um complexo de inferioridade no negro que se configura inicialmente por um problema econômico e conseqüentemente por um processo *epidermização*⁷ da inferioridade, isto é, o negro por se achar inferior coloca uma máscara branca sobre a pele negra com o intuito de se sentir superior.

No Brasil, embora Gilberto Freyre tenha usado o termo "branquitude" pela primeira vez em sua obra, criticou tanto o uso deste termo branquitude assim como negritude, uma vez que defendia a ideia da democracia racial no país como resultado da miscigenação presente. Alberto Guerreiro Ramos foi o primeiro a propor uma discussão sobre o tema, utilizando-se "termo 'brancura', que significaria para nossa literatura científica atual o conceito "branquitude" (CARDOSO, L., 2010, p. 57).

Em 1957, em sua obra intitulada "Patologia branca no Brasil", Guerreiro Ramos chama atenção da desigualdade racial brasileira, que envolvia a população negra e outros grupos racializados. O autor chama atenção pelo uso intencional de pesquisadores brancos que estudam raça como uma forma de sustentar a sua brancura, valorizando as suas características europeias, status de superioridade e a situação de privilégio da qual dispunham, designada por ele como "patologia-protesto".

Lourenço Cardoso (2010) também problematiza a identidade racial branca como principal linha de pesquisa. O autor analisa dois tipos de branquitudes distintas e divergentes, da seguinte forma: a branquitude crítica que desaprova o racismo "publicamente", e a branquitude acrítica que não desaprova o racismo, mesmo

⁷ Terminologia adotada por Frantz Fanon (2008) onde o negro ao se deparar com o racismo o negro internaliza um complexo de inferioridade e inicia um processo renegação, buscando falar, pensar e agir como branco.

quando não admite seu preconceito racial e racismo. A branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos. Para a branquitude crítica, os indivíduos não se preocupam com o reflexo de sua identidade racial e, por outro lado, a branquitude acrítica promove direta e indiretamente a superioridade e a pureza das raças brancas. Observa-se que os conflitos e contradições também são pertinentes no projeto da branquitude, e que a noção de uma identidade racial branca homogênea e estática, se esbarra com as diferentes concepções no interior dos grupos brancos, modificando-se no decorrer do tempo.

Segundo Lourenço Cardoso (2010), a demarcação entre branquitude crítica e acrítica é baseada nas diversas formas de racismo que são expostas pelos grandes estudiosos, na sua grande maioria composta por pesquisadores brancos. Em contrapartida, ao definir a branquitude, discorrem de uma forma genérica o que impede a compreensão dos conflitos raciais em curso. “Ao observar o grupo branco de longe, de repente, pode surgir a impressão de que a branquitude é homogênea, porém, com a aproximação percebe-se o quanto os brancos são diversos” (CARDOSO, L., 2010, p. 6). Em outras palavras, o autor atenta que a branquitude precisa ser considerada a partir de aspectos específicos e mutáveis.

No entanto, vale destacar que esses conceitos aparecem em contextos diferentes, mesmo com definições opostas, estão completamente interligados. De modo geral, é no silêncio da branquitude que mantém a branquitude, o que cria obstáculos a consideração dos valores dos indivíduos negros na sociedade. Embora os indivíduos brancos críticos admitam que a supremacia branca não tem razão de existir, permanecem omissos, usufruindo de seus privilégios destes e daqueles brancos que “acreditam na brancura como condição ideal de ser humano” (JESUS, 2012, p. 7).

Essas concepções nos remetem ao discurso de Frantz Fanon sobre o papel do branco na construção e manutenção do racismo. Ele atenta que o domínio do branco faz com que os negros encontrem o processo de branqueamento como a única forma de integração, impedindo-os de gerar uma identidade negra positiva, uma nova visão social do mundo. Portanto, não há como falar da branquitude sem considerar todo o processo histórico no qual o branco e suas relações de poder

consolidou não somente a população negra como também outros grupos racializados.

Mesmo com movimento de resistências que corroboram em ações afirmativas e na instituição de leis, os traumas e desigualdade entre brancos e negros não ficaram no passado e não foram superados e continuam sendo repassados pelos seus impositores, mantendo presente em toda estrutura das relações sociais do país, seja na macropolítica, na economia e jurídica, organizações seja no cotidiano nas vivências interpessoais. De acordo com o IBGE (2017), Brasil tem cerca 56% da sua população composta por negros, sendo considerado o segundo país de população africana do mundo, atrás da Nigéria. No Brasil o trauma em consequência ao racismo foi processado culturalmente bem diferente de outros países tanto norte-americano como sul-americano. A população negra norte-americana, por exemplo, foi segregada de uma maneira muito mais explícita, diferente do Brasil que detêm “um racismo suave, silenciado e desmentido” (GONDAR, 2017).

Na concepção de Gondar (2017), a crença de uma democracia racial que oculta o racismo silenciado. As elites brasileiras aspiram ao padrão europeu ao mesmo tempo que tem um sentimento de inferioridade por não ser branca nos critérios europeus. Sodré (1999) também ressalta que a civilização europeia é um modelo identitário das elites nacionais, um projeto de branquitude que estrategicamente é oculto, mas que convive com o elogio da mestiçagem. Um país que prega a miscigenação, ao dissabor das estatísticas que contrariam a existência de um paraíso racial na terra. O suposto orgulho da mestiçagem pretende ocultar uma hierarquia existente que se pauta na supervalorização e privilégio da elite branca

Farias (2018) explica que existe um grande entrave por parte dos afrodescendentes de se auto afirmar e assumir uma postura política que desafia os padrões impostos pela sociedade. O projeto da branquitude presente e reinante penetra nas instituições, como escolas, bibliotecas e museus, dificultando ainda mais a consciência crítica dos negros nas sociedades. Observa-se que as referências históricas das pessoas negras pelo lento do colonizador são traduzidas de forma negativa e subjugada, desconsiderando as manifestações e contribuições culturais da população de origem africana. Nilma Gomes (2003, p. 39) elucida a ambiguidade da formação da identidade na escola:

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. [...] Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços — institucionais ou não — nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra é forjada também durante a trajetória escolar desses sujeitos. Nesse percurso, o negro e a negra deparam-se, na escola, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura e a sua história. Muitas vezes, esses olhares chocam-se com a sua própria visão e experiência da negritude.

Dessa forma, a escola pode se tornar um espaço de exclusão para os indivíduos negros, especialmente as crianças. O ambiente ao seu redor, muitas vezes, reproduz a vivência de baixa autoestima, levando ao desânimo resultando na evasão escolar e baixo rendimento desses estudantes.

E como escapar de uma relação de sujeição imposta pelo branco e o projeto de branquitude sendo o negro objeto de poder? Para Gondar (2003), o caminho seria através de uma tomada de consciência das pessoas em relação à sujeição que lhe é determinada. Ela nos explica nos seguintes termos:

É neste momento que a memória deixa de ser institucionalizada, denunciadora para uma estratégia autônoma de resistência onde deixa de ser uma superfície passiva que apenas recebe inscrições de códigos para se tornar uma superfície vibrátil, reagindo às inscrições do movimento. (GONDAR, 2003, p. 35).

A imposição do colonialismo e hegemonia do saber e cultura europeia nos museus também são postos à prova como resistências à memória oficial - uma contra memória construída ao longo do histórico de luta da população negra contra o racismo em prol de uma ideia identitária móvel pautada pelas afirmações das diferenças locais, sexuais, étnicas. Trata-se de um luta a um poder disciplinar que fixava identidades, por assim dizer depreciativas da população negra, como também das condições sociais vivenciadas a exemplo dos movimentos abolicionistas: o Quilombo dos Palmares; as resistências para permanência das religiões de matriz africanas com estratégia de associação dos orixás com santos católicos; a comida; as lutas (principalmente a capoeira); e as atividades musicais (OLIVEIRA, R., 2017).

O conjunto de elementos opressores como o conceito que fundou o mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento e a manutenção de estereótipos

sobre os aspectos intelectuais e morais referentes à população negra que se segue desde o período colonial é proveniente do discurso sobre a identidade nacional na primeira metade do século XX. Este projeto racista tinha o propósito do embranquecimento da sociedade brasileira influenciada pelas teorias raciais europeias norte-americanas e pela elite política e intelectual do país que começa a se estabelecer quando o Brasil deixa de ser colônia para se constituir numa nação impactando sobre as construções identitárias da população negra. O fim da escravatura, em 1888 coloca os pensadores na construção de uma identidade nação e uma "identidade Nacional". Esta se tornava um desafio frente à "nova categoria" de ex-escravos. (PANTA, PALISSETER, 2019, p.118).

Neste contexto o negro foi marcado como um modelo de atraso para constituição brasileira. A saída para esse empecilho, se encontraria numa proposta eugenista que visava não só o branqueamento nacional – na sua forma biológica, através da miscigenação – mas também o estabelecimento de uma única cultura, conforme os padrões civilizatórios provenientes da Europa.

Stuart Hall (2006) desconstrói essa ideia de cultura nacional unificada argumentando que a mesma não pode ser única e exclusiva em decorrência das diferenças existentes numa mesma nação: raça, etnia e gênero. As nações são constituídas de diversas culturas que só são unificadas através de processos de conquista violenta e eliminação forçada da diferença cultural. “Cada conquista subjogou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas, tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada” (HALL, 2006, p. 60). Assim presume que a “identidade nacional” seja uma estrutura de poder, transpondo as ideias de Foucault (1977).

Na visão de Hall (2006), o conceito de “identidade negra” reforça que não se trata de uma identidade fixa, mas de um processo identitário. Para o autor, as identidades culturais na pós-modernidade se fragmentam à medida que o processo de globalização desloca as estruturas e processos centrais nas sociedades modernas. Assim, as referências que sustentam o indivíduo no mundo social são deslocadas, fazendo com que as identidades sejam movidas por mudanças. Neste sentido, uma identificação suscetível de mudanças e transformações.

No entanto, esse projeto de identidade nacional brasileira não resolveria o

problema, pois na perspectiva dos deterministas raciais, a geração de filhos entre brancos e não brancos resultaria em seres degenerados em termos intelectuais, morais e físicos. Diante disso, como aponta Munanga (1999) destituiu a crítica dos deterministas raciais e passou a criar a teoria do branqueamento. De acordo com essa teoria, com o fluxo massivo de imigrantes europeus e a geração de filhos entre pessoas brancas e pessoas negras, associadas à crescente morte de pessoas negras devido a doenças inatas à sua raça, o elemento negro seria erradicado da população e o povo brasileiro seria formado apenas por pessoas com as características, fenotípicas intelectuais e morais próprias do povo europeu. Ou seja, a mestiçagem não seria em si mesma, mas uma transição visando eliminar o negro do povo brasileiro.

O racismo presente nessa conjuntura também favoreceu o capitalismo brasileiro, deslocando para a questão racial o esclarecimento da precária situação socioeconômica da maioria negra, excluindo as contradições do capitalismo nesse processo. Estas condições são expressas pelo Estado, sendo o principal mediador das relações sociais na sociedade em que reproduz essa ideologia nas instituições e estruturas. Mesmo com os brancos pobres (nacionais ou imigrantes) dispendo-se dos argumentos racialistas, acabavam sendo dominados por essa visão de mundo (SOUZA, 2022).

O racismo presente nessa conjuntura também favorecia o capitalismo brasileiro, ao deslocar para a questão racial a explicação para a precária situação socioeconômica da maioria da população negra, excluindo as contradições do capitalismo nesse processo. Tais condições são expressas pelo Estado para, sendo o principal mediador das relações sociais na sociedade de classes, que reproduz essa ideologia nas instituições e estruturas. Mesmo com os brancos pobres (imigrantes ou nacionais) beneficiando-se das teses racialistas, acabavam sendo atingidos pelo predomínio dessa visão de mundo.

A centralidade da raça, alinhada ao liberalismo supressor da época, acabava motivando que a superação da pobreza fosse alcançada com o esforço individual, não sendo necessário o Estado estabelecer políticas públicas voltadas para a solução do problema social, nem para as pessoas brancas pobres. Com isso, a questão racial concebe condições político-ideológicas para a burguesia brasileira

ampliar e manter a sua privatização do Estado, com a maioria das políticas públicas e do fundo público voltado para os seus interesses (SOUZA, 2022).

Com a expansão das cidades e centros industriais em meados do século XX, tiveram como marco mudanças no capitalismo, tais como: a expansão das atividades econômicas, a oferta de empregos e da riqueza socialmente produzida, em consequência a presença das pessoas negras no mercado de trabalho. No entanto, as práticas estruturais racistas existentes na dinâmica social constituem privilégios aos grupos raciais brancos no mercado de trabalho. As divisões raciais já se faziam presentes no processo de seleção e contratação do corpo de funcionários, como nos anúncios de ofertas de emprego que vinham acompanhado da exigência de “boa aparência”, ou seja, o padrão branco. Na maioria dos locais de trabalho, é incomum que os negros ocupem cargos gerenciais, de liderança e de gestão corporativa (SOUZA, 2022).

Esse processo de inferiorização se materializou na adoção por parte de muitas pessoas negras, tendo como base a ideologia do branqueamento impactando substancialmente no processo de construção identitária da População negra. Diante disso, como aponta Munanga (1999) sem a constituição de uma identidade coletiva, isto é, um processo de construção identitária na qual um determinado grupo se une com base em elementos comuns, não haverá no Brasil uma verdadeira consciência de luta. Desta maneira sendo fundamental desconstruir a ideologia do embranquecimento - baseada na ideologia “identidade Nacional unificada” reivindicando -se o reconhecimento de identidades plurais e da diversidade cultural.

No que se refere aos movimentos negros no âmbito da cultura e educação, o Teatro Experimental Negro (TEN) foi um dos principais movimentos sociais de resistência e valorização da cultura negra, idealizado por Abdias Nascimento (1914-2001). O objetivo dessa iniciativa foi traçar um novo estilo de dramaturgia com uma estética própria, valorizando a identidade, a dignidade do afro-brasileiro e o questionamento das relações de poder perpetuadas pela elite branca brasileira.

No centro dos debates de conjunto de lutas permeavam questões tais como os direitos dos negros, a democratização do sistema político, o acesso ao mercado de trabalho, à educação, cultura e a elaboração de leis antirracistas. O legado dos movimentos no passado fortaleceu as lutas e movimentos na contemporaneidade,

destaque: A Marcha Zumbi (1990); a instituição do Programa de Ações Afirmativas para homens e mulheres negros com a criação de cotas para aumentar a participação negra em lugares de chefia nos concursos públicos e universidades brasileiras; e a implementação da Lei Federal nº 10.639 (2003) estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira.

Atualmente, a maior parte das iniciativas, dentro ou fora da biblioteconomia, voltadas para a equidade racial, é fruto dos movimentos negros, ou do ativismo de pessoas negras. E a partir dessas mobilizações e lutas foi instaurada a Lei Federal nº 10.639/2003, um instrumento de memória, que objetiva iniciar nas escolas uma militância que desconstrua o racismo edificado há séculos na sociedade brasileira. Porém, atravessando o estudo sobre memória foram destacados autores que contribuíram para o estudo dessa temática.

2.3 LEI FEDERAL 10.639/2003: UMA LUTA PELA RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA NO PAÍS

A memória pode ser entendida como a capacidade que o ser humano tem de conservar e relembrar experiências e informações relacionadas ao passado, sendo estas, parte de processos de interação de cada indivíduo com seu meio social. O entendimento da memória sob essa perspectiva é recente e considerando um avanço analítico se comparado à noção vigente no século XVIII que atribuía ao indivíduo o único responsável pelo resgate de seu próprio passado. Um tipo de concepção era vinculado exclusivamente por leis biológicas.

O conceito de memória definido como um fenômeno social se consolidou no início do século XX, com destaque para o estudo do sociólogo Maurice Halbwachs (1990) que concebeu a memória como fator social, mostrando a correspondência entre o individual e o coletivo. De acordo com o autor, a memória é definida como uma operação coletiva dos acontecimentos e de interpretações do passado no qual se integra na vida societária. A sociedade estimula sentimentos de pertencimento e estabelece fronteiras sociais entre diferentes instituições, tais como: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc.

A maioria das lembranças de um indivíduo está relacionada a momentos

compartilhados com outros, seja no ambiente familiar, no trabalho, na escola, cidade, país etc. Desta maneira, as referências ao passado servem de esteio para manter a coesão dos grupos e das instituições da sociedade.

Halbwachs (1990) também destaca a existência de diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade. Entre esses, incluem-se os monumentos, o patrimônio arquitetônico, as paisagens, as datas e personagens históricos, as tradições culinárias e costumes, o folclore e a música. O autor não desconsidera que a memória apresenta um nível de individualidade que emerge pelas experiências e lembranças que são guardadas pelo próprio interesse do indivíduo, no entanto tais aspectos não são dissociados dos aspectos da memória social, principalmente, do grupo onde foi socializado.

Jacques Le Goff (2013), por sua vez aponta alguns elementos importantes para o estudo da memória e sua relação na constituição da identidade individual e coletiva na sociedade:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2013, p. 410, grifos do autor).

Michael Pollak (1989) nos esclarece que a memória não deve ser tratada como reconstituição total do passado, e sim reconstruções seletivas e motivadas por lembranças e esquecimentos. Por essa visão, entende-se que a memória passa por um processo de seleção daqueles acontecimentos que estão de acordo com nossos interesses que estão na ordem do dia.

O autor assevera que o discurso nacionalista tem impacto sobre a consolidação de memória coletiva e individual de um país ao procurar convertê-la em memória oficial. Em sua concepção, o Estado tem significativo poder sobre essa reversão ao selecionar memória pautada de acordo com os interesses e poderes em vigor, mas que por eles são manipulados para passar ideias de supostas universalidade e neutralidade. Nesse contexto, cria-se uma Memória Oficial "proibida", portanto, "oculta", que ocupa toda a cena social, cultural e os meios de comunicação

para transmitir a ideologia oficial de um Estado que pretende a dominação hegemônica de um grupo sobre o outro. A par destas considerações, Francilene Cardoso enfatiza (2011, p. 14).

A história não é uma área de neutralidade; através dela existem relações de poder. Assim, as sociedades perceberam que poderiam utilizar o passado para ampliar seu poder e passou-se a produzir memórias homogêneas, nossa história oficial é um exemplo. A história oficial brasileira, que ouvimos na escola, até pouco tempo atrás era uma história baseada em fontes escritas retratando uma narrativa na qual a população negra não se identificava, ficando distante de sua memória.

No contexto de uma memória reconstruída sobre o projeto da branquitude, a história negra é minimizada, distorcida, esquecida no cenário social e, nas piores consequências, marcada pela significativa ausência de identificação por parte dos afrodescendentes brasileiros. As referências históricas das pessoas negras, principalmente em ambientes escolares, ainda são rotuladas de forma negativa e subjugada, sendo contada apenas pelos lados do colonizador, sem retratar as manifestações e contribuições culturais da população de origem africana.

Munanga (2005, p. 16) adverte sobre essa questão:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

O desvelamento da negação/ desqualificação das abordagens sobre as trajetórias educacionais e culturais dos negros no Brasil pelas elites e o Estado revelam que não são os povos que não têm história, mas suas fontes históricas destruídas nos processos de dominação dos poderes instituintes. Essa problemática é observada nos currículos escolares, das políticas educacionais, na formação dos professores, bem como na interação entre professores, bibliotecários, alunos e comunidade.

Barreto (2000) alerta para a persistência de profissionais da educação e

informação em privilegiar memórias armazenadas, ou seja, as histórias oficiais na gestão, socialização, uso da informação e conhecimento. Um tipo de reconstrução que vai ao encontro do propósito da biblioteca como disseminadora e prospectiva para o futuro da informação.

Em contraposição a memória oculta, a Lei Federal nº 10.639/03 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Fruto de um longo processo político histórico de luta do movimento negro, a referida lei tem por objetivo suprir essa carência e intensificar a ressignificação da memória e cultura de grupos marginalizados socialmente. A partir de sua sanção, as instituições de educação básica “passam a ter um documento legal que discute e aprofunda o teor da Lei Federal nº 10.639/2003” (GOMES, 2011, p. 68), orientando a prática pedagógica e constituindo-se como ferramenta de visibilidade da história de negros e negras do país e enfrentamento do racismo na educação escolar.

A despeito do avanço da lei no que se refere às políticas públicas de reparação e ações afirmativas, ainda se observa por parte de alguns profissionais da educação muita resistência para a construção de um currículo que sirva como instrumento para efetivação de uma educação antirracista. Quirino (2014) afirma que no centro de tais resistências está o imaginário de uma democracia racial pela cultura do embranquecimento, impedindo, desta forma, uma maior propagação de políticas de ações afirmativas no Brasil.

Portanto, tais políticas devem priorizar a capacitação com profissionais da educação nos temas sobre a história e cultura africana, ao mesmo tempo conscientizar profissionais da educação sobre a importância de desprender dos preconceitos e romper com ideologias culturais eurocêntricas. Valorizar, sobretudo, iniciativas de capacitação que possibilitem o diálogo no ambiente escolar, de forma que possa construir consensos em direção a valorização de diferentes culturas presentes. Trata-se também de a escola lançar-se de estratégias e instrumentos que possam traçar o diagnóstico sobre a realidade e cultura afro-brasileira. Profissionais da educação têm que ser eternos pesquisadores.

Mônica Souza (2004, p. 87) entende que:

Em primeiro lugar é fundamental formar-se, atualizar-se nos temas, e não

partir do pouco que se sabe para ocupar um lugar que nunca esteve ocupado. Temos a responsabilidade de tratar com muito profissionalismo estes conteúdos. Por isto, devemos estudar procurar leituras específicas e, sempre que possível, capacitar-nos em cursos e em discussões acadêmicas. Nossas precárias condições de trabalho e de vida não podem justificar uma ausência de esforço neste sentido. Estamos falando da reescritura de uma História que nos foi negada, estamos lidando com a base de uma identidade que está para ser reconstruída. O que está em jogo é mais do que nossa competência - é o nosso compromisso.

A autora reitera que não cabe somente a obrigatoriedade da lei, mas investimento na formação estudantil, sendo necessário o ativismo docente e discente visando a concretude legal. Ao estudante universitário, cabe também a militância pela efetiva inclusão destes assuntos nas disciplinas dos currículos de suas faculdades, institutos e departamentos. Professores devem atuar para que a rede de ensino ponha em prática a realização de cursos, além de criarem eventos que estimulem o aprofundamento no estudo destes temas, bem como compreensões sobre práticas pedagógicas adequadas. É essencial cobrar das autoridades, em especial dos gestores de instituições de ensino, o apoio para fazer da iniciativa da lei se tornar uma realidade (MOURA, D., 2007).

Francilene Cardoso (2011) enfatiza que as bibliotecas também se configuram como espaços de predomínio de ideologia da branquitude e do racismo que dificultam o registro e a preservação do reconhecimento positivo da memória da população negra. Franciéle Garcês da Silva (2019), por sua vez, destaca a formação acadêmica da biblioteconomia e da ciência da informação, com foco na diversidade, como critério básico para o combate às ideologias racistas. Segundo Munanga (2003 apud SILVA, 2019), nesta perspectiva a qual estamos inseridos numa sociedade racista que é motivada para excluir as diferenças se faz refletir numa:

formação acadêmica voltada para o respeito à diversidade étnico-racial e cultural, bem como à valorização de populações historicamente preteridas na história do Brasil, auxiliará a documentar uma memória coletiva e de valorização de identidades e de culturas dos povos pertencentes ao nosso país. (SILVA, 2019, p. 24).

É importante destacar que as reflexões desses pensadores ressaltam que a Lei nº 10.639/03 é um elemento essencial de reconstrução/construção identitária, devendo ser contada por uma trajetória valorativa, do ponto de vista positivo, enfatizando o protagonismo das forças políticas dos movimentos negros no Brasil.

Júlio Are (2018) considera que a ausência do protagonismo da cultura africana nas escolas desde a implementação da Lei nº 10.639/03 é reflexo das marcas de um racismo institucional com alegação de não terem um quantitativo suficiente de alunos negros na escola, além de precariedade de material sobre o assunto. Eudocácia Castro (2015) também complementa essa análise ao destacar a falta de interesse governamental em agilizar a implementação da Lei por parecer comum o despreendimento como os negros são tratados no ambiente escolar. Dessa forma, uma postura mais ativa do poder público significa legitimar a lei de fato, promovendo o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas ou privadas.

Com base nessas concepções, a Lei nº 10.639/2003 legitima e reconhece a necessidade de construir uma postura de valorização em prol das relações étnico-Raciais, sendo necessário uma atuação constante das instituições e públicos envolvidos. Nesse entendimento, as Bibliotecas escolares configuram um ambiente propício à criatividade e ao desenvolvimento de uma herança cultural por meio de ações culturais por contar com a diversidade étnico racial.

2.4 DA BIBLIOTECA À AÇÃO CULTURAL

Nas últimas décadas, a esfera da cultura sofreu um conjunto de relevantes transformações, ganhando certo reconhecimento político e uma centralidade econômica e social. Essas transformações relacionam-se, em parte, com o modo como o Estado tem procurado reorientar as suas políticas na área cultural, com novas temáticas sobre artes e cultura que venham a dar respostas e contributos significativos para o desenvolvimento socioeconômico das cidades e dos territórios (QUINTELA, 2011).

Para ter o entendimento do que é ação cultural, objeto desta pesquisa, é necessário compreender o que é cultura. Como objeto de estudo, a cultura atravessa diferentes áreas do conhecimento e pontos de vista nos quais estão incluídos inúmeros elementos, tais como: conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras habilidades e comportamentos adquiridos por homens e mulheres dentro de uma sociedade.

Na concepção de Victor Flusser (1983), a cultura se conceitua como um conjunto de objetos, obras, coisas feitas pela humanidade que agrega a sua visão de mundo de suas práticas sociais ou individuais. A cultura, conseqüentemente, se consubstancia “pelas tradições e experiências de lutas políticas e sociais, transmitidas por aqueles que nos precederam” (FLUSSER, 1983, p. 148-149).

Jorge Santa Anna (2017), por sua vez, ressalta que os diferentes tipos de cultura fazem com que a sociedade seja segmentada em estratos nos sentidos econômico, religioso, ideológico, nas crenças e no comportamento, corroborando para a existência de níveis de heterogeneidade entre os indivíduos.

Essa pluralidade de significações culturais revelam a importância do estudo desse assunto por sua potencialidade e capacidade de atuar em diversos setores econômicos, políticos, sociais e educacionais. A cultura também tem sido instrumentalizada na contemporaneidade no planejamento das políticas públicas e gestão das instituições, agregando valores e práticas nas suas missões. Estas políticas visam assegurar aos indivíduos o direito de cidadania em diversos segmentos tanto de forma genérica quanto para determinados segmentos sociais, culturais, econômicos ou étnico (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007 apud ALMEIDA; TARGINO, 2018).

Nesta perspectiva, as bibliotecas se consolidam como um centro informacional e cultural, ao viabilizar políticas sociais e desenvolver habilidades profissionais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural nos espaços escolares. Tais competências são conduzidas por gestores que devem mediar entre o objeto de estudo da ação cultural e a comunidade escolar.

Pela variedade de sentidos e práticas, a cultura pode ser vista e capturada diversas maneiras pelos gestores, limitando o seu campo de atuação onde “cada escolha exclui uma outra opção descartada” (MANGUEL, 2006, p. 96).

Neste sentido, uma determinada escolha por uma ação cultural está estritamente relacionada com o contexto social que está inserida e por conseguinte o interesse dos gestores que a realizam. Nas bibliotecas em específico, Ana Maria Cabral (1999) considera que a ação cultural é um rico campo de atuação que oferece ao bibliotecário inúmeras possibilidades de agir nas bibliotecas públicas, escolares,

comunitárias e centros culturais, por meio de teatro, contação de histórias, palestras, clube de leitores, leitura compartilhada, exposições, cinema, oralidade, entre outros.

Na década de 1980, Maria Christina Almeida (1987, p. 33) manifestava o seguinte significado de ação cultural em bibliotecas que marcou o entendimento contemporâneo:

Busca a expressão e a criatividade dos indivíduos no grupo e na comunidade. Está ligada à ideia de transformação, de emancipação a partir da expressão. Diz respeito não apenas a produtos culturais acabados, como também às condições que levam à capacidade criativa, à produção cultural. Relaciona-se por outro lado, ao processo de educação coletiva, quando desenvolve atividades práticas e abre espaço para a troca de informações e a discussão sobre temas de interesse do grupo.

Destaque-se nesta concepção a ideia de uma biblioteca proativa na comunidade em que atua, e agente de transformação social. Considerando a função social da biblioteca, pode-se entender que a prática da ação cultural contribui para a emancipação social do indivíduo, cumpridora função educativa,

Nesse sentido, o bibliotecário passa a ser um agente que mobiliza a participação do público usuário com eventos e projetos voltados ao resgate cultural. Essa nova prática profissional, aliada à mediação da informação, permite que os usuários passem de simples receptores a produtores de cultura, participando ativamente nos processos políticos e educacionais. Seguindo essa lógica, Cabral (1999, p. 39) afirma que:

A ação cultural bibliotecária visa à democratização da cultura, através do exercício de uma nova prática profissional, comprometida com as classes menos privilegiadas da sociedade, de modo que os indivíduos possam manifestar-se nas diversas formas de expressão cultural, artística e literária, como sujeitos da criação cultural.

Entretanto, Teixeira Coelho (2001) adverte quanto ao uso distorcido da ação cultural pela definição de fabricação e animação cultural. A fabricação cultural é um processo com etapas estipuladas, com início, fim predeterminado, sendo intencional. Isto quer dizer, o sujeito produz um objeto, assim como um marceneiro faz um pé torneado. Diferente da ação cultural que gera um processo, com um início transparente, sem um fim predeterminado. As pessoas, inseridas na ação cultural, inventam seus próprios fins e se tornam assim sujeitos da cultura e não seus objetos. Assim, durante a dinâmica, o indivíduo é o criador, tendo autonomia e liberdade para

escolher os meios e técnicas que prefere utilizar no ato criativo.

Diverge igualmente da “animação cultural”, que não passa de uma atividade orientada para o entretenimento e recreação. Nela, o agente é o sujeito que cria, conduz e é protagonista de todo o processo, assim sendo o oposto da ação cultural. (CABRAL, 1999).

Josiel Santos (2015) aponta que a ação cultural, sob ponto de vista Freiriano, está diretamente relacionada a quatro atividades fundamentais: o diálogo, a conscientização, a atividade educativa e a libertação. Para o autor, o homem se transforma e evolui a partir desses fundamentos.

A ação cultural dialógica é a de fazer dos indivíduos parte de sua realidade, e isso não pode ser imposto pela cultura das classes dominantes. Para o autor, o indivíduo não pode ter uma visão do mundo se esta não for comparada com a visão do mundo de outra pessoa. A conscientização faz com que o sujeito reflita sobre si mesmo e sobre suas relações com o mundo. Somente seres que podem refletir sobre a sua própria limitação são capazes de libertar-se. O pensamento e a prática defendidos e aplicados por Paulo Freire na educação são por ele indicados como modelo para a ação cultural, por ser essa uma atividade em que o público se torna também ator da prática. (SANTOS, 2015, p. 179-180).

Por sua reflexão, a biblioteca produz ação cultural dialógica, libertadora e faz com que o usuário se envolva com a atividade e tenha conscientização sobre o assunto apresentado. Os sujeitos são assim agentes das suas próprias ações e reflexões. O processo reflexivo e de construção do pensamento é contínuo e não tem fim previsto, que permanece, independente da atividade cultural consolidada (SANTOS, 2015).

Qual seria, então, o papel do bibliotecário como um agente transformador no contexto da ação cultural? A compreensão do conceito cultura e suas particularidades conceituais e com a sua ambiência seria ponto de partida para esse profissional, a fim de que possa determinar aquele mais adequado à finalidade de suas ações e conduzir em um melhor entendimento da sua atuação como agente.

Nesta acepção, pode-se afirmar que a cultura é um processo dinâmico e ininterrupto, construído no cotidiano da práxis social, a partir da experiência concreta de vida dos sujeitos, sendo trabalho que se materializa na ação humana. Assim, o trabalho de ação cultural bibliotecária deve tomar como ponto de partida a realidade e as vivências individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos no processo, buscando uma estreita ligação com o meio ambiente imediato onde se desenvolvem as ações. (CABRAL, 1999, p. 41).

A apreensão cultural passa também pelo domínio das práticas da informática e dos usos da informação por meio da web, recursos indispensáveis para a divulgação da informação sobre aquilo que está sendo apresentado dentro da instituição. É importante salientar dos recursos disponíveis na biblioteca, pois algumas unidades de informação podem realizar mais eventos, outras podem realizar poucas atividades culturais (QUÍLEZ SIMON, 2008).

Estudiosos também apontam a importância do profissional bibliotecário como mediador cultural como fundamental para consolidação das atividades propostas na instituição. Vale destacar que o conceito de mediação cultural surgiu na década de 1960, porém o estudo sobre essa temática como informação científica dentro do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, se fortaleceu na década de 1990 (RASTELI; CALDAS, 2019).

A mediação cultural constitui-se em um processo de ação que é realizado por meio de ações diversas, como a animação, fabricação cultural e ação tendo como o objetivo de envolver o público com os objetos culturais (COELHO, 1997). O seu valor é devido diante da centralidade das interações sociais e apropriações simbólicas nas ações entendidas como inerentes na práxis do profissional da área de informação (GOMES, H., 2014).

Por sua vez, também o tema da mediação cultural retomou, nas três últimas décadas, relevância nos discursos políticos e programáticos que invocam a formação e atração de públicos para as artes e a cultura. Esse apelo, aliado aos princípios da democratização cultural, compreende as preocupações de sustentabilidade sentidas por agentes e instituições culturais. (QUINTELA, 2011).

Durante essas três décadas, o conceito tem progredido, “passando da ideia de transmissão unilinear, concebida nas teorias clássicas e alicerçada na figura de um mediador ou de uma mídia, a um processo onde intervêm diferentes agentes técnicos, sociais e culturais” (MARTELETO; COUZINET, 2013, p. 3). Nessa perspectiva, todos participantes são atores significantes, com a oferta de igualdade de oportunidade de serem protagonistas no percurso cultural realizado (LIMA; PERROTTI, 2016). Como Rasteli e Caldas (2019, p. 6) afirmam:

Desse modo, a mediação cultural pode ser entendida como uma construção e representação dos processos sociais, culturais, artísticos e informacionais, cuja interação com indivíduos e/ou grupos, pode promover significados e sentidos à realidade a partir de um conjunto de atividades pensadas e constituídas coletiva e dialogicamente.

Assim, incluindo a vertente da ação cultural, a mediação cultural pode então estabelecer-se como um processo dialógico em que a atividade criativa é problematizada diante da realidade delimitada, influenciadas por circunstâncias históricas e culturais. É uma procura que visa estabelecer os nexos entre uma atividade criativa individual e coletiva cuja produção artística de bens simbólicos pressupõe a participação ativa dos sujeitos. Sendo assim, a mediação é caracterizada como categoria essencial a qualquer processo que abrange os fenômenos culturais, sendo, portanto, distinguida por categoria produtora, e não apenas viabilizadora de sentidos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 4).

As bibliotecas, especialmente as públicas, são instrutivos espaços para a possibilidade de mediação de ação cultural, com incentivo à literatura, por exemplo, Quando pensamos na leitura, em países como o Brasil, sabemos que é algo bem-visto, porém pouco praticado, sendo necessário investimento e estímulo para a criação do hábito de ler. Situação que pode ser amplamente revertida se houver a participação de mediadores, que tenham “responsabilidade de acompanhar um leitor durante a sua formação ou mesmo depois de formado (na medida em que a formação é continuada) quando em dúvida ou desencorajado, solicita uma sugestão” (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007, p. 8).

Certamente esse processo passa inicialmente pelo prazer da leitura pelo próprio mediador, além da necessária formação de habilidades dialógicas. Ainda que a mediação cultural possibilite a intervenção concomitante de vários profissionais, bibliotecários e professores são peças fundamentais devido ao seu envolvimento e posição na vida das crianças e adolescentes (NUNES; SANTOS, 2020).

A biblioteca escolar, contudo, é um fundamento importante por ocupar o espaço central na formação infantil. Como Nunes e Santos (2020, p. 8) afirmam, é onde o aluno pode “reconhecer sua importância para a sua formação social e intelectual e, portanto, ao ingressar na universidade terá maturidade para se tornar um leitor crítico e reflexivo, possuindo a competência de localizar, analisar e

recuperar a informação”.

As perspectivas de mediação cultural dialogam diretamente com o conceito de mediação de informação que surgiu previamente na década de 1970, resultado de um novo paradigma que foca a informação a partir das necessidades dos sujeitos. Como já foi afirmado, é a transformação de um sujeito passivo para um envolvido no processo de construção da informação e do conhecimento (AZEVEDO; OGÉCIME, 2020). Como os autores afirmam:

Essa concepção enfatiza a informação como um fenômeno social cujo fundamento se encontra no entendimento de que os sujeitos estão, cada vez mais, aptos a construir conhecimentos significativamente estruturados, a partir de suas interações e ações, socialmente compartilhadas, associadas às práticas informacionais coletivas, como mecanismos facilitadores ao desenvolvimento de suas competências no trato com a informação. (AZEVEDO; OGÉCIME, 2020, p. 3).

Por essa importância, a mediação da informação é uma das habilidades no qual o bibliotecário potencializa ações transformadoras. Segundo Sanches e Rio (2010) a prática é considerada uma interferência por parte do profissional com o objetivo de fazer a interface da relação usuário/informação integrada à comunidade. Os profissionais devem estar cientes de seu papel crítico, científico e revolucionário, promovendo autonomia em espaços de criação para o indivíduo, bem como oferecer subsídios que os permitam a se posicionar frente aos problemas sociais com desenvoltura e comprometido com o bem coletivo. Sobre essa intervenção Sanches e Rio (2010, p. 24) afirmam:

Esse profissional, ao se posicionar como um agente canalizador de ações de interferência, propicia um espaço promotor da formação da autonomia do indivíduo. Criando espaços dentro da unidade de informação que potencialize no indivíduo clareza dos conceitos que atuam e atuam como fatores condicionantes de sua personalidade sociocultural, o bibliotecário disponibiliza a sua comunidade usuária recursos cognitivos que permitam a revisão criteriosa dos princípios constituintes dos valores que orientam sua ação individual no social.

Aliada a essa ideia, o trabalho de ação cultural bibliotecária exige profissionais com perfil diferenciado e uma formação que dialogue com disciplinas de outras áreas do conhecimento. A ação do fazer do bibliotecário tem como premissa a relação igualitária e democrática, bem como a interação entre agentes e grupos, com a

constante busca de alternativas que favoreçam o diálogo e a interação. As intervenções devem permitir que os sujeitos participem de todas as etapas do trabalho para que possam tomar decisões conjuntas, trocar experiências e politizar o processo educacional para formação de cidadãos ativos.

No que se refere à formação do bibliotecário como agente cultural, Flusser (1982) aponta que esta deve ser realizada basicamente em três eixos complementares: a formação técnica, a humanística e a prática. Esses elementos favorecem ao profissional obter o contato com públicos de diferentes contextos e realidades. Porém, não se espera que o agente bibliotecário seja uma pessoa com vários conhecimentos profissionais, habilidades e qualidade excepcionais. O que se procura é um profissional versátil com uma visão cultural abrangente e um aguçado senso de valores culturais e, especialmente disposto a “incorporar na prática cotidiana da biblioteconomia a dimensão da procura, para que a biblioteca se transforme em um instrumento dinâmico e dialógico, contribuindo assim para uma democratização cultural (FLUSSER, 1982, p. 236).

Considerando esse parâmetro e detendo-se na Biblioteca escolar, A IFLA (2016, p. 19) fornece, um guia para apoiar todas as operações que permeiam as peculiaridades deste tipo biblioteca, a concebê-la como “um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural”. Dessa forma, além de espaço de leitura, a biblioteca escolar também pode se tornar um ambiente de exposição, representação e criação, ampliando o escopo de suas funções e atividades tradicionais.

A temática da interculturalidade tem estado cada vez mais em voga, resultado das transformações das últimas décadas, onde o contato entre diferentes culturas resultou na consciência da necessidade de preservação e respeito às diferenças. O conceito, que aborda a troca entre as diversas culturas e a formação de novos elementos como decorrência, perpassa diferentes campos de atuação, entre eles a área de Biblioteconomia (FURTADO, 2013).

Em decorrência desse debate, o Conselho da *International Federation of Library Associations* (IFLA) aprovou, em agosto de 2006, o *Multicultural Library*

Manifesto, o qual foi endossado pelo Conselho Intergovernamental de Informação para Todos (IFAP), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2008. O documento faz parte da coleção de diretrizes que norteiam as bibliotecas em todo o mundo, sendo esse composto também pelo Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Biblioteca Pública, o Manifesto IFLA/UNESCO da Biblioteca Escolar e o Manifesto sobre Internet da IFLA. Há também o documento intitulado *Multicultural Communities: Guidelines for Library Services an Overview*, publicado pela Seção *Library Services to Multicultural Populations*, da IFLA, em 2009. A amplitude de documentos demonstra como a temática tem sido alvo de constantes debates no que se refere à sua interação com as áreas específicas como Biblioteca Pública Escolar.

De acordo com as Diretrizes da IFLA, a temática da interculturalidade tem a missão de proporcionar “informação e ideias que são fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, cada vez mais baseada na informação e no conhecimento” (IFLA, 2005, p. 4). A preparação de cidadãos responsáveis, habilitando os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolvimento da imaginação, segue como princípio imprescindível da IFLA.

O papel do bibliotecário escolar, conforme o documento da IFLA (2005, p. 12),

A principal função do bibliotecário escolar é a de contribuir para [o cumprimento] da missão e dos objetivos da escola, em que se incluem os processos de avaliação, implementação e desenvolvimento [da missão e dos objetivos] da biblioteca. Em cooperação com a direção da escola, com os administradores em geral e com o professorado, o bibliotecário deve estar envolvido no planejamento e na implementação dos programas escolares.

Embora tenha uma definição geral que influencia a atuação profissional dos bibliotecários, suas atividades no dia a dia, são definidas a partir da organização escolar e sua relação com os outros educadores e profissionais escolares, como também com os alunos. Com seu conhecimento e habilidades únicas, os bibliotecários oferecem apoio fundamental para a realização de atividades interdisciplinares, sendo necessário serem reconhecidos pela diretoria e professores durante o processo.

Além disso, é notável que a IFLA (2005) aponta a importância da criação de um ambiente de entretenimento e aprendizado, garantido que seja atrativo, acolhedor

e acessível para todos, que rompe preconceitos e medos. Essa atuação é guiada por padrões éticos apontados pela IFLA (2005), a qual afirma que todos os usuários devem ser tratados de maneira igualitária, independente de habilidade ou origem. Para isso, é preciso agir por meio da função de orientadora, não instrutora, o que significa que atuação profissional “esteja mais voltada para a perspectiva do usuário do que influenciada por atitudes e preconceitos pessoais, no momento de realizar os serviços bibliotecários” (IFLA, 2005, p. 15).

Por fim, é necessário apontar para o ponto sobre a biblioteca escolar ser um espaço que tem uma função cultural cujo bibliotecário possa realizar por meio de diferentes atividades tais como exposições, visitas de autores, painéis com datas internacionais comemorativas, oficinas com estudantes, incentivando a sua participação, publicação de revistas, livros e material audiovisual, permitindo a criação de um espaço estimulante.

A interculturalidade e multiculturalismo devem ser concepções que atravessam sua prática diária da biblioteca escolar tal como expostos nos documentos orientadores. Quando comparamos documentos como a Diretriz da Biblioteca Escolar e o Manifesto Multicultural, é perceptível como as ideias se assemelham quanto à importância da temática. Como no caso do Manifesto (IFLA, 2006), onde é apontado que, para adereçar a diversidade cultural e linguística, são apontadas ações como servir todos sem discriminação e oferecer acesso a materiais diversos, empregar entre outros pontos. Esses elementos também são apresentados nas Diretrizes.

Já em suas missões, particularmente, são apontados diferentes tipos de ações que podem ser realizadas para a promoção do multiculturalismo⁸. Entre eles, ressaltamos: promoção do valor positivo da diversidade cultural e incentivar o diálogo cultural; apoiar a preservação da tradição linguística e herança cultural intangível; apoiar a inclusão e participação de pessoas e grupos diversos e, por fim, favorecer a troca de conhecimento e melhores práticas com respeito de pluralismo cultural.

Válido apontar que o texto trata igualmente da diversidade linguística, a qual marca alguns países multiculturais que possuem significativa população que tem

⁸ De acordo com Gerlin, Fraga e Rosemberg (2013, p. 4) Ao discutir a diversidade cultural, é comum a interdependência aos termos raça, diferença e elementos de estruturas de identidade como classe, religião, gênero, orientação sexual, que muitas vezes levam ao conceito Multiculturalismo. O multiculturalismo ajuda os bibliotecários a analisar o desenvolvimento de práticas voltadas à interação entre os diferentes grupos de usuários dessas bibliotecas e as sociedades a que pertencem.

como língua primária outra do que a oficial. No caso brasileiro, isso não é usual, fora de espaços indígenas específicos, porém, é preciso notar essa possibilidade ao destacar o fomento da língua nativa na experiência de outros países.

Outro documento que expande a temática é o *Multicultural Communities: Guidelines for Library Services An Overview*, publicado em 2009. Igualmente ao Manifesto, aponta para a importância do serviço a todas as comunidades e documentos em línguas que atendem distintos grupos linguísticos. Também indica como é possível alcançar isso pela criação de um acervo diverso e informativo. Para isso, é preciso que haja uma análise da comunidade que a biblioteca atende, entendendo suas características e necessidades.

Outro ponto que vale ressaltar é de que, entre as sugestões às bibliotecas, está a de empregar equipe de bibliotecários que “reflitam a diversidade da comunidade, que são treinados para trabalhar com e servir a comunidades diversas” (IFLA, 2009, p. 1, tradução nossa). Quando pensamos no caso brasileiro, isso significa ter uma equipe que seja radicalmente diversa e que seja capacitada na questão racial e étnica brasileira.

Em função desse contexto, Saldanha e Pereira (2016) também se orientam para uma análise do espaço da biblioteca como um espaço de lazer, através do pensamento biblioteconômico-informacional, utilizando-se de abordagens políticas de ação cultural e animação cultural.

Nesta perspectiva Saldanha e Pereira (2016, p. 21) apontam:

O bibliotecário pode criar condições para que o usuário desfrute dos potenciais ações culturais, entendidas como um processo, neste caso: o uso de informações; a criação e produção informacionais; o diálogo, interação e participação do usuário na ação cultural. Se o usuário estiver utilizando de sua liberdade para realizar tal processo, e se este processo lhe causar bem-estar, este conjunto de fatores (acredita-se) favorece o gozo do entretenimento por sua parte. Percebe-se assim a atualização de um espaço de lazer potencial, assim como em animação cultural.

Além da inserção dos espaços informacionais como entretenimento e lazer, há a possibilidades de trabalhos significativos de mediação em diferentes espaços de construção do conhecimento. Dentre esses trabalhos, menciona-se o exercício de Biblioterapia (do grego *biblion* / livro e *therapeuticaorum* / tratamento), utilizado por meio de textos literários e informativos. Esta terapia ajuda a desenvolver “novos

saberes, estabilizar a compreensão de novos saberes, entender reações, frustrações e conflitos, além de incrementar a autoestima, no momento em que estimula a criatividade e favorece a socialização dos grupos, instigando diálogo, leitura, autoconhecimento e equilíbrio emocional e intelectual” (TARGINO, 2020 p. 6).

Para Brené Brown (2016) há outras medidas possíveis e passíveis de implantação na mediação cultural e/ou mediação da leitura como instrumentos de inclusão, como a escrita emocional. Dentre elas estão as práticas de promoção da leitura e da escrita direcionadas ao avanço de uma sociedade igualitária e justa, em diferentes faixas etárias, gêneros e raças, que propicia a criticidade e o letramento para além da alfabetização. O advento da era informacional com a introdução tecnológica também facilitou a gestão de serviços e produtos biblioteconômicos reforçando atividades sociais, voltadas para a cultura e o lazer, agregando a biblioteca como um espaço inclusivo em que os direitos humanos sejam mais respeitados, e os profissionais atuantes nessas instituições sejam conduzidos pela trindade: educação a distância, redes sociais e ação cultural (RIBAS; ZIVIANI, 2007 apud SANTA ANNA, 2016).

Alguns autores de literatura evidenciam a relevância da Biblioteca como um espaço inclusivo, deixando de ser apenas um local de consulta para se tornar um espaço de convivência e de atividades culturais. Porém, essa ótica não é a realidade de muitas bibliotecas diante da indisponibilidade de recursos disponíveis dentro da instituição, e do despreparo por parte dos bibliotecários em não saber lidar com ações culturais. Santos (2015) aponta que essa inaptidão pressupõe da formação acadêmica concentrada no processamento técnico, o que faz o profissional da informação preterir ações culturais. Cabral (1999) explica que a desmotivação por parte dos bibliotecários para promover ação cultural são as poucas publicações acadêmicas do assunto na área biblioteconômica. Contudo, se percebe um aumento de publicações nos últimos anos sobre ação cultural na área, o que confirma a parcela desse profissional pelo assunto.

Diante dessas circunstâncias, além da tríade “formação técnica, a humanística e a prática”, a parceria entre o bibliotecário e o corpo docente é determinante para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico junto às atividades de mediação. A aquisição de conhecimentos não acontece apenas em sala de aula por meio do

professor e deve-se aliar à atuação do bibliotecário escolar no processo educacional, qual seja cooperar no desenvolvimento da leitura e da escrita, na aquisição de informações e no progresso cultural, econômico e social (SALA; MILITÃO, 2017).

No entanto, escolas, professores e bibliotecários enfrentam muitos desafios para que possam realizar um verdadeiro trabalho colaborativo. Bernadete Campello (2003) enfatiza que a cooperação entre bibliotecários e professores depende do grau de intervenção coletiva envolvido no processo de aprendizagem no auxílio de atividades educativas dentro e fora da sala de aula e estabelece um papel mais decisivo do bibliotecário para que este possa conquistar seu espaço na comunidade escolar. Dudziak (2001) considera a importância da inserção dos bibliotecários nos processos educativos na comunidade escolar, embora ocorram entraves que impedem uma atuação mais significativa.

A inserção do bibliotecário na comunidade educacional nem sempre é fácil. Embora muitos bibliotecários se considerem educadores e possuam *status* para tal, nem sempre as escolas e faculdades às quais estão vinculados percebem esses profissionais como colegas engajados no processo educacional. Em geral, admite-se que as coleções das bibliotecas são essenciais para a formação do estudante, mas a necessidade de se educar para ter o “domínio da informação” fica muitas vezes em segundo plano. (DUDZIAK, 2001, p. 115, grifos da autora).

Cabe salientar que a política do branqueamento e o mito da democracia racial controlada pelo Estado interventor e capitalista ainda perpetuam na memória da sociedade brasileira, afetam o cotidiano e as práticas profissionais da/o bibliotecária/o, tendo pouca repercussão no espaço acadêmico e profissional. Desta maneira, verifica-se que as bibliotecas no Brasil são instituições criadas pela elite branca, masculina e heterossexual e, a longo prazo, amparam à esta mesma elite de forma dominante (CARDOSO, 2015).

Nessa conjuntura a incorporação das práticas culturais supracitadas não seriam aqui postos como a “salvação” ao combate ao racismo nesses espaços, pois o racismo está nas estruturas sociais, na política, economia, cultura sustentada pelo poder estatal e reproduzida pelas instituições, com as bibliotecas. Entretanto são práticas que viabilizam o debate e o desenvolvimento de estratégias para melhor compreender o tema das relações raciais e o combate ao racismo e demais opressões, sendo ainda um processo desafiador, pois tradicionalmente os cursos de

Biblioteconomia consideram “conteúdos programáticos dos grandes centros do que a real necessidade dos países ou seja, países cuja formação histórico cultural, geográfica, não vem a ser exclusivamente europeia e branca, numa clara denegação da africanidades” (SILVA; LIMA, 2018, p. 64).

Neste sentido, a colaboração entre bibliotecários e professores é de extrema importância e deve ser buscada com afinco, uma vez que irão cooperar para formação nos alunos no hábito de usar a informação, de pesquisar e utilizar a biblioteca de forma crítica. Cabe ao bibliotecário escolar fazer valer o seu espaço e mostrar-se presente, tanto para o professor como para o aluno. É preciso que se engajem no processo de ensino, para serem capazes de auxiliar na formação de estudantes competentes informacionalmente.

A partir da análise desses estudiosos sobre a ação cultural, observam-se questões importantes que envolvem a aproximação do bibliotecário com a comunidade escolar que pressupõe o diagnóstico das várias realidades sócio-políticas, culturais e educacionais, e uma nova postura das práticas biblioteconômicas. O profissional da informação necessita “ser proativo, lidar com imprevistos, ter criatividade, cultura geral, sensibilidade, trabalhar com profissionais de outras áreas, buscar parceiros, ter uma equipe envolvida e altamente comprometida” (OLIVEIRA, L., 2010, p. 125).

Neste sentido, o entendimento de ação cultural como “mediação da cultural”, pode promover potencialidades na construção do conhecimento dos alunos para conscientizar a cultura negra nos espaços escolares e incentivar críticos aos usuários que passa por processo de dominação e discriminação.

2.5 A BIBLIOTECONOMIA, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE: UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO IDENTITÁRIA DAS CULTURAS NEGRAS DO BRASIL

Como apresentado, há inúmeras possibilidades e deveres da biblioteca e do bibliotecário sobre sua atuação em debates sociopolíticos, a exemplo da questão identitária. Destacou-se também que a emergência do debate é resultante dos movimentos sociais específicos e dos estudos sobre que apostam na inclusão da

diversidade identitária dos usuários que atuam e ocupam no contexto escolar e, particularmente, as bibliotecas. Esse novo olhar culminou trabalhos que refletem sobre biblioteconomia negra definida como:

A Biblioteconomia Negra Brasileira é reconhecida como um movimento reflexivo que discute a formação na área, a atuação bibliotecária de profissionais negros e a produção científica realizada por bibliotecários negros e não negros sobre questões étnico-raciais. O movimento envolve os aspectos que respondem pela condição social das populações de origem africana no Brasil através das lentes teórico-metodológicas da Biblioteconomia. Esse movimento se utiliza inicialmente da teoria e das técnicas da bibliografia como instrumento de resistência, visibilidade e representação da identidade da população negra brasileira. (SILVA; SALDANHA, 2019, p. 13).

Esse processo foi instaurado em decorrência de diferentes fatores, como a expansão do conhecimento universitário do campo, ações bem-sucedidas do movimento negro e a própria legislação da Lei Federal nº 10.639/03 que determina a obrigação do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, garantindo a inserção da temática nas bibliotecas, especialmente escolares (SILVA, 2019).

Apesar do crescimento da temática, ainda é manifestada de forma inexpressiva e não garantida dentro do campo biblioteconômico. No estudo sobre a incorporação do tema em curso de Biblioteconomia, Franciéle Garcês Silva (2019) demonstra como a questão racial não é incorporada nas disciplinas. Isso decorre da ausência da apropriação por parte dos docentes sobre o valor do ensino sobre o tema de História e Cultura Afro-brasileira, impactando significativamente na formação humanística dos futuros profissionais. Ademais, é preciso apontar também o desconhecimento da Lei Federal nº 10.639/03, apesar de mais de uma década de sua promulgação.

O movimento de reconhecimento da História e Cultura Africana e Afrodescendente não é exclusivamente brasileira, como demonstram Silva e Saldanha (2019). A atuação dos bibliotecários negros, na corrente reconhecida como *Black Librarianship*, se relaciona com o movimento social por direitos civis, especialmente afro-americanos que se formaram na área, e estiveram na linha de frente no confronto da segregação existente (SILVA; SALDANHA, 2019).

Devido a ideologia de “separados, mas iguais”, houve oportunidades de formação para afro-americanos, porém eram em universidades com menores

investimentos e o número de oportunidades era significativamente menor. Apesar das grandes migrações que ocorreram durante o século XX, o movimento de milhares de negros que migraram do Sul para o Norte ou Oeste.

No Brasil, o movimento é distinto, especialmente pela falta de acesso e oportunidade iguais a indivíduos negros ao ingressarem nas universidades públicas, a partir da metade do século XX. Apesar, as vagas eram ocupadas majoritariamente por pessoas da classe média e alta, as quais em sua maioria eram brancas. O Brasil não necessitou de legislação para a exclusão acadêmica de pessoas negras, sendo garantidas por meios econômicos e sociais.

A primeira bibliotecária negra formada foi Regina Santos Silva Tonini em 1966, e desde então, houve disputas e posições de lideranças, como duas presidências do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), porém insuficiente quando consideramos a representatividade negra nos espaços acadêmicos (SILVA, 2019). Todavia, é um número diminuto considerando que pessoas negras representam 56% da população brasileira (BRASIL, 2020).

Uma revisão da produção sobre biblioteconomia negra demonstra o progresso na produção, como também a importância do avanço da área, principalmente quando consideramos a crescente centralidade da temática racial no cenário sociopolítico brasileiro. Cada nova geração aparenta expandir o debate racial, questionando as estruturas anteriores, analisando a história e cultura brasileira e construindo novo entendimento da nossa realidade. Não é surpreendente, portanto, que esse debate esteja dentro das escolas, espaço de formação do indivíduo. É necessário, portanto, considerar que atividades podem ser realizadas de forma a oferecer uma nova leitura da História, sendo isso necessário para todos os alunos, independente da raça (SILVA, 2019).

Para acompanhar os movimentos contemporâneos, principalmente no campo identitário, também é necessário considerar a interseccionalidade que há entre eles. O conceito, que tem origem em ideias anteriores, foi criado por Kimberlé Crenshaw (2002), no meio jurídico, visando demonstrar como a lei era insuficiente para entender a realidade das mulheres negras porque somente considera uma de suas identidades por vez. Quando, na realidade, é no encontro entre as duas (na intersecção) que se forma uma experiência única. A vivência das mulheres negras

não é a soma de um com outro marcador identitário, como raça e gênero, mas a conjunção destes que formam uma experiência nova, única e diferente dos outros grupos, como a de mulheres brancas.

Apesar do foco inicial na vivência de mulheres negras, o conceito foi extrapolado, não somente para considerar outras questões identitárias e de classe, mas também para entender como todas as pessoas formam sua identidade na intersecção de diferentes questões. Entende-se que o conceito permite visualizar as opressões que atravessam os grupos humanos, com branquitude ou masculinidade presentes. Logo, a vivência de mulheres brancas ou homens negros também é informada por raça e gênero, seja de forma privilegiada ou opressora (COLLINS, 2019). Como Crenshaw (2002, p. 177) afirma:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Quando pensamos de forma interseccional, o apagamento e violência contra mulheres negras é parte fundamental do entendimento da História brasileira, sendo ignorado pela maioria. É por isso que a adição dessas vozes nas escolas, por meio de produções literárias nas bibliotecas, pode permitir um diferencial de conhecimento dos alunos (SILVA, 2019). Todavia, é preciso que o bibliotecário, como mediador, conheça os materiais e tenha a sensibilidade necessária para auxiliar os alunos no progresso do conhecimento.

Também é possível pensar na intersecção de raça, sexualidade e identidade de gênero, a qual muitas vezes é silenciada, com a imagem de opressões que atingem de formas separadas, quando o processo de violência é único nesses casos. Para melhor compreensão de tal vivência que é preciso de mais materiais que lidem com a temática racial, com viés interseccional, e disponíveis nas bibliotecas e acessível para que os procurem, seja para autoconhecimento, seja para aqueles que desejam produzir materiais e necessitam de informações (SANTOS, 2019).

Por isso, não podemos considerar a identidade e as interseccionalidades que as formam como algo estático, mas como algo que atua em diferentes formas a partir do contexto social. É um processo complexo, e a atuação de mediadores sensíveis à temática é imprescindível para possibilitar a ampliação do debate. Como foi assinalado, a biblioteca é um espaço importante dinâmico e acessível a esses novos estudos, e é preciso que considere sua potencialidade e limites da atual conjuntura.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem como objetivo identificar, sistematizar teorias, métodos e técnicas para o desenvolvimento de ações culturais voltadas para a valorização das culturas negras na Biblioteca Escolar da IFRJ, campus São Gonçalo. Sendo assim, este documento procurou investigar as produções bibliográficas biblioteconômicas com foco no trabalho pedagógico-cultural do bibliotecário para difusão da literatura africana e/ou afro-brasileira em ambientes informacionais.

Com base nessas verificações, serão desenvolvidos subsídios para a criação do produto que fundamentará na implementação de ações culturais que permitam a conscientização da cultura negra na comunidade escolar.

Considerando a Pandemia de Covid-19, e dando sequência ao isolamento social, a presente pesquisa realizou a investigação das fontes bibliográficas utilizando somente recursos via digitais, inviabilizando a realização do levantamento bibliográfico pelo formato físico.

Optou-se por uma pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento desse estudo com o intuito de apresentar recentes considerações sobre a ação cultural enquanto trabalho dinâmico nos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Magda Alves (2007) conceitua que pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida exclusivamente a partir de fontes já elaboradas – livros, artigos científicos, publicações periódicas. Essas publicações têm como vantagem cobrir uma ampla gama de fenômenos que o pesquisador não poderia contemplar diretamente.

A tipologia metodológica a ser utilizada para o desenvolvimento do projeto envolve pesquisa exploratória pautada em análise qualitativa coerente, com os objetivos de estudos apresentados.

É pautada pela obra de Goldenberg (2004, p. 14):

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.

Para realizar a análise qualitativa com a profundidade necessária, é preciso conhecer o universo dos Institutos Federais, instituições únicas que possuem particularidades em sua estrutura e um diálogo particular com a região que faz parte. Falaremos, na próxima seção, especialmente no processo de formação e estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), o qual o seu campus São Gonçalo é o nosso espaço de análise.

3.1 CONTEXTO DA PESQUISA: CONHECENDO O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ)

Neste tópico apresentaremos a origem do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) desde o seu planejamento até o seu efetivo exercício. Vale destacar que as informações foram obtidas por meio do portal eletrônico da instituição. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro se originou através do Curso Técnico de Química Industrial criado em 1940 na então Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, sendo reconduzido em 1959 para Escola Técnica de Química (ETQ), tornando-se uma autarquia educacional.

Nos períodos de 1965 até 2008 o instituto passou por diferentes designações até se estabelecer no Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFETQ). Com a aplicação da Lei Federal nº 11.892 publicada em 29 de dezembro de 2008, o CEFET Química de Nilópolis tornou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) sendo ainda, vinculado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica integrado ao Ministério da Educação (REFEPCT).

Conforme a Lei mencionada acima, os Institutos Federais são considerados instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, tendo como objetivo promover à educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Como autarquias, possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Ademais, o IFRJ desenvolve pesquisa em diversos campos do conhecimento, promovendo a inovação e educação inclusiva para toda a comunidade.

No caso do campus analisado, São Gonçalo, é notável a existência de pós-graduação que dialoga com a necessidade da população, como a existência da Especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras, uma temática que tem sido tratada progressivamente desde a lei nº 10.639 de 2003 sobre o ensino escolar.

3.1.1 Sistema de Bibliotecas do IFRJ

O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) do IFRJ foi instaurado em agosto de 2014 sob a Coordenação Geral de Bibliotecas (CGBiblio) que tem por finalidade administrar o SIBi e oferecer suporte informacional para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de promover as atividades de incentivo à leitura e disseminação da informação.

O Sistema é composto pela CGBiblio, situada na Reitoria, e pelas bibliotecas dos campi de Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda. Quando consideramos que o Rio de Janeiro possui 92 (noventa e dois) municípios, há uma IFRJ em aproximadamente um sexto dos municípios fluminenses.

Além de sua ampla cobertura, ao buscar uma relação com a sociedade local e abrangendo diferentes níveis educacionais, o instituto construiu um amplo Sistema de Bibliotecas o qual propicia acesso à educação profissional e técnica em vários níveis de ensino. Desta maneira, não deve ser denominada apenas como bibliotecas escolares, sendo também considerada Bibliotecas Multiníveis.

O conceito de bibliotecas multiníveis é em decorrência da insuficiência dos termos existentes para as bibliotecas dos Institutos Federais, os quais não se limitam às definições anteriores de escolar-universitária ou híbrida. O conceito, idealizado por Moutinho (2014) baseia-se na percepção da biblioteca como uma organização que acolhe as necessidades de públicos que possuem níveis diferentes em seus processos formativos (nível médio, técnico e superior). Logo, há diferentes níveis de necessidades e é preciso de distintas competências informacionais. Por isso, o conceito é definido de tal maneira: “biblioteca multinível é toda unidade de informação

que quanto à finalidade atende aos usuários de diversos níveis de ensino” (ALMEIDA; FREIRE, 2018).

As Bibliotecas são regidas pelo Regulamento Institucional das Bibliotecas, Resolução nº 23, de 25 de julho de 2017. O art. 5º apresenta os seguintes serviços:

I. Serviço de referência – atendimento ao usuário, auxílio à pesquisa, orientação quanto à normalização dos trabalhos acadêmicos e artigos científicos, atualização e desenvolvimento de tutoriais e Programa de Capacitação do Usuário;

II. Orientação e/ou busca bibliográfica (manual e informatizada) – localização e busca metódica de materiais informacionais;

III. Comutação bibliográfica – solicitação de fotocópias e/ou empréstimos de documentos em outras Bibliotecas nacionais ou estrangeiras;

IV. Empréstimo domiciliar – empréstimo de material informacional por período prédefinido, de acordo com o enquadramento de categoria do usuário;

V. Empréstimo entre bibliotecas – serviço de empréstimo de materiais bibliográficos com bibliotecas de outras instituições públicas ou privadas (verificar os convênios ativos), cabendo ao usuário respeitar as normas de empréstimo da instituição conveniada;

VI. Normalização de referências – orientação na elaboração de referências de acordo com as normas adotadas;

VII. Catalogação na fonte – elaboração de ficha catalográfica de publicações do IFRJ e/ou trabalhos acadêmicos;

VIII. Solicitação de número ISBN junto à Agência Brasileira do ISBN para publicações editados pelo IFRJ;

IX. Solicitação de número de ISSN junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para os periódicos editados pelo IFRJ; X. Visita orientada no início do semestre letivo – apresentação da Biblioteca e demonstração dos serviços oferecidos ao usuário;

XI. Serviços de Alerta e Disseminação Seletiva da Informação (DSI) – informação de forma oportuna e dinâmica dos últimos materiais informacionais incorporados ao acervo e serviços implantados;

XII. Treinamento de usuários – capacitação dos usuários objetivando maior autonomia para que possam encontrar a informação que deseja, de modo a utilizar

efetivamente todos os recursos e serviços que a Biblioteca dispõe; XIII. Portal de Periódicos Capes – acesso livre e gratuito ao Portal de Periódicos para a comunidade interna do IFRJ;

XIV. Biblioteca Virtual – acesso livre e gratuito a e-books de diversas áreas do conhecimento, disponíveis em Português, Inglês e Espanhol. (INSTITUTO, 2017a, p. 3-4)

Ao listar o número de serviços oferecidos pelo Sistema de Bibliotecas, é possível entender a dimensão de seu escopo e como dialogam com a sociedade ao seu redor. A seguir apresentaremos o Campus de São Gonçalo mostrando um panorama sociopolítico e educacional sobre o seu município bem como perfil racial e de renda dos discentes desse Instituto.

3.1.2 Campus São Gonçalo

Especificamente, o *Locus* da pesquisa está localizado no bairro de Neves, em São Gonçalo, segundo município mais populoso do Estado do Rio e décimo sexto em todo país. Tendo a expectativa de ter ultrapassado a marca de um milhão de habitantes em 2021 (IBGE, 2021). Demograficamente, a cidade é composta por 43,5% de brancos, 43,58% de pardos e 12,30% de pretos, enquanto indígenas e amarelos representam juntos 1,43% (IBGE, 2019).

No quesito trabalho e economia, o salário médio mensal são 2 (dois) salários mínimos, porém a taxa de emprego formal contabiliza em média 10.4% em relação a população total do município, sendo considerada uma das menores taxas do estado (IBGE, 2021).

Na área de educação, segundo dados do IBGE (2010) no quesito formação da população abaixo dos 25 anos, 24,29% são sem instrução e ensino fundamental incompleto, 12,64% possuem fundamental completo e ensino médio incompleto, 21,80% têm ensino médio completo e superior incompleto, enquanto 4,52% têm formação no ensino superior (DATAPEDIA, 2022a). Por fim, é válido apontar que, no caso da proporção de jovens de 18 a 24 anos que frequentava o ensino superior, São Gonçalo apresenta 12,72%, dados abaixo dos números estadual e federal, 15,38% e 13,95% respectivamente (DATAPEDIA, 2022b).

Frente a essa realidade, vale observar a classificação racial e de renda dos alunos do campus de São Gonçalo da IFRJ. Do total de 1.021 alunos matriculados, 44,73% se declaram brancos, enquanto 38,71% se autodeclaram negros e 15,91% de pardos, como apresentado na tabela abaixo. Ademais, 91 alunos não se declararam, cinco alunos se declaram amarelos e um indígena, totalizando um percentual de 0,65% (PNP, 2021). Quando analisamos o total de alunos, percebemos um número relativamente maior de pretos e pardos comparados a porcentagem de alunos brancos.

Quadro 1 - Perfil racial dos alunos do campus de São Gonçalo do IFRJ

Matrículas por raça	
Branco	44,73%
Pardo	38,71%
Negro	15,91%
Outros	0,65%

Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2021).

Quando esses dados são atravessados pela questão de renda, representado pela renda familiar, que a maioria dos alunos possuem renda familiar entre 0,5 e 1 de salário-mínimo, sendo a porcentagem progressiva quando comparamos brancos (31,59%), pardos (34,93%) e pretos (44,12%) respectivamente. Os alunos, no geral, estão na base da pirâmide econômica social, o que evidencia a importância da IFRJ para a capacitação dessas pessoas e o desenvolvimento local.

Mediante as comprovações no quadro acima, o campus São Gonçalo apresenta uma expressiva participação de indivíduos declarados pardos e negros. Neste sentido, o Campus assume um importante papel em disseminar ações culturais envolvendo o multiculturalismo entre outros temas que tratem da diversidade cultural no trabalho pedagógico a ser desenvolvido no espaço da biblioteca escolar.

A instituição foi inaugurada em 2010 e atende a comunidade local e proximidades com cursos de Educação Profissional Técnica, integrados ou não ao ensino médio, tais quais, química, segurança do trabalho e administração além da pós-graduação lato sensu em especialização em ensino de histórias e culturas

africanas e afro-brasileiras. O IFRJ campus São Gonçalo possui uma biblioteca que atende as necessidades dos docentes, discentes e a comunidade local (IFRJ, [2021]).

Vale destacar que está em fase de implementação no Campus São Gonçalo o 'Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual' que tem como foco estimular e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e sexualidade. Neste Núcleo estão participando a comunidade escolar, composta por estudantes negros e transexuais (IFRJ, [2021]).

3.2 A CONSTRUÇÃO DO CORPUS BIBLIOGRÁFICO

Esta seção apresenta os delineamentos da pesquisa para construção do corpus. Como instrumentos e fontes de coleta de dados, foi realizado o levantamento de anais, artigos e dissertações em território nacional no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Quanto à temporalidade, o levantamento teve um recorte temporal de 2010 a 2021, no período de 1º de janeiro de 2010 a outubro de 2021, período que coincide, como antevisto no referencial teórico desta pesquisa, com um grande desenvolvimento do debate antirracional, decolonial e sociocultural do campo biblioteconômico-informacional.

Para delinear a pesquisa de construção do corpus foram estabelecidos os seguintes descritores: "Biblioteca e identidade negra", "Ação cultural e biblioteca", "Diretrizes de ação cultural e Biblioteca", "Mediação Cultural e Biblioteca", "Identidade Negra e Biblioteca", "Memória Negra e Biblioteca" Para relacionar os termos da pesquisa foi aplicado o operador booleano AND (E) para combinar as diversas palavras-chaves e conduzir uma melhor especificidade à pesquisa.

Especificamente, a pesquisa para a construção do corpus, foram realizadas nas seguintes bases de dados: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em ciência da informação (Brapci), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação (Benancib)

A seguir os quadros apresentando as estratégias de busca (quadro 2) e os resultados dos trabalhos acadêmicos recuperados através dos descritores estabelecidos (tabela 1):

Quadro 2 - Estratégia de busca e descritores

Estratégia	Base de dados
Base de dados	BRAPCI: título, palavra-chave, resumo BENANCIB: título, assunto, texto completo BDTD: todos os campos
Termos de busca	“Ação Cultural e Biblioteca” “Planejamento de ações culturais e Biblioteca” “Mediação Cultural e Biblioteca” “Identidade Negra e Biblioteca” “Memória negra e Biblioteca”
Tipo de documento	Artigos científicos, livros, teses e Dissertações
Período de cobertura da pesquisa	2010- 2021
Período de seleção do corpus	01/01/ 2010 a 31/10/2021

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 1 - Levantamento bibliográfico na Base de Dados

Termo de busca	BRAPCI	BDTD	BENANCIB
Ação cultural e Biblioteca	76	5	2
Planejamento de Ação e Cultural e Biblioteca	7	1	8
Mediação Cultural e Biblioteca	46	8	24
Identidade Negra e Biblioteca	5	2	3
Memória Negra e Biblioteca	2	1	3

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A busca nas três bases de dados foi realizada por meio de cinco termos de buscas, os quais são: Ação cultural e Biblioteca; Planejamento de ações culturais e Biblioteca; Mediação Cultural e Biblioteca; Identidade Negra e Biblioteca e, por fim, Identidade Negra e Biblioteca. De tal forma, três primeiros termos foram direcionados para o trabalho de bibliotecário, com ação cultural, planos e mediação cultural, e dois últimos para a especificidade da questão racial, com identidade e memória negra.

No primeiro caso, a BRAPCI apresenta o maior número de descritores recuperados, totalizando 136, tendo destaque para os termos “Ação cultural e

Biblioteca” e “Mediação cultural e Biblioteca”, respectivamente com 76 e 46 trabalhos recuperados. Em contrapartida, os outros descritores, “Planejamento de ações culturais e Biblioteca”, “Identidade Negra e Biblioteca”, “Memória Negra e Biblioteca”, apresentaram baixa revocação, tendo, respectivamente, 7, 5 e 2 trabalhos recuperados.

A BDTD apresentou um número menor de trabalhos recuperados, 17 ao total. Nesse caso, o termo Mediação Cultural possuiu o maior número de descritores recuperados, totalizando 8, sendo seguidos por “Ação Cultural e Biblioteca” com 5, “Identidade Negra” com 2, e “Planejamento de ações culturais e Biblioteca”, “Ação Cultural e Biblioteca” ambos com 1. Os descritores “Identidade Negra e Biblioteca” e “Memória negra e Biblioteca”, novamente, apresentaram o menor número de descritores recuperados, tendo Identidade Negra com 2 e Memória com 1.

Já a Benancib, o qual retornou 42 trabalhos com os descritores pesquisados, apresentando uma maior variação na recuperação dos descritores. No caso do termo “Mediação Cultural e Biblioteca”, 24 trabalhos foram recuperados, enquanto “Planejamento de Ação Cultural e Biblioteca” resultou em 8 comunicações. Já os termos “Identidade Negra e Biblioteca” e “Memória Negra e Biblioteca” ambas recuperaram 3. E por fim, “Ação Cultural e Biblioteca” apresenta a menor recuperação, com somente dois resultados.

De acordo com as buscas nas bases de dados supramencionadas, percebe-se que os termos “Ação Cultural e Biblioteca”, “Mediação Cultural e Biblioteca” foram os mais recuperados nas bases de dados, ao passo que os termos “Identidade Negra e Biblioteca”, “Memória Negra e Biblioteca”, obtiveram baixa revocação. De acordo com a tabela, o repositório BRAPCI recuperou a maior parte dos trabalhos que integraram os conceitos da pesquisa.

Embora a base de dados BDTD apresentou baixa revocação, a dissertação da autora Francilene do Carmo Cardoso (2011), intitulada “A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra” supracitada, contribuiu significativamente para o aporte da pesquisa. Foi observado neste repositório durante o levantamento que não foram encontradas teses significativas quanto aos descritores buscados, somente dissertações.

Na Benancib apresentaram relevantes artigos respectivamente que deram subsídios para a investigação como o artigo já supramencionado denominada “três esferas: proposta para planejamento de ações culturais”, de Ana Carolina de Melo Martins e Tânia Regina da Rocha.

Além disso, tendo em vista a especificidade do tema, é importante registrar que foi necessário investigar outras fontes de informação, tais como o referencial bibliográfico apresentado nas disciplinas cursadas durante o mestrado e também a busca na internet em sites de movimentos sociais e de entidades que atuam na defesa e valorização da cultura africana no país, a saber: “A Cor da Cultura e “Geledés”.

3.3 OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE PARA A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Na perspectiva de Bardin (1977, p. 95), a análise de conteúdo é desenvolvida por meio de três etapas: pré-análise, exploração do material e processamento dos dados, sendo considerada um instrumento metodológico bastante utilizado em diversos conteúdos para a análise dos dados qualitativos. De acordo com a autora supracitada:

O que é a análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. (BARDIN, 1977, p. 09).

Nesse sentido, a revisão de literatura foi desenvolvida para criar um escopo da pesquisa a partir da análise das temáticas abordadas, aportes teórico-conceituais, possíveis contribuições dentro do campo da biblioteconomia e ciência da informação no Brasil. E assim, apontar uma linha de estudo favorável, observando a produção acadêmica e abordagem dinâmica do fazer do bibliotecário.

O corpus de análise deste estudo foi constituído por artigos científicos, Anais e dissertações coletados em bases de dados descritos no Quadro 3 compondo uma amostra nacional. Inicialmente, como atividades de pré-análise, foram definidos artigos científicos, anais e dissertações por meio do uso de descritores selecionados, a fim de contextualizar o trabalho de pesquisa. Desta maneira, foi utilizado uma leitura *flutuante*⁹ dos documentos que tratavam especificamente aos objetivos da pesquisa. Após essa análise foram separados da primeira amostra artigos que tratavam especificamente assuntos que propiciam discussão e modificação no que tange a realização de atividades de ação cultural nos bibliotecários escolares através do pensamento biblioteconômico-informacional. Logo em seguida, foram retidos documentos com enfoque nos temas Identidade Negra, Memória Negra, Lei nº 10.639 e práticas educativo – culturais. O levantamento, na primeira etapa da coleta,

⁹ Termo cunhado por Bardin (1977) que envolve a primeira fase de pré-análise de conteúdo. Isto é, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, para a formulação e interpretação de indicadores do material.

foi feito por meio da leitura dos resumos e, na segunda etapa, por meio da leitura dos artigos completos.

Outro procedimento utilizado na constituição do Corpus foi a “regra de pertinência” (BARDIN, 2016, p. 128), ou seja, a seleção de artigos e dissertações que demonstraram relevância e potencialidades ao objetivo e questões atribuídas nesse estudo, e também a “regra da homogeneidade” (BARDIN, 2016, p. 128) que determina que os documentos separados para a pesquisa devem ser homogêneos, ou seja, cumprir critérios precisos na escolha.

Com a identificação do corpus, foram selecionadas variáveis para análise e discussão, sendo posteriormente utilizadas para fins de interpretação dos resultados. Assim, foram identificadas as variáveis analíticas (tangíveis, objetivas, descritivas) a) Autoria, b) Título, c) Ano, d) Assunto; e) Espaço (região geopolítica); f) Tipologia institucional; g) gênero textual; h) Descritores. Essas variáveis estão destacadas na seção “Categorias Descritivas”.

Foram também identificadas variáveis discursivas que são representadas (intangíveis, subjetivas, conceituais), em destaque: a) “Planejamento e Ação Cultural”, b) “Relações étnicas Raciais”, c) “Ação cultural e Biblioteca Escolar” e) “Ação Cultural e Biblioteca Pública”, suplementadas por f) Comunidade foco (de cada conceito), g) Abordagem teórico-metodológica e h) Métodos de ação Cultural. Essas variáveis estão destacadas na seção “Categorias Teóricas”.

As variáveis analíticas e as variáveis discursivas foram cruzadas para fins de visualização do fenômeno por trás de cada construção conceitual do universo das práticas de ação cultural dos saberes em biblioteca no domínio de relações étnico-raciais. A seguir apresentamos a definição e o delineamento do foco de cada variável.

No âmbito das variáveis analíticas, em "autoria" procura identificar os perfis de autoras(es) que trabalham com temas que se coadunam com o objeto de estudo; em "título" juntamente com a variável “descritores” procuram identificar se as produções selecionadas se expressa em representar fidedignamente, os objetos de estudo; em “ano” busca detectar a ocorrência temporal das produções selecionadas; em “assunto” tem o intuito de apresentar linhas de pesquisa mais atuantes abrangendo o conteúdo da pesquisa; em “Espaço” busca identificar a dimensão dos trabalhos pertinentes da pesquisa com enfoque na região política; em “Tipologia Institucional” identificar nas

produções acadêmicas qual é o campo de ação mais influente no contexto das Bibliotecas; em “Gênero Textual” procura analisar como estão sendo representadas a produção de conhecimento científico envolvendo o contexto do objeto de estudo dessa pesquisa.

A variável “Comunidade Foco” tenciona analisar para qual abordagem os textos identificados se direcionam e qual o público se destina. Ademais, a finalidade desta variável pretendeu averiguar a visibilidade do bibliotecário escolar enquanto sujeito mediador no processo de inclusão social e disseminação às memórias africana e afro-brasileiras.

A variável discursiva “abordagem teórico metodológicas” pretende demonstrar as abordagens mais recorrentes que alicerçam o corpus selecionado e as ideias fundamentadas pelos autores que discorrem diretamente sobre o objeto de estudo da presente pesquisa.

E por fim, a variável “Métodos de ação Cultural” tem por finalidade manifestar os métodos e instrumentos de ação cultural mais recorrentes nas Bibliotecas Escolares enquanto local de práticas de combate ao racismo e a respeito à diversidade.

Cabe salientar que foram utilizados como variável discursiva para a presente pesquisa dois documentos organizados pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) a saber: “*Multicultural Communities: Guidelines for Library Services* (2009) e Diretrizes para Bibliotecas escolares (2016). Esses dois documentos contribuem para a formação acadêmica do profissional bibliotecário e da missão da biblioteca escolar pelo compromisso aos princípios fundamentais da igualdade, à liberdade de acesso à informação e pelo acolhimento das diversidades culturais.

Além desse procedimento, a apresentação dos resultados do corpus da pesquisa será pontuada no texto a seguir. Esse tópico irá fornecer uma exposição da produção acadêmica, verificando possíveis potencialidades em ação cultural para a construção da identidade negra no campo da biblioteconomia e ciência da informação no Brasil.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Esta seção explora o diálogo entre o aporte teórico da pesquisa e o desdobramento dos resultados obtidos com o objetivo de analisar as contribuições dos alguns autores que abordaram a temática voltada para ações culturais e cultura afrodescendentes nos espaços informacionais, especificamente em bibliotecas escolares. A seção está dividida em subseções, nas quais descrevem :apresentação do Corpus; a análise descritiva e teórica para representação do conteúdo a partir do corpus traçado; e por fim análise comparativa das ideias centrais apresentadas pelo corpus e Referencial Teórico.

4.1 APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Conforme exposto na seção 3.3 “Instrumentos de Análise para a Constituição do Corpus”, o método de pesquisa utilizado para a constituição do Corpus foi realizado pela Análise de Conteúdo de Bardin. Após separação de 30 artigos, 20 dissertações e 6 anais de congresso delimitou-se como corpus da pesquisa 8 artigos, 6 dissertações e 2 anais considerados pertinentes ao objetivo. Sendo assim, destacou-se a seguinte bibliografia pertencente ao corpus¹⁰.

1- CURVO, Luiz Felipe Sousa. A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial. **Revista Bibliomar**, v. 20, n. 1, p. 106-130, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18764/2526-6160v20n1.2021.5>.

2- GOMES, Andressa Michelly dos Santos; DANTAS, Jadna Noronha de Lima. Música e teatro: estratégias de dinamização de atividades em bibliotecas. **Revista Bibliomar**, v. 20, n. 1, p. 190-205, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18764/2526-6160v20n1.2021.9>.

3- SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

¹⁰ As referências estão em ordem cronológica.

- 4- RIBEIRO, Daviane da Silva. **Africanidades nas escolas: a atuação do bibliotecário em prol da legitimidade cultural.** 2018. 344 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- 5- BARI, Valéria Aparecida; BISPO, Isis Carolina Garcia; SANTOS, Melânia Lima. A biblioteca escolar como espaço de lazer cultural e formação do leitor. **Convergências em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 49-56, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ufs.br/index.php/conci/article/view/10211>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- 6- SANTA ANNA, Jorge A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 82-98, jan./abr. 2017. DOI: 10.20396/rdbci.v15i1.8641700.
- 7- MARTINS, Ana Carolina de Melo; UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. Três esferas: proposta para planejamento de ações culturais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB*, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos [...]**. Marília, UNESP, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/235/1221. 13 mar. 2021.
- 8- GERLIN, MeriNadia Marques; BARCELLOS, Wellington. O bibliotecário como agente cultural: experiência vivida na Biblioteca Pública Argentina Lopes Tristão de Domingos Martins (ES). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 22, p. 118-135, 2017.
- 9- SALDANHA, Gustavo Silva; PEREIRA, Rachel de Melo Vellozo. Das políticas do prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 1, p. 05-28, mar./ago. 2016. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v7i1p5-28.
- 10- LIMA, Graziela dos Santos; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COSTA, Amabile. Ação cultural na biblioteca escolar: proposta de ação cultural referente à cultura africana e afro-brasileira. *In: SEMINÁRIO DA EDUCAÇÃO, RELAÇÕES RACIAIS E MULTICULTURALISMO*, 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, 2016.
- 11- FERREIRA, Graciele dos Santos. **A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil.** 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- 12- SANTOS, Josiel Machado. Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. 2, p. 173-189, jun./dez. 2015.

13- SILVA, Ana Claudia Emídio da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. História e Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a Lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2014.

14- AMARAL, Kauana Rodrigues. **Proposta de ação cultural para as bibliotecas escolares**: um estudo a partir da visão das profissionais que atuam nas bibliotecas da rede estadual de ensino do município do Rio Grande, RS. 2013. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

15- MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. **Multiculturalismo em ciência da informação**: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

16- CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra**. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

As variáveis analíticas selecionadas foram: autoria, ano de publicação, assunto, tipologia institucional, gênero textual e região política, conforme pode ser observado no quadro 3, abaixo.

Quadro 3 - Análise do Corpus a partir das variáveis analíticas

Autoria	Ano	Assunto	Tipologia institucional	Gênero textual	Região política
CURVO	2021	Ação cultural e relações étnico raciais	Biblioteca escolar	Artigo	Região Nordeste
GOMES; DANTAS	2021	Planejamento de ação cultural	Biblioteca escolar	Artigo	Região Sul
SILVA	2019	Relações étnico raciais	Biblioteca pública	Dissertação	Região Sudeste
RIBEIRO	2018	Planejamento de ação cultural	Biblioteca escolar	Dissertação	Região Sudeste
BARI; BISPO; SANTOS	2018	Ação cultural	Biblioteca escolar	Artigo	Região Nordeste
SANTA ANNA	2017	Ação cultural	Biblioteca pública	Artigo	Região Sudeste
MARTINS; ROCHA	2017	Ação cultural	Biblioteca escolar	Anal	Região Sudeste

GERLIN; BARCELLOS	2017	Ação cultural	Biblioteca pública	Artigo	Região Sudeste
SALDANHA; PEREIRA	2016	Ação cultural	Biblioteca pública	Artigo	Região Sudeste
LIMA; SILVA; COSTA	2016	Planejamento de ação cultural	Biblioteca escolar	Anal	Região Sudeste
FERREIRA	2016	Relação ética raciais	Biblioteca pública	Dissertação	Região Sudeste
SANTOS	2015	Planejamento de ação cultural	Biblioteca pública	Artigo	Região Sudeste
SILVA; BERNARDINO; SILVA	2014	Relações étnico raciais	Biblioteca escolar	Artigos	Região Sudeste
AMARAL	2013	Ação cultural	Biblioteca escolar	Dissertação	Região Sul
MATTOS	2011	Ação cultural	Biblioteca escolar	Dissertação	Região Sudeste
CARDOSO	2011	Ação cultural e relações étnicas raciais	Biblioteca pública	Dissertação	Região Sudeste

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

É possível realizar diferentes apontamentos a partir de cada variável. No caso da primeira, ano, é possível perceber que há uma produção contínua do corpus selecionado, com ausência nos anos de 2012 e 2020. Essa trajetória apresenta, entre 2016 a 2017, seus melhores anos com três produções publicadas, o que equivale a um terço dos trabalhos analisados.

No campo de Assunto, identificamos quatro códigos na variável: Ação cultural, Ação cultural e relações étnico raciais, Planejamento de ação cultural, Relações étnico raciais. A primeira foi tema de sete trabalhos, representando parte considerável dos 16. Já a segunda possui somente três trabalhos voltados a ela. A terceira tem três e, por fim, a quarta é o mesmo número, três. Dos 16 trabalhos, seis deles possuem a temática racial, representando, aproximadamente, um terço do total. Válido apontar que não é possível realizar inferência entre anos e assunto, não sendo perceptível nenhum padrão de correlação entre os dois.

No caso da terceira variável, tipologia institucional, tivemos somente duas categorias, Biblioteca escolar e Biblioteca pública. Há uma divisão próxima entre os dois, sendo o primeiro responsável por nove trabalhos, enquanto o segundo por sete.

A penúltima variável é a de gênero textual, a qual foi composta de artigos, dissertações e anais, os quais equivalem a oito, seis e dois respectivamente. Do total dos 164 artigos recuperados do termo de busca nas bases de dados supracitadas no Quadro 2, foram selecionados 8 artigos potenciais no contexto de bibliotecas públicas e/ou escolares.

Estes dividem-se em: quatro artigos que abordam a relação da ação cultural e bibliotecas, dois artigos sobre planejamento na difusão de atividades culturais nas Bibliotecas e, por fim, dois trabalhos que discorrem sobre a atuação da ação cultural nas Bibliotecas e questão racial bem como questões étnico raciais dentro das Biblioteca escolar. Já nos anais foram selecionados dois trabalhos que tratam respectivamente sobre Ação Cultural e Biblioteca Escolar tal como “Planejamento de ação cultural e Biblioteca escolar”. No caso das dissertações, também há ampla variação de assunto. Há dois trabalhos sobre ação cultural, enquanto há um para cada temática, Planejamento de ação cultural, Relações étnico raciais e Relações étnicas raciais e ação cultural.

Por fim, a última variável é a espacial, que tem como conceito a região política no território nacional, tendo trabalho de três de cinco regiões recuperadas: Região Nordeste, Sudeste e Sul. A divisão de artigos foram dois, cinco e dois, respectivamente – evidenciando uma produção maior na Região Sudeste, o qual corresponde a aproximadamente dois terços do material selecionado. No caso do Nordeste, os assuntos foram: um de Ação cultural e um de Ação cultural e relações étnico raciais.

Já no caso do Sudeste, a divisão ocorre de tal maneira: cinco sobre Ação cultural, um focado em Planejamento de ação Cultural, três direcionados a Relações étnico raciais e, por fim, um sobre Relações étnicas raciais e ação cultural. Por fim, os dois trabalhos da Região Sul tratam de Ação cultural e planejamento de ação cultural. Os dois anais selecionados correspondem à Região Sudeste.

Devido a quantidade de trabalhos, não é surpreendente que a Região Sudeste aponte um maior índice na produção de assuntos diretamente ligados a presente pesquisa, em contrapartida as Regiões Sul e Nordeste que apresentaram um menor índice tendo somente duas produções.

Como os dados demonstraram, é perceptível, ao longo do tempo, estudos de diferentes assuntos em distintos tipos de tipologias foram realizados. Há duas dominâncias, como perceptível, ação cultural como assunto prevalente, representando um terço, e estudos realizados na região Sudeste, os quais foram dois terços.

Nesta seara de invisibilidade da questão étnico racial, foi possível identificar, na base de dados BTDT, trabalhos empenhados em disseminar a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, no entanto o mesmo não pode ser observado com assunto que contemple o espaço da biblioteca escolar diante da baixa revocação nos descritores explorados. Apenas 6 dissertações, das 17 recuperadas, atendiam a temáticas ligadas a essa pesquisa, conforme exposto na Tabela 1 da seção "Procedimentos metodológicos". Diante deste contexto, notou-se pouco interesse por parte da área Biblioteconomia e Ciência da Informação por temáticas que englobam a biblioteca escolar e a Lei nº 10.639/2003.

4.2 ANÁLISE

Nesta seção, a análise descritiva e a teórica se complementam para trazer a representação do conteúdo. Assim, as ideias analisadas em cada trabalho acadêmico (artigos, anais e dissertações) serão agrupadas em 2 Categorias analíticas (Categorias Analíticas descritivas e Categorias Teóricas) representadas pelas variáveis Discursiva: "Planejamento e Ação Cultural", "Relações étnicas Raciais", "Ação cultural e Biblioteca Escolar" e "Ação Cultural e Biblioteca Pública. Essas categorias serão destacadas em quadros posteriormente apresentados.

4.2.1 Categorias Analíticas Descritivas

Essa análise tem por objetivo representar o conteúdo sob ponto de vista da forma, tangível e descritiva. Como mencionado anteriormente esta seção representa os elementos descritivos centrais categorizados pela análise das categorias Teóricas "Planejamento e Ação Cultural", "Relações Étnico Raciais" "Ação Cultural e Biblioteca

Escolar” e “Ação Cultural e Biblioteca Pública” compostas pelas variáveis analíticas Autor, Título, Tipologia textual, Palavras chaves, demonstrados no quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Análise descritiva da Categoria Teórica “Planejamento e Ação Cultural”

Autores	Título	Tipologia Textual	Descritores
GOMES; DANTAS	Música e teatro: estratégias de dinamização de atividades em bibliotecas	Artigo	Atividades dinamizadoras. Música. Teatro. Bibliotecas escolares. Bibliotecários
RIBEIRO	Africanidades nas escolas a atuação do bibliotecário em prol da legitimidade cultural	Dissertação	Biblioteca escolar. Mediação da leitura. Mediação oral da literatura. Lei nº 10.639/2003. Identidade cultural
SANTOS	Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador	Artigo	Ação Cultural. Biblioteca Pública. Bibliotecário. Planejamento
LIMA; SILVA; COSTA	Ação cultural na biblioteca escolar: proposta de ação cultural referente à cultura africana e afro-brasileira	Anais de congresso	Ação Cultural. Biblioteca escolar. Educação para Relações étnico-raciais. Oficinas.
MARTINS; ROCHA	Três esferas proposta para planejamento de ações culturais	Anais de congresso	Ação Cultural. Planejamento-Bibliotecas.
CARDOSO	A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra	Dissertação	Biblioteca Pública. Desenvolvimento de Coleções. Narrativas Oraís. Memória. Identidade Negra

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A primeira análise da categoria teórica é “Planejamento e Ação cultural”, composta pelas variáveis, título, autor e descritores. A escolha desse objeto teve intuito de identificar nas literaturas biblioteconômicas os planos, ações trabalhadas, metodologias e políticas de ações culturais por meio das práticas de atuação do bibliotecário, visando também discorrer sobre como questões raciais são tratadas. No campo “Título” é possível depreender que os trabalhos de Gomes e Dantas (2021); Lima, Silva e Costa (2016); Martins e Rocha (2016) têm por finalidade discutir sobre ações culturais, utilizando-se de estratégias e propostas para o fomento dessas ações em espaços informacionais. Porém, observa-se que os textos de Gomes e Dantas (2021) e Martins e Rocha (2017) não especificam qual grupo social seria

condicionado à realização desta atividade. Neste contexto, somente a produção acadêmica das autoras Lima, Silva e Costa (2016) desenvolvem propostas acerca das atividades culturais com o enfoque na cultura africana e afro-brasileira em bibliotecas escolares.

Na variável “Descritores”, é possível identificar a utilização de propostas, instrumentos e metodologias que os autores propuseram em suas pesquisas. No artigo de Gomes e Dantas(2021) destacam-se os descritores Música e Teatro como instrumentos a serem utilizados para a dinamização em espaços informacionais. Já Ribeiro (2018), Lourenço Cardoso (2010) e Lima, Silva e Costa (2016) propõem respectivamente através dos descritores mediação de Leitura oral, narrativas orais e oficinas instrumentos para legitimação da memória e da cultura negra nas bibliotecas. E por fim, Santos (2015) e Martins e Rocha (2017) elencaram os descritores Planejamento e ação cultural a fim de impulsionar esta atividade aos debates no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Quadro 5 - Análise descritiva da Categoria Teórica “Relações Étnico Raciais”

Autores	Título	Tipologia Textual	Descritores
SILVA	A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial	Artigo	Questão racial no Brasil. Relação África-Brasil. Escravidão. Tráfico negreiro. Black Librarianship. Representações sociais. Fenomenologia. Sociologia do conhecimento
FERREIRA	A Biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas, o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil	Dissertação	Biblioteca pública. Comunidades Quilombolas. Memória. Políticas Culturais. Ancestralidade africana.
SILVA; BERNARDINO; SILVA	História e Cultura Afro-Brasileira um olhar sobre a Lei 106392/003 nas bibliotecas escolares	Artigo	Biblioteca Escolar. Lei 0639/03. Centro de Multimeios.
CARDOSO	A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra	Dissertação	Biblioteca Pública. Desenvolvimento de Coleções. Memória. Identidade Negra.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A análise da categoria Conceitual “Relações Étnico Raciais” tem o intuito de verificar a incorporação desta temática no campo de Biblioteconomia e Ciência da informação. A finalidade desses trabalhos tem o objetivo de compreender como tem sido os debates sobre cultura, memória e formação identitária negra no campo biblioteconômico bem como as práticas culturais e educativas que estão sendo desempenhadas pelos bibliotecários na formação identitária dos usuários afrodescendentes. Como exposto no quadro acima, foram identificados 4 trabalhos acadêmicos, sendo estes dois artigos e duas dissertações. No caso dos artigos de Silva (2019), Silva, Bernardino e Silva (2014), o próprio título nos remete a suas intencionalidades no contexto das bibliotecas escolares. O primeiro aborda a promoção da igualdade racial, o segundo foca na Lei nº 10.639/03, a qual garante a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Já as duas dissertações tratam a temática de forma mais robusta, algo esperado pela possibilidade de profundidade que a dissertação oferece. Ferreira (2016), como indicado pelo título, trata da promoção da Cultura por meio da identidade Quilombola, tendo a biblioteca pública como espaço cultural, estudando especificamente o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil. Já Francilene Cardoso (2011) estudou a (re)construção da identidade negra, demonstrando a perspectiva do poder da biblioteca e suas potencialidades de ressignificação por meio de ações culturais nos espaços informacionais. Além disso, aponta para a importância da memória Social na perspectiva de relações raciais, Biblioteca Pública e no Desenvolvimento de Coleções.

No caso dos descritores, é possível perceber a variedade de assuntos que os trabalhos alcançam. Em seu trabalho, Silva (2019) apresenta desde descritores gerais como escravidão e tráfico negreiro, até específicos ao campo da Biblioteconomia, como *Black Librarianship* e abordagens teóricas, como Sociologia do Conhecimento. Silva, Bernardino e Silva (2014) focam na Lei Federal nº 10.639/2003 como instrumento de atuação da biblioteca escolar e centro de multimeios.

Quadro 6 - Análise descritiva da Categoria Teórica “Ação Cultural e Biblioteca Escolar”

Autores	Título	Tipologia Textual	Descritores
CURVO	A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade	Artigo	Biblioteca Escolar. Relações étnico Raciais
GOMES; DANTAS	Música e Teatro: estratégias de dinamização de atividades em bibliotecas	Artigo	Manifestações artísticas como música e teatro
RIBEIRO	Africanidades nas Escolas a atuação do bibliotecário em prol da Legitimidade Cultural	Dissertação	Biblioteca escolar. Mediação oral da Literatura. Lei 10.639/2003. Identidade Cultural
BARI; BISPO; SANTOS	A biblioteca escolar como espaço de lazer cultural e formação do leitor	Artigo	Biblioteca Escolar. Promoção do Livro e da Leitura. Formação do Leitor. Ação Cultural.
MARTINS; ROCHA	Três esferas propostas para planejamento de ações culturais	Anais de trabalhos completos apresentados em evento	Ação Cultural-planejamento. Biblioteconomia. Nova Biblioteconomia -Lankes.
LIMA; SILVA; COSTA	Ação cultural na Biblioteca Escolar: proposta de ação cultural referente à cultura africana e afro-brasileira	Anais de trabalhos completos apresentados em evento	Ação Cultural. Biblioteca escolar. Educação para relações étnico-raciais.
SILVA; BERNARDINO; SILVA	Representações sociais acerca das culturas africanas afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil.	Artigo	Biblioteca Escolar. Lei 10.639/2003. Centro de Multimeios.
AMARAL	Proposta de Ação Cultural para as Bibliotecas Escolares: um estudo a partir da visão dos profissionais que atuam nas bibliotecas da rede estadual de ensino do município do Rio Grande do Sul.	Dissertação	Biblioteconomia. Biblioteca escolar. Ação cultural. Escolas Estaduais- Rio Grande.
MATTOS	Multiculturalismo em Ciência da Informação, percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares.	Dissertação	Bibliotecários. Biblioteca Escolar. Multiculturalismo. Diversidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na análise da categoria conceitual “Ação Cultural e Biblioteca Escolar” foram identificados e selecionados 9 pesquisas que discorrem sobre ações culturais no cenário escolar, sendo 5 artigos, 2 comunicações de anais de eventos e duas dissertações. Na análise das variáveis “Título” e “Descritores”, observa-se uma dominância do termo “biblioteca escolar” que se coaduna com modelos e planos de ação cultural. Nota-se que esta categoria é a que apresenta maior incidência de trabalhos recuperados em relação às outras categorias descritas.

Verifica-se também uma parte significativa de trabalhos que tratam sobre a questão étnico-racial na “Biblioteca escolar”. Neste contexto, pesquisadores selecionadas na análise sistemática apresentaram pontos específicos apresentados no campo “descriptor”, tais como: Lei 10.639/2003, identidade cultural, multiculturalismo, Educação para Relações étnico-raciais, enquanto a produção de Bari, Bispo, Santos (2018), aborda questões mais abrangentes como “formação do leitor”, “promoção do livro” e “ação cultural” no campo biblioteconômico, sem especificar para qual grupo alvo se destina.

Vale salientar que o termo “Biblioteca Escolar” foi utilizado como descritor em 6 oportunidades de 9, o que mostra a sua alta revocação dos termos recuperados.

Já no campo tipologia textual, verifica-se que há uma maior incidência de artigos que tratam sobre essa temática, sendo recuperados 4 artigos de 9 no total. Observou-se também que a dissertação recuperou 3 de 9 trabalhos, o que indica a preocupação dos autores no campo biblioteconômico em disseminar ações culturais e utilizar as suas teorias de maneira prática.

Quadro 7 - Análise descritiva da categoria Teórica “Ação Cultural e Biblioteca Pública”

Autores	Título	Tipologia Textual	Descritores
SILVA	Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil	Dissertação	Biblioteconomia Negra – Brasil. Educação Bibliotecária – Brasil. Culturas Africanas e Afro- Brasileiras. Representações Sociais. Docentes. Ciência da Informação.
SANTA ANNA	A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais	Artigo	Cultura; Bibliotecas; Arquivos. Museus. Unidades de Informação; Diversidade Cultural.
GERLIN; BARCELLOS	O Bibliotecário como Agente Cultural Experiência Vivida na Biblioteca Pública Argentina Lopes Tristão de Domingos Martins (ES)	Artigo	Atividade bibliotecária. Ação Cultural. Agente cultural. Gestão Cultural.
SALDANHA; PEREIRA	Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas	Artigo	Biblioteconomia e Ciência da Informação; Biblioteca; Lazer; Ação Cultural; Animação Cultural

FERREIRA	A Biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas, o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil.	Dissertação	Biblioteca pública; Comunidades Quilombolas. Memória; Políticas Culturais; Ancestralidade africana
SANTOS	Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador	Artigo	Ação cultural; Biblioteca pública; Bibliotecário.
CARDOSO	A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra	Dissertação	Biblioteca Pública; Desenvolvimento de Coleções; Memória; Identidade Negra

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na análise da Categoria teórica “Ação Cultural e Biblioteca Pública”, identificados os resultados de 7 pesquisas, os quais são divididos entre quatro artigos e três dissertações. Nesse caso, aponta as possibilidades de ação cultural em outro contexto, a biblioteca pública. Com isso, foi possível realizar comparação entre os trabalhos centrados em tipos de bibliotecas distintas, no âmbito escolar e outras tipologias biblioteconômicas, como as bibliotecas públicas e universitárias. Parte desses trabalhos estiveram presentes em categorias anteriores, em decorrência de tratarem de objetos de estudo já analisados, como a questão étnico e racial (SILVA, 2019; FERREIRA, 2016; CARDOSO, L., 2010). Assim, sendo válido apontar que essas três dissertações estão dentro dessa categoria conceitual, demonstrando como os seus conjuntos de ideias atravessam por diversos assuntos nos quais se relacionam.

A respeito dos artigos, ao analisar a variável “Título” observamos uma dominância dos conceitos “cultura” e “ação cultural” presentes em todas produções, com exceção de Saldanha e Pereira (2016) que centralizam o prazer e o lazer como políticas de fomento para atuação bibliotecária. Enquanto o assunto Biblioteca Pública da mesma variável, apresenta 3 produções que evidenciam os seus estudos voltados para essa tipologia Institucional.

No caso dos descritores encontramos uma variação de termos específicos que giram em torno do termo “ação cultural”, tais como: agente cultural (SANTA ANNA, 2017), Diversidade Cultural e Gestão Cultural (GERLIN; BARCELLOS, 2017), Animação Cultural (SALDANHA; PEREIRA, 2016).

Vale apontar que a Biblioteca pública também foi utilizada como descritor em três oportunidades. Todavia, diferente do uso de biblioteca escolar, o qual foi aplicado em sete de nove oportunidades, não atingiu a maioria. De qualquer forma, o número elevado indica como a divisão entre os tipos de escola é central para entender a atuação do bibliotecário.

No caso dos descritores, novamente encontramos uma variação entre especificidade e amplitude. No primeiro caso, os artigos apresentam as palavras que tratam da temática estudada (SILVA, 2019; CARDOSO, L., 2010). Por outro lado, quando amplas, foram escolhidas principalmente os conceitos e teorias mobilizadas, como lazer (SALDANHA; PEREIRA, 2016), diversidade cultural (SANTA ANNA, 2017) e ação cultural (GERLIN; BARCELLOS, 2017). No caso do último, foi um dos mais utilizados, estando presente em três artigos.

Neste caso, o assunto “Biblioteca pública” também foi utilizado como descritor em 3 de 7 oportunidades. Todavia, diferente do uso de biblioteca escolar, o qual foi aplicado em 7 de 9 oportunidades, não atingiu a sua maioria. De qualquer forma, o número significativo é de grande relevância para entender em qual tipologia institucional a produção acadêmica do domínio e, conseqüentemente, a atuação do bibliotecário com ênfase nos fenômenos aqui estudados.

4.2.2 Categorias Teóricas

Esta seção tem por objetivo analisar o conteúdo do corpus identificado e selecionado sob um ponto de vista teórico, trazendo abordagens mais recorrentes que envolvem a temática ação cultural (planos e ações) e relações étnico-raciais no âmbito da biblioteca escolar. As análises de categorias conceituais permanecem as mesmas mencionadas na seção supracitada, porém com enfoque discursivo, e compostas pelas variáveis, Título, Comunidade Foco, e as variáveis discursivas Abordagem Teórico- Metodológica e Métodos de ação cultural apresentadas a seguir:

Quadro 8 - Análise discursiva da Categoria Teórica “Planejamento e Ação Cultural”

Título	Comunidade Foco	Abordagem Teórico-Metodológica	Métodos de Ação Cultural
Música e Teatro: estratégias de dinamização de atividades em bibliotecas	Bibliotecários	Dinamismo; Prática profissional do bibliotecário escolar	Manifestações artísticas, como música e teatro
Africanidades nas Escolas a Atuação do Bibliotecário em prol da Legitimidade Cultural	Bibliotecários	Relações étnico-raciais; Mediação da leitura e mediação oral; Bibliotecário escolar; Bibliotecário escolar e Lei nº 10.639/2003; Legitimidade cultural	Mediação da leitura literária e mediação oral da literatura
Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador	Bibliotecário	Cultura e biblioteca pública; Ação cultural; Bibliotecários e agência transformadora	Não há especificação de ação cultural, porém sugere ferramentas para um bom desenvolvimento para a ação cultural
Ação cultural na biblioteca escolar: proposta de ação cultural referente à cultura africana e afro-brasileira	Bibliotecários	Ação cultural; Educação para relações étnico-raciais	Oficinas, com o enfoque na cultura africana e afro-brasileira; Relato de três ações realizadas: “Semana do Conto Africano”, “Baú de Histórias” e a “Literatura Afro-brasileira: Conhecendo seus autores
Três esferas proposta para planejamento de ações culturais	Bibliotecários Comunidade Escolar	Ação cultura; Comunidade	Não há especificação de ação cultural, somente sua definição teórica sobre como desenvolver
A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra	Bibliotecários	Memória afro brasileira; Narrativas orais; Memória, esquecimento e silêncio; Informação e mediação	Mediação e coleções através de narrativas orais

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como evidenciado anteriormente na seção “Análise Descritiva”, o artigo intitulado “Música e Teatro: estratégias de dinamização de atividades em bibliotecas” de Gomes e Dantas (2021), suscitou as diferentes facetas no fazer do bibliotecário para a dinamização de bibliotecas. Dentre essas, as expressões artísticas, tais quais música e Teatro que convidam os profissionais a viabilizar ações culturais revitalizadas, não fechando-se somente nas tarefas técnicas do cotidiano. Entendemos este trabalho como apelo para a urgência e importância do desempenho do papel cultural do bibliotecário.

Em sua Dissertação nomeada “Africanidades nas Escolas e a Atuação do Bibliotecário em prol da Legitimidade Cultural” Ribeiro (2018) trabalha diretamente com a atuação do profissional da informação para a garantia da legitimidade cultural de expressões de africanidade, dando destaque a sua atuação na Biblioteca Escolar no despertar da Lei nº 10.639/2003. Durante sua incursão investigativa na Biblioteca Escolar Dom Pedro II- Rio de Janeiro, a autora chegou à conclusão de que o bibliotecário não tem ações para a referida Lei e destaca a importância deste na colaboração nos processos de ensino-aprendizagem nas ações de promoção à leitura, atividades de letramento informacional. Acredita que tais investimentos nestas ações possibilitam a aquisição de competências informacionais, ampliando as chances de obtenção de conhecimento por parte dos discentes, além de ratificar o seu papel educativo.

Para isso, e visando a implementação da Lei nº 10.639/2003, sugere a realização de atividades de Mediação Oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira entendidas como suporte para projetos de mediação literária, especificamente o desenvolvimento de coleções. A aplicação de Recursos eletrônicos em materiais, Audição Musical, Narração Individual, Exibição de Filmes e entrevistas, Atividades após Mediação (Rodas de Conversa, Colaboração e Avaliação da atividade) são citados com ferramentas propícias para a realização das atividades. A autora, ademais, sugere elaborar fontes de informação – editoras, órgãos e publicações periódicas dirigidas à população negra e à cultura africana. A dissertação de Ribeiro (2018) contribuiu significativamente com a pesquisa ao mobilizar os conceitos de mediação oral literária, memória, valorização na cultura africana, diversidade na Biblioteca escolar, diretrizes de ação cultural, entre outros que permitem o desenvolvimento e a visibilidade do fazer bibliotecário para transformação social.

Ressaltamos também o trabalho de Santos (2015) que destaca a ação do bibliotecário como agente transformador, dando impulso a atuação política do profissional. O autor não especifica igualmente que ferramentas de ação cultural podem ser usadas, porém vale a importância desses instrumentos voltados para a formação e experiência profissional. Ainda assim, sugere planos e ações por meio de habilidades essenciais nas quais os profissionais da informação precisam desenvolver, caso desejem coordenar ações culturais, tais como habilidades em

informática, de uso da informação, técnicas e ferramentas de gestão, habilidade de competências de comunicação e difusão.

O artigo de Lima, Costa e Silva (2016) denominados “Ação cultural na biblioteca escolar” é o que mais se aproxima com a presente pesquisa, pois trata sobre temáticas que coadunam com o objeto de estudo, além de propor atividades culturais, como as oficinas, com enfoque na cultura africana e afro-brasileira.

Na pesquisa, as autoras adotam uma perspectiva de uma biblioteca escolar como pequeno centro de cultura, que poderá oferecer diversas atividades culturais que proporcione ao público-alvo o conhecimento sobre diversos temas. Ademais, orientam que o acervo dessa instituição deve ser o espelho do público diversificado que ela atende e, por isso, a biblioteca precisa ser dinâmica e utilizar-se de estratégias atrativas para os alunos e os professores. O papel do Bibliotecário, na concepção das autoras, não deve ser somente um educador, mas igualmente transmissor dos aspectos culturais, socioeconômicos e históricos dessas populações, e fomentador do respeito à diversidade cultural. No artigo propuseram uma ação cultural composta por três atividades intituladas “Semana de Africanidades”. A primeira atividade denominada “Semana do Conto Africano”, como o próprio título propõe, utiliza contos africanos por intermédio de teatro de fantoches. As autoras indicam essa atividade para alunos de séries iniciais. A segunda visa propiciar o aprendizado sobre a cultura, História e memória dos povos afro e afro-brasileiros por intermédio de oficinas utilizando o “Baú de Histórias”. Por fim, a terceira atividade, “Literatura Afro-brasileira”, busca apresentar a produção de autores afro-brasileiros proporcionando aos estudantes o conhecimento de sua biografia. Cada atividade é descrita a periodicidade, tipo de instituição (pública e privada), material a ser utilizado e recursos humanos.

Nessa mesma linha de pensamento, a pesquisa intitulada “Três esferas propostas para planejamento de ações culturais” Martins e Rocha (2017) visam apresentar uma proposta de planejamento de ação cultural a partir de uma perspectiva transdisciplinar que abarca a biblioteca não só como um local para acomodação de acervo, mas como um lugar de encontro com a comunidade escolar, um espaço em que as pessoas se sintam convidadas a interagir e construir conhecimento tendo como ponto principal a inter-relação entre Comunidade,

Instituição e Biblioteca. As suas propostas se baseiam nas concepções referentes à ação cultural de Milanesi (1991) e reflexão a Nova Biblioteconomia de Lankes¹¹ (isto é, o termo cunhado por R. David Lankes em 2011, com a publicação do Atlas of New Librarianship, que requer um novo perfil do bibliotecário nas sociedades contemporâneas que é o de facilitar a criação de conhecimento colaborativo entre os diferentes membros da comunidade, facilitar a ampla circulação desse produto e, principalmente, atuar de forma crítica e plural sobre esse conhecimento).

As autorias não detalham o tipo de ação cultural a ser trabalhado, porém propõem um modelo para tomada de decisão estabelecendo alternativas para o seu planejamento com as seguintes etapas: estabelecimento dos objetivos; delimitação da temática; eleger o público; seleção do tipo de ação; definição das etapas, levantamento, divulgação e avaliação.

Intitulada “A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra”, Cardoso (2011), busca, em sua dissertação, entender as representações existentes do negro nas unidades de informação e os efeitos na construção da identidade negra. Para tal, mobiliza o debate sobre memória e o contínuo silenciamento da contribuição dos negros na formação do país nos acervos, afetando, deste modo, o conhecimento e a valorização da identidade negra. Processos de invisibilização e silenciamento que acontecem quando há ausência de narrativas e na indisponibilidade de materiais e ações culturais que centralizam na história deste grupo social. A autora, como resposta, é enfática para a persistência de ações culturais centradas nas contribuições dos negros na sociedade brasileira, o que propomos na presente pesquisa.

Os estereótipos encontrados em livros infanto-juvenis, também são destacados pela autora como impactos negativos na construção identitária negra, afetando mormente os/as leitores negros que consomem. Por isso, é preciso que os profissionais revejam sua prática e material profissional regularmente sempre em consonância com os dispostos na Lei nº 10.639 de 2003. O aprimoramento

¹¹ Termo cunhado por R. David Lankes em 2011, com a publicação do “The Atlas of New Librarianship”, que requer um novo perfil do bibliotecário nas sociedades contemporâneas que é o de facilitar a criação de conhecimento colaborativo entre os diferentes membros da comunidade, facilitar a ampla circulação desse produto e, principalmente, atuar de forma crítica e plural sobre esse conhecimento.

profissional auxiliará a elaborar coleções de valorização da identidade negra com ênfase nas narrativas orais, entendida como transmissora da cultura dos afro-brasileiros desde a colonização.

Quadro 9 - Análise discursiva da Categoria Teórica “Relações Étnico Raciais”

Título	Comunidade Foco	Abordagem Teórico - Metodológica	Métodos de Ação Cultural
Representações Sociais acerca das culturas africana e afro brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil	Bibliotecários Docentes	Questão racial no Brasil. Black Librarianship. Sociologia do Conhecimento.	Não identificado, porém sugere algumas ações.
Africanidades nas Escolas e atuação do Bibliotecário em prol da legitimidade Cultural	Bibliotecários	Biblioteca pública: Narrativas orais; Políticas Culturais	Oficinas com o enfoque na cultura africana e afro-brasileira; Relato de três ações realizadas: “Semana do Conto Africano”, “Baú de Histórias” e a “Literatura Afro-brasileira
Ação cultural na biblioteca escolar: proposta de ação cultural referente à cultura africana e afro-brasileira	Bibliotecários	Biblioteca Escolar versus Centro de Mídias; Lei 10.639/2003	Não identificado
História e Cultura Afro-Brasileira um olhar sobre a Lei 10639/2003	Bibliotecários	Biblioteca Escolar versus Centro Mídias; Lei 10.639/2003	Não identificado

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No quadro acima foram selecionados 4 trabalhos acadêmicos que discorrem a respeito da diversidade étnica no campo da Biblioteconomia e Ciência da informação, da aplicação da Lei nº 10.639/03, dos aspectos históricos da temática e sua relação com movimentos sociais, da diversidade étnica em bibliotecas na perspectiva de alguns bibliotecários negros e do posicionamento do bibliotecário em seu ambiente de atuação.

Por meio da pesquisa “Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil” Silva (2019) investigou quais representações sociais acerca das culturas Africana e Afro-brasileira na Educação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil utilizando-se de

instrumentos normativos e dos discursos dos docentes pertencentes a instituições estaduais e Federais que oferecem o curso de Biblioteconomia. Seu estudo nos apresentou o déficit na formação dos bibliotecários no campo da cultura, e a escassez de perspectivas teóricas ou materiais bibliográficos de autores e/ou bibliotecários brasileiros negros ou africanos. Trouxe à tona o movimento conhecido como *Black Librarianship* dos Estados Unidos, criado para inserir a teoria africana na Biblioteconomia Norte -Americana como potencial parâmetro para a construção de uma Biblioteconomia Negra Brasileira.

A pesquisadora ressalta que a biblioteconomia, à luz do pensamento africano e afro-brasileiro, contemplaria a historicidade, a práxis e a transformação curricular do bibliotecário. Considera que a representatividade afro-brasileira da educação em Biblioteconomia e ciência da informação deve ser amparada através do desempenho dos bibliotecários e da atuação dos docentes do curso de biblioteconomia mediante a reformulação dos currículos e de instrumentos normativos (projeto político pedagógico, ementa, programa e bibliografia das disciplinas). A autora expõe a necessidade de implementação de políticas que reforcem as práticas culturais para o desenvolvimento da Biblioteconomia Negra Brasileira e desvele a branquitude presente nos discursos docentes. As postulações de Silva (2019) estão ao encontro dos propósitos desta pesquisa, pois contemplam a diversidade cultural com ênfase na elaboração de práticas culturais, trazendo debates sobre as facetas do racismo na biblioteconomia, conceitos debatidos com afinco em sua dissertação.

Ferreira (2018) na pesquisa “Africanidades nas Escolas e Atuação do Bibliotecário em prol da Legitimidade Cultural” realça a promoção de políticas e expressões culturais afro-brasileiras, trazendo a representatividade Quilombolas nas Bibliotecas Públicas. Neste caso, a autora discorre que não há possibilidade de uma construção de uma política pública sem considerar o intuito de ressignificar o ambiente da biblioteca a partir do reconhecimento, da valorização e da intervenção dos profissionais da informação na cultura. A pesquisa também aponta o forte vínculo dos Quilombolas com a cultura oral, fato que faz com que essas comunidades sejam entendidas como lugares de memória. Nos resultados de pesquisa, a autora pontuou a necessidade de reformulação de saberes culturais das Bibliotecas Públicas marcada pela ausência de práticas e frágil atuação política e ampliação da presença

das minorias no espaço institucional, em específico os quilombolas. Ferreira nos ajuda na pesquisa, pois retrata as potencialidades das narrativas orais de grupo historicamente excluído, valorizando a memória, a visibilidade da construção identitária, com o acolhimento e visibilidade de suas vozes.

Na pesquisa intitulada "História e Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a Lei nº 10.639/2003", Silva, Bernardino e Silva (2014), vislumbram analisar as ações desenvolvidas pelas bibliotecas escolares das Escolas Estaduais de Juazeiro do Norte, Ceará, no que se refere à aplicação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Foram realizados questionários com professores das disciplinas de Português, Geografia, História e Sociologia com intuito de investigar a atuação da escola para efetivar conhecimentos afro-brasileiro nas salas de aulas e na elaboração de projetos e ações das bibliotecas escolares diante da obrigatoriedade e urgência de ações com foco na Lei nº 10.639/03. A pesquisa revelou o quanto de sensibilização e engajamento é preciso para que ações sejam implementadas de forma contínua e não limitadas a datas comemorativas. Neste sentido, verificou-se que as ações visando o atendimento da referida Lei tem se limitado ao dia da Consciência Negra e que as bibliotecas não se mostram proativas. Mais do que isso, mostrou que a ausência de um projeto pedagógico dos bibliotecários em conjunto com o corpo docente impacta na disseminação de conhecimentos desses profissionais. Sem a circulação de conhecimento e atuação coletiva aplicação da Lei nº 10.639/03 das Bibliotecas Escolares encontra-se fadada ao fracasso.

Quadro 10 - Análise discursiva da Categoria Teórica "Ação cultural em Ação Cultural e Biblioteca Escolar

Título	Comunidade Foco	Abordagem Teórico-Metoológica	Métodos de Ação Cultural
A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial	Bibliotecários	Ensino da História africana; Movimento Negro e a Lei 10.639/2003; Biblioteca escolar e a promoção da igualdade racial	Oralidade; Formação de materiais selecionadas, no caso, de temática antirracista; Atividades visando manifestações culturais afro-brasileiras, sem haver especificação
Música e Teatro: estratégias de dinamização de atividades	Bibliotecários	Dinamismo. Prática profissional do bibliotecário escolar	Manifestações artísticas, como música e teatro

em bibliotecas.			
Africanidades nas Escolas a Atuação do Bibliotecário em prol da Legitimidade Cultural	Bibliotecários	Relações étnico-raciais; Mediação da leitura e mediação oral. Bibliotecário escolar e Lei nº 10.639/2003; Legitimidade cultural	Literatura Infanto-juvenil Africana e/ou Afro-Brasileira; Mediação da leitura e mediação oral da literatura.
A biblioteca escolar como espaço de lazer cultural e formação do leitor	Bibliotecários	Biblioteca escolar; Ação cultural; Desenvolvimento sustentável; Formação de leitores	Mediação de leitura; Formação de leitores.
Três esferas proposta para planejamento de ações culturais.	Bibliotecários	Ação cultura; Comunidade	Não há especificação de ação cultural, somente sua definição teórica do conceito
Ação Cultural na Biblioteca Escolar: Proposta de Ação Cultural Referente à Cultura Africana e Afro-Brasileira.	Bibliotecários Docentes	Ação cultural; Educação para relações étnico-raciais	Oficinas, com o enfoque na cultura africana e afro-brasileira; Relato de três ações realizadas: “Semana do Conto Africano”, “Baú de Histórias” e a “Literatura Afro-brasileira: conhecendo seus autores”
História e Cultura -Afro-Brasileira um olhar sobre a Lei 106392/003 nas bibliotecas escolares	Bibliotecários Docentes	Biblioteca Escolar versus Centro de Múltiplos Meios; Lei 106392/003	Não identificado
Proposta de Ação Cultural para as Bibliotecas Escolares: um estudo a partir da visão das profissionais que atuam nas bibliotecas da rede estadual de ensino do município do Rio Grande, RS.	Bibliotecários	Ação cultural; Biblioteca escolar	Há uma lista diversa de ações culturais possíveis, porém não há nenhuma discussão
Multiculturalismo em Ciência da Informação, percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares.	Bibliotecários	Multiculturalismo; Diversidade; Bibliotecário escolar	Não identificado

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nesta categoria foram selecionados 9 trabalhos acadêmicos que discorrem sobre a Biblioteca escolar enquanto instrumento de ação cultural, sendo delimitados para análise 4 produções, pois as demais foram mencionados nos quadros anteriores, tais como: - “Música e Teatro: estratégias de dinamização de atividades em bibliotecas” de Gomes e Dantas (2021) “Africanidades nas Escolas a Atuação do Bibliotecário em prol da Legitimidade Cultural” de Ribeiro (2018); “Ação Cultural na Biblioteca Escolar: Proposta de Ação Cultural Referente à Cultura Africana e Afro-Brasileira ” de Lima, Costa e Silva (2016); “A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra” de Francilene Cardoso (2011). Estas produções estão em destaque, pois trabalham mutuamente com as Bibliotecas escolares enquanto lócus dinâmico e a sua aplicabilidade em ações culturais.

Curvo (2021) em sua pesquisa “A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial”ratifica a relevância da constituição de ações culturais com ênfase no ensino da História africana e na promoção da igualdade racial em bibliotecas escolares. Destaca a mediação cultural e a oralidade, como ferramentas fundamentais para a supressão de discursos e conteúdos positivistas presentes no currículo escolar. Nesta direção, a biblioteca escolar é um dos espaços, por excelência, para o estímulo do senso crítico e a formação cidadã mediante acervos que contemplem a diversidade dos diferentes povos formadores das diversas identidades brasileiras. A exploração da riqueza das manifestações culturais afro-brasileiras por meio de fontes presentes nas escritas, os materiais audiovisuais, cartográficos, sem perder a sensibilidade à rica tradição presente na oralidade desses povos são ações que exercitam e põem em prática a normativa da Lei. Destaca a mediação de leitura por meio de rodas de histórias, clubes de leitura, palestras, cursos e eventos como maneiras eficazes de aproximar a comunidade escolar da biblioteca. O trabalho impulsiona a contemplar a memória e a cultura africana em outros campos como a Biologia, Geografia e Ciências Exatas, não apenas História, Literatura e Artes. A introdução da oralidade, narrativas da tradicional da cultura africana, seria um desafio a ser enfrentado pela Biblioteca escolar que carrega consigo a hegemonia do positivismo no currículo e na prática profissional.

Na pesquisa “A biblioteca escolar como espaço de lazer cultural e formação do leitor” Bari pontua a necessidade de reconsiderar o papel das Bibliotecas escolares, o apoio à aprendizagem na educação formal assim como os serviços e produtos biblioteconômicos especializados que atendam as necessidades de ação e animação cultural por entretenimento e por meio da leitura. Portanto, o artigo destaca a importância da realização de ações na biblioteca escolar que estejam apoiadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e integradas no Programa Internacional de Defesa da IFLA (*International Advocacy Programme*, IAP/IFLA). Os 17 objetivos do Desenvolvimento sustentável como apelo da Organização das Nações Unidas (ONU) referem-se a ações que promovam a erradicação da pobreza, combater problemas sociais que coloquem em risco à saúde, a qualidade de vida, e assegurar a paz e a liberdade para todas as pessoas. Neste sentido, as bibliotecas escolares podem contribuir para o desenvolvimento social e ao combate à pobreza utilizando recursos educacionais como a prática da leitura e da competência informacional do bibliotecário possibilitando acesso igualitário à educação e à cultura. As autoras deixam claro que a ausência de profissionais qualificados e de equipamentos adequados fragilizam o desenvolvimento das atividades leitoras, assim como suporte à pesquisa, ao lazer e às atividades culturais. Em relação a ação cultural, concluem que a temática ainda apresenta uma rasa bibliografia e que ainda necessita de pesquisas empíricas nas Bibliotecas escolares, respeitando as especificidades de cada biblioteca. Ainda que não tenha aprofundado na discussão, o trabalho contribuiu para a pesquisa dado o enfoque a temas como mediação literária e da informação, reforçando a discussão sobre os serviços considerados adequados para as bibliotecas escolares fundamentarem a implantação da proposta pelo IAP (IFLA, 2018) e as diretrizes da IFLA.

Na pesquisa “Multiculturalismo em Ciência da Informação, percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares” Mattos (2011) debruça-se sobre a atuação dos bibliotecários frente a distintos paradigmas educacionais referentes aos campos de raça, gênero, sexualidade e acessibilidade. As temáticas tratadas abordam desde a inclusão social à formação das crianças e dos jovens nas escolas e bibliotecas escolares, sendo que as mesmas devem ser ensinadas a respeitar e a entender a diversidade cultural e histórica de cada indivíduo. Frente a

esses debates, é perceptível como é necessário incluir temas como multiculturalismo, inclusão social e acessibilidade na formação dos bibliotecários. Com isso, evidencia-se a mediação da informação como importante objeto de pesquisa científica no ramo da Ciência da Informação, e fundamental na atuação profissional da Biblioteconomia desde o processo de seleção das políticas de fomento às diversidades culturais. Apesar de ações culturais não terem sido especificados na pesquisa, são citadas como espaços propícios para a mediação da informação.

Mattos (2011) colabora para a criação de novo paradigma social da Biblioteca escolar que assume repertório na formação cultural de práticas e afazeres na formação de leitores por meios da mediação cultural por intermédio da ação bibliotecária. Além de apresentar contribuições teóricas de cunho social para as bibliotecas escolares, tornando-a num espaço interativo, educativo, dinâmico e heterogêneo.

Quadro 11 - Análise discursiva da Categoria Teórica “Ação cultural e Biblioteca Pública”

Título	Comunidade e Foco	Abordagem Teórico- Metodológica	Métodos de Ação Cultural
Representações sociais acerca das culturas africana e afrobrasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil	Bibliotecários	Questão racial no Brasil; Relação África-Brasil; Escravidão; Tráfico negreiro Black Librarianship; Representações sociais; Fenomenologia; Sociologia do Conhecimento	Não identificado
A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais	Bibliotecários	Cultura; Unidades de informação; Instituições culturais	Não há especificação de ação cultural, somente sua definição teórica do conceito
O Bibliotecário como Agente Cultural Experiência Vivida na Biblioteca Pública Argentina Lopes Tristão de Domingos Martins (ES)	Bibliotecários	Gestão de atividades culturais	Leitura como entretenimento
Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas	Bibliotecários	Lazer; Ação Cultural; Animação Cultural	Não há especificação de ação cultural, somente sua definição teórica do conceito
A Biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de	Bibliotecários	Biblioteca pública; Narrativas orais; Políticas culturais; Cultura quilombola	Não identificado

remanescentes quilombolas, o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil			
Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador	Bibliotecários	Cultura e biblioteca pública; Ação cultural; Bibliotecário e agência transformadora	Não há especificação de ação cultural, somente sua definição teórica do conceito
A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra	Bibliotecários	Memória afrobrasileira; Narrativas orais; Memória, esquecimento e silêncio; Informação e mediação	Mediação e coleções através de narrativas orais

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Neste quadro foram selecionadas 7 pesquisas que discorrem sobre a Biblioteca Pública enquanto instrumento dinâmico e colaborativo. Cabe ressaltar que foram somente discutidas 3 produções descritas logo a seguir. Os outros 4 trabalhos presentes foram mencionados nas categorias anteriores, porém estão em destaque pois trabalham mutuamente com as Bibliotecas públicas e a sua aplicabilidade em ações culturais.

Na pesquisa “A cultura como elemento agregador para as unidades de informação” Santa Anna (2017) define as complexidades conceituais do termo cultura que pode tanto segmentar a sociedade em estratos diferentes seja no sentido político, ideológico, religioso quanto convergir semelhanças existentes nas tribos, grupos, garantindo a memória social. Neste contexto, a autora traz à luz reflexões sobre a relação entre a cultura com as principais unidades de informação, aqui representadas pelas bibliotecas, arquivos e museus. Apesar de não especificar nenhum método de ação cultural, o texto discorre sobre a função social relacionada à cultura no fazer do bibliotecário e as possibilidades de atuação desse profissional da informação no contexto cultural, demonstrando o quanto é válido trabalhar as outras funções das unidades de informação, tais quais: a social, a cultural e a recreativa.

A pesquisa “O bibliotecário como agente cultural: experiência vivida na Biblioteca Pública Argentina Lopes Tristão de Domingos Martins (ES)” de Gerlin e Barcelos (2017) relata as experiências de atividades culturais nas Bibliotecas Públicas do município de Domingos Martins no Espírito Santo. Nesta instituição, a gestão de atividades culturais em bibliotecas é decorrente de projeto coletivo elaborado e implantado artistas; usuários e não usuários, animadores, entre outros. A

contação de História é o instrumento de estímulo à leitura e a criatividade fomentador das ações, assim como mencionado nas produções anteriores, os autores validam o bibliotecário como agente cultural comprometido a realidade social, política e cultura da sua localidade, extrapolando, por fim, as limitações da formação técnico-científica.

Gerlin e Barcelos (2017) constataram que os bibliotecários se mostraram insatisfeitos com a formação que receberam nos cursos de biblioteconomia relacionada ao desenvolvimento de suas funções educativas, relatando que os cursos eram altamente técnicos, mas poucos se preocupavam em buscar a formação profissional. O domínio tecnologia foi apontado como facilitador para o aprendizado do usuário enfatizando que tal habilidade ajuda a quebrar os estereótipos de carreira. Concluíram que devido à formação insuficiente, os bibliotecários tiveram dificuldade em cumprir seu papel educativo e a reinvenção das bibliotecas públicas municipais é imprescindível para que os profissionais tenham um novo olhar sobre seus produtos e serviços com elenco de atividades culturais na disseminação da informação nessas unidades informacionais. Saldanha e Pereira (2016), por sua vez, realizam um estudo da Biblioteca Pública como um espaço de lazer com a abordagem de ação cultural e animação cultural. A pesquisa, neste contexto, pretendeu apresentar as possibilidades conceituais da noção de lazer e seus modos de aproximação no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Neste sentido, após a categorização analítica da descrição e conteúdo sobre o objeto de pesquisa, será identificado um alinhamento com a temática explorada de maneira a somar e complementar os estudos estabelecidos no marco teórico desse projeto.

4.3 DISCUSSÃO

Essa seção apresenta uma análise comparativa das ideias centrais apresentadas pelo corpus e no referencial teórico expostos na descrição das categorias analíticas e discursivas anteriormente realizadas. Conforme evidenciado nos procedimentos metodológicos, o estado da arte do estudo proposto foi desenvolvido a partir da correlação entre os domínios “ações culturais”, “relações étnico-raciais” e “biblioteca escolar” voltadas em Biblioteconomia e Ciência da Informação no território brasileiro.

É importante ressaltar que as autorias selecionadas no corpus se fazem presentes na construção do marco teórico desse projeto estabelecendo um alinhamento teórico e coerente com o tema da pesquisa. São exemplos especificamente: Francilene Cardoso (2011), Franciéle Silva (2019), Gustavo Saldanha e Rachel Pereira (2016).

O discurso produzido tanto pelas autorias do corpus como do referencial teórico vão ao encontro do delineamento do objeto de estudo, destacando que essas produções se aproximam ao enfatizar a importância do desenvolvimento das ações culturais com o enfoque na cultura africana e afro-brasileira em bibliotecas escolares.

Para melhor mapear essa argumentação, os quadros 4 e 8 reforçam a ideia de disseminar ações culturais voltadas para a construção da identidade negra escolar visando a implementação da Lei 10.639/2003, uma vez que foi verificada a carência desses serviços por parte da classe bibliotecária, conforme destacado:

Por tudo isso é importante o desenvolvimento de ações culturais a partir da memória “negra” como forma de garantir a todos os brasileiros o direito de conhecer e ser representado positivamente nos acervos da biblioteca. Nesse sentido, é de fundamental importância o trabalho com a cultura negra na biblioteca como forma de possibilitar a difusão, inclusão e disseminação de narrativas relativas às memórias africanas e afrobrasileira no acervo da biblioteca com ênfase nas produções dos afrobrasileiros. [...]. (CARDOSO, F., 2011, p. 79).

A missão das bibliotecas em proporcionar continuamente a educação igualitária e antirracista por meio de ações culturais, bem como a valorizar a memória e herança cultural desses povos e romper preconceitos estigmatizados é urgente. Ao bibliotecário é posto a tarefa de fomentar essas ações de modo a valorizar a diversidade cultural nas Bibliotecas.

É válido salientar a aproximação argumentativa da citação acima no que se refere à atividade cultural como um instrumento de inovação sociocrítica nas bibliotecas escolares bem como um espaço de acesso a igualdade dos indivíduos, ilustrado no trecho abaixo:

A ação cultural bibliotecária visa à democratização da cultura, através do exercício de uma nova prática profissional, comprometida com as classes menos privilegiadas da sociedade, de modo que os indivíduos possam

manifestar-se nas diversas formas de expressão cultural, artística e literária, como sujeitos da criação cultural. (CABRAL, 1989, p. 144).

Ademais, estimam-se que os bibliotecários escolares possibilitem abraçar as culturas de matrizes africanas e/ou afro-brasileiras por meio de atividades de mediação cultural, mediação da literatura, narrativas orais, oficinas, palestras narrativas orais, entre outras. Essas ferramentas contribuem uma nova abordagem para o desenvolvimento de coleções e dinamização do espaço e do acervo acerca da Lei Federal 10.639/2003 quebrando a postura tecnicista do bibliotecário, sendo este um mediador para a disseminação da cultura negra.

Desta maneira, retomando a proposta que foi restabelecida no objetivo geral e específico no que tange à presença e iniciativa de implementação de diretrizes, planos, programas e entre outras ações voltadas para legitimação das culturas negras / africanas em bibliotecas escolares, é verificada uma convergência no diálogo dessas produções. Desta maneira, estas produções auxiliarão na geração de subsídios deste projeto para elaboração de diretrizes que podem servir de atividades na Biblioteca escolar.

Ao analisar o corpus, percebe-se a construção, na literatura biblioteconômico-informacional, mesmo que pequena, dos diálogos entre “ação cultural”, “dinamismo” e “bibliotecário”. Diante dessas constatações, percebe-se que tanto as autorias do referencial teórico como aquelas identificadas, analisadas e discutidas via corpus da pesquisa dão destaque ao corpo bibliotecário como principal ator social tendo uma contribuição com o docente e discente para um novo viés de práticas educativas. Nas categorias “Análise conceitual biblioteca escolar e ação cultural” e “Bibliotecas públicas e ação cultural” dispostos nos quadros 10 e 11, verificam a necessidade de se pautar ações de inclusão social, acessibilidade e multiculturalismo na formação profissional do bibliotecário, na busca por uma educação dinâmica, contínua e democrática. Deste modo, essas produções compartilham sobre a necessidade de bibliotecários terem uma postura dialética em relação à pluralidade cultural.

Neste âmbito, Curvo (2021) e Cardoso (2011) compartilham da mesma opinião em propagar planos e ações bibliotecárias para a difusão da Literatura afro-brasileira nas Bibliotecas. Ambos acreditam que a disseminação de um acervo afrocentrado necessita de um desenvolvimento de coleções onde profissional tenha conhecimento

sobre a temática, técnicas de trabalho em grupo, engajamento político (parcerias) e objetivos bem delineados tanto nos processos de Classificação e seleção do acervo como na produção de atividades Culturais.

Quanto às ações, os autores evidenciam implantar atividades culturais utilizando a mediação literária como ferramenta necessária para a propagação e protagonismo das Literaturas afro-brasileiras culturas negras tal como forma de aproximar a comunidade escolar. Entre as atividades propostas pelos autores estão: rodas de histórias, clubes de leitura, palestras e atividades.

É importante destacar que essas produções partilham da opinião de que os bibliotecários podem fazer uso de ações culturais para mediar à cultura por meio de ações criativas bem como utilizar as novas tecnologias da informação, como as redes sociais , visando facilitar os valores culturais, conforme elencado na Seção *Library Services to Multicultural Populations*, 2009, estabelecidas pela IFLA que integra a coleção de diretrizes que norteiam as bibliotecas.

Ainda é possível perceber, a partir da análise do Quadro 9 da Categoria teórica “Relações étnico-raciais”, a preocupação por parte dos autores, sendo em sua maioria bibliotecários negros, em constituir nas bibliotecas escolares um ambiente que represente o multiculturalismo, em suas várias formas de representação. Neste seguimento, Franciéle Garcês Silva (2019) e Saldanha e Pereira (2019) enfatizam a inserção da Biblioteconomia Negra no Brasil como um movimento de reflexão à atuação bibliotecária, impulsionando a produção científica como forma de dar visibilidade e representação da identidade da população negra nas bibliotecas.

Assim, o discurso produzido tanto pelos autores do Corpus quanto o referencial teórico se aproximam quando registram a importância da transformação nos cursos de Biblioteconomia a fim de atender igualmente em meio a uma sociedade plural. Contudo, através de seus estudos empíricos, os autores registram que a relação entre a formação bibliotecária com as culturas africanas ainda é incipiente e que ainda há resistência acerca da inserção dessa área disciplinar nos currículos de graduação e na educação continuada de bibliotecários.

Em contrapartida, durante a análise percebe-se que alguns conceitos contemporâneos debatidos no referencial teórico, tais como interseccionalidade, branquitude, racismo estrutural e institucional, cunhados respectivamente pelos

autores Kimberlé Crenshaw (2002) Lourenço Cardoso (2010) e Silvio Almeida (2019), apresentaram pouca profundidade teórica observados no corpus bibliográfico, sendo discutidos estes conceitos de forma superficial. Salvo as produções das autoras bibliotecárias Daviane Ribeiro (2018) e Graciele Ferreira (2018) e Graciele Silva (2019) que apresentaram esses assuntos com mais embasamento, fornecendo um debate que remete às várias interfaces atreladas ao racismo.

Desta maneira, observando todo o processo histórico aqui discutido envolvendo brancos e negros no Brasil e entendendo como isso ainda permanecem nas relações, reforça-se a importância de, através da academia e de demais espaços socioculturais, problematizar a identidade racial e todas as relações de poder e estruturas que as circundam a fim de desconstruí-la. Desta forma é exemplar o fato da indisponibilidade de materiais sobre as literaturas africanas e afro-brasileiras e de práticas educativas das mesmas; a ausência de cursos e materiais de capacitação para professores e bibliotecários para que sejam críticos e questionadores, apresentando a diversidade de modo igualitário e que a cidadania do negro seja valorizada. Estas situações que ocorrem em nossas Instituições privilegiam a branquitude que neste contexto trata-se de um tipo de racismo Institucional.

Nesta perspectiva, acredita-se o coerente modelo de reconhecer a existência de uma problemática ou de uma desigualdade é falando sobre ela, sendo importante entender como e de quais formas o racismo se manifesta nas relações.

Sob essa linha de raciocínio e analisando os apontamentos nos quadros anteriores e citações textuais dispostas no referencial teórico, temos diversas perspectivas a se considerar que envolvem o ator social Bibliotecário, o ambiente, a criação, o acesso à informação e à tecnologia.

Desse modo, o grande desafio é buscar plurais possibilidades de empregar propostas de ação cultural que serão apresentadas na seção seguinte. Estas propostas, fruto do debate teórico-metodológico entre referencial teórico e corpus desta pesquisa, trazem como recomendação metodológica orientações para a práxis do bibliotecário na construção de políticas, projetos e outras ações que promovam as culturas africanas e afro-brasileiras dentro das limitações e realidade de cada biblioteca.

5 PROPOSTA PARA O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA NA BIBLIOTECA ESCOLAR – CAMPUS SÃO GONÇALO

O presente capítulo destina-se à apresentação de propostas para o desenvolvimento de ações culturais voltadas para as questões étnico raciais no âmbito das Bibliotecas escolares, visando o reconhecimento de identidades negras nestes espaços. Destaca-se que a pesquisa teve como pretensão elaborar planos de atuação ao corpo de bibliotecários que atuam nas bibliotecas do IFRJ. As recomendações criadas tiveram aporte segundo as análises e resultados expostas por meio das categorias teórico metodológicas expostas nos quadros 8, 9, 10 e 11 apresentadas no decorrer desta pesquisa.

Almeja-se que essas orientações ofereçam subsídios à atuação do bibliotecário que, imbuído de uma perspectiva igualitária e com respeito às diferenças, contribua para a erradicação do racismo, valorização da população negra e no conseqüente reconhecimento de identidade cultural africana e/ou afro-brasileira dos discentes. Tais propostas se pautam no compromisso de ratificar a função socioeducativa do bibliotecário escolar e sua responsabilidade social com a Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para tanto dividiu-se este documento em 2 seções:

1 – Propostas para o desenvolvimento de ações culturais voltadas à valorização da cultura negra na Biblioteca Escolar da IFRJ- Campus São Gonçalo.

2 – Propostas de Ações Culturais voltado para a Valorização da Cultura Negra na Biblioteca Escolar a ser contemplada para atividades de mediação da leitura e mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira.

5.1 PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA IFRJ - CAMPUS-IFRJ

A elaboração deste documento decorreu da investigação e dos efeitos dos discursos das autorias na Literatura Biblioteconômica que manifestam planos e ações culturais dos bibliotecários para difusão da literatura africana e ou/afro brasileira no

âmbito das bibliotecas escolares. Neste contexto, apresentamos os principais apontamentos expostos nos quadros 8, 9, 10 e 11 tendo como parâmetro a variável “Abordagem Teórico metodológica”.

A ação cultural é um rico campo de atuação que oferece ao bibliotecário inúmeras opções de atividades a serem desenvolvidas nas bibliotecas escolares, irrompendo a postura tecnicista que hegemonicamente orienta estes espaços. Sua importância também se traduz, conforme exposto no quadro 8, na adoção de nova postura por parte do bibliotecário, mobilizado pelo ímpeto de dinamizar os espaços bibliotecário com acervos e serviços propícios à ação cultural. Mais do que isso, possibilita os usuários a serem formadores de opiniões como manejo de recursos criativos bem como facilitadores para a conscientização sobre a valorização da cultura negra.

Assim entendido, a produção bibliográfica pretende nortear planos/propostas de atuação bibliotecária no fomento de ações culturais nos espaços informacionais, utilizando-se de metodologias de ações que prezam os conteúdos étnico- raciais, tal como nos orienta a lei Federal 10.639/2003.

Não furtamos de evidenciar que as produções de reconhecimento da cultura afro são escassas, o que pode impactar na inserção dos temas nos espaços e a proliferação do debate no meio institucional. Ressaltamos, mais uma vez, que a ínfima expressividade das referidas produções no campo biblioteconômico encontra-se relacionado a um passado de colonização dos saberes de matriz africana e que se perpetua nas instituições na atualidade. A biblioteca não escapa, portanto, do poder da cultura hegemônica que tem a branquitude como marco de orientação e que se manifesta nas produções bibliográficas. À carestia de parâmetro contra-hegemônico, impera acervos distanciados das realidades dos usuários da biblioteca e que, no pior dos efeitos, internalizam o reconhecimento negativo do legado cultural africano, contribuindo para uma percepção distorcida e estereotipada da sua existência.

Essa observação sobre os malefícios de reprodução cultural dominante podem ser vistas nas ideias expostas no quadro 9 que apontam os efeitos no campo da biblioteconomia quando da ausência das representações sociais acerca das culturas africanas ,a saber: a falta de representatividade afro-brasileira da educação em Biblioteconomia e ciência da informação; a escassez de perspectivas teóricas ou

materiais bibliográficos de autores e/ou bibliotecários brasileiros negros ou africanos; e o déficit na formação dos bibliotecários no campo da cultura (SILVA, 2019).

A realidade convoca para uma nova práxis na Biblioteconomia, sendo assim urgente que os cursos de biblioteconomia das Instituições Federais de Educação em conjunto com o Conselho de Biblioteconomia incorporem efetivamente no curso conteúdos de matriz negra/africana de forma obrigatória. Como destacamos anteriormente, deixar apenas como disciplina optativa, além de não abranger o conjunto de estudantes, concorre para constituir segmentos especializados somente para aqueles que têm interesse. A constituição de uma disciplina obrigatória, por seu turno, possibilita que futuros bibliotecários tenham no seu arcabouço teórico-metodológico a questão racial como uma diretriz no trabalho profissional que pode auxiliar na construção de projetos e ações que promovam a cultura africana e/ou afro-brasileira e o reconhecimento desta na comunidade escolar.

Vislumbra-se alguns avanços no desenvolvimento de pesquisas voltadas para o estudo das culturas e tentativas de colocar em cena a visibilidade da história e cultura dos africanos e seus descendentes, tal como a biblioteconomia negra, de inspiração de afrodescendentes Norte-Americanos, e que influenciou os passos de bibliotecários negros no Brasil. Convém destacar que a Biblioteconomia negra, demonstrada por Silva (2019), tem como pano de fundo as lutas étnico raciais em prol da cidadania de negros e negras e procura investir o bibliotecário de capital cultural para a práxis voltada para a transformação social.

Neste contexto, recomenda-se a disseminação da Biblioteconomia Negra como alternativa contra-hegemônica diante do estado atual de imposição da branquitude. Entendemos que sua consolidação deva ir de encontro com os pensamento e ações forjadas na trajetória literária de autores negros e negras ao longo do tempo e dos conceitos que ajudaram a desmitificar as facetas impostas pelo racismo. Dessa forma, a pesquisa procurou, à luz da literatura negra, trazer conceitos como racismo estrutural, branquitude e interseccionalidade, entre outros, que ajudam a iluminar os entraves que impactam a constituição de uma biblioteca valorizadora da diversidade e da cultura negra. A literatura, mais do que incentivo à qualificação de bibliotecários, são referenciais para uma atuação crítica, propositiva e criativa, na forma como concebida pela ideia de ação cultural proposta no texto. A biblioteca não

só incentiva a transformação curricular em prol da inserção obrigatória da cultural africana e afro brasileiras no Brasil, como tem alcance extra-institucional ao auxiliar na abertura de coletivos como a criação de associações e incentivo à participação de bibliotecários negros. Portanto, a Biblioteconomia negra constitui uma alternativa potente na conscientização de profissionais e leitores críticos e atuantes.

Quanto ao termo mediação, observamos a existência de vários significados no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação que ora se apresentam com novas expressões ora revisitam o termo adaptando-se aos fins da atividade pensada. Entre as inúmeras compreensões que o termo envolve, a ideia de mediação cultural e mediação da leitura ou mediação literária oral são os que mais se aproximam dos propósitos da ação cultural, embora tenham sentidos, alcances e potencialidades diferenciados quanto às estratégias de inclusão social.

A mediação cultural refere-se ao entendimento mais amplo se comparada a mediação da leitura, sendo que a primeira propõe uma ação educativa aberta ao diálogo com diferentes públicos, mediante uso de novos artefatos visuais e imagéticos disponíveis na contemporaneidade (TARGINO, 2020).

A mediação da leitura, por sua vez, é mais restrita que a cultural e intenta práticas para atrair e formar leitores, a exemplo da leitura coletiva que oportuniza trocas de experiências entre os indivíduos, dando dinamismo à atividade. Incorpora a mediação oral da literatura exigindo do mediador a proximidade com o leitor ouvinte de textos literários, por meio da *voz viva* ou da *voz mediatizada*". (BORTOLIN, 2010, p. 206).

Desta forma, e considerando a potencialidades da mediação enquanto estratégia inclusiva, recomenda-se seu uso na realização de trabalho educativo-cultural realizado pelo bibliotecário. Como mediador, o profissional pode se valer de recursos literários e africanos e/ou afro-brasileiros, contribuindo para a melhoria nos processos de ensino-aprendizagem. Reforça-se que a atuação do bibliotecário enquanto mediador da cultura e da informação, deva ir além das competências tradicionais de cunho tecnicista de repasse de conteúdo, e velar sobretudo pela conscientização do discente acerca da realidade histórica e social que o rodeia. Certamente que na travessia do despertar crítico do discente é posto à tarefa mediadora, o desafio de enfrentar as imposições literárias de orientação eurocêntrica

impregnadas no acervo literário e que nos coloca a falsa ideia da existência de uma única cultura reconhecida como legítima. Trata-se de combater a naturalização dos estereótipos que a cultura hegemônica constrói as outras diversas culturas, sobretudo dos negros e negras, públicos da biblioteca.

Cabe ao bibliotecário escolar a expertise e o engajamento político para propiciar outras visões que alterem o *status quo* da biblioteca. Sugere-se para tanto, a oferta de livros que retratem a diversidade racial e cultural, publicizando culturas até então excluídas do currículo escolar e consideradas desviantes daquelas de origem eurocêntrica.

No bojo da atividade de mediação algumas competências são essenciais para o alcance das ações culturais, tais como:

- ✓ Ter conhecimento do tema proposto para a apresentação e mediação da cultura, por meio da educação continuada;
- ✓ Atender ao cumprimento da Lei Federal 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico raciais;
- ✓ Ser equânime, possibilitando ao usuário criar suas próprias conclusões e expectativas durante o processo da atividade;
- ✓ Ter domínio das habilidades tecnológicas para a realização de distintas atividades, como pesquisas na web; preparação de planilhas; edição de imagens; divulgação de eventos em redes sociais;
- ✓ Ser proativo na execução de novas tarefas.
- ✓ Saber lidar com imprevistos de maneira positiva, buscando soluções criativas;
- ✓ Buscar colaboração com o corpo docente e discente, além de manter contato de profissionais de outras áreas, interessados nos projetos culturais para possíveis parcerias;
- ✓ Ter auxílio dos funcionários do setor da biblioteca na elaboração da atividade cultural.

É preciso destacar que, durante o planejamento da ação, o profissional necessita de recursos materiais para elaboração da ação cultural, sem o qual pode limitar ou travar a continuidade das atividades, e a realização dessas ações

pedagógicas culturais. Necessitam de uma estrutura básica, incluindo espaço para participantes, computadores com acesso à Internet, Datashow e caixas de som.

O bibliotecário, na missão de implementar a Lei Federal nº 10.639/2003., e criar uma política de coleções em parceria com a comunidade e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (RIBEIRO, 2018, p. 268) deve na ação cultural:

- ✓ Atender os objetivos da instituição mantenedora bem como ao projeto pedagógico Escolar.
- ✓ Servir aos interesses da sua comunidade, prezando pelas experiências a visão de mundo de todas as culturas que permeiam a identidade cultural do país, como a africana e/ou afro-brasileira que tem sido marginalizada sistematicamente na história do nosso país.
- ✓ Conhecer a realidade dos usuários da biblioteca escolar, mediante a aplicação de entrevistas ou questionários.
- ✓ Promover a divulgação e Marketing (e-mails, panfletos, Whatsap, anúncios e lembretes) visando atingir a comunidade escolar.
- ✓ Estar alinhada à lei Federal 10.639/2003, ao currículo escolar e programas de leitura para a garantia da preservação do patrimônio cultural.
- ✓ Providenciar a participação do corpo discente e docente na fase de elaboração da ação cultural.

A Lei federal nº 10.639 de 2003 também ressalta que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira quanto à atuação comprometida dos profissionais nas escolas no sentido de oportunizar práticas pedagógicas e culturais que elucidem a visão estereotipada que se naturalizou no imaginário coletivo brasileiro acerca do negro e da cultura de matriz africana

Incluímos nesta análise a intervenção do bibliotecário e seu potencial, conforme espera a lei, de se apropriar dos recursos discursivos africanos, como as tradições orais, para o melhor aproveitamento da ação pedagógica-cultural. Dessa forma, ao destacar a Mediação Oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira como recursos fundamentais para ação cultural, reportamos à figura do *Griot*, para auxiliar

no trabalho do bibliotecário. Visto como guardião da palavra, mestre Griot referencia a oralidade para preservar e disseminar a educação, a história do povo africano.

Imbuído pelo ensinamento Griot, sugere-se que o bibliotecário realize as atividades de narração literária que podem ser enquadradas na mediação oral da literatura, a saber : narrativas orais de textos diversificados, colagens poéticas, rodas de leitura, clubes de leitura, leituras públicas de textos, saraus literários, bate papo com escritores (lives), oficinas de produção e leitura de textos, festivais de música, de filmes, entrevistas, realização de encontros com repentistas e cordelistas, cantorias, etc.

No decorrer das ações de mediação literária, indica-se o acompanhamento das atividades para que possa avaliar o entendimento do leitor acerca dos significados da história, correlacionando-a com suas experiências.

Recomenda-se, ademais, avaliações sistemáticas com discentes, mediante atividades que estimulem as composições próprias, observando-se a sua compreensão quanto aos conteúdos partilhados acerca da identidade cultural africana/ afro-brasileira.

Por fim, e não menos importante, sugere-se a discussão com os colaboradores das etapas dos projetos, a saber:

- ✓ Tema: que pode ser discutido a partir de algum elemento norteador;
- ✓ Tipo de ação cultural: a ação aplicada propriamente dita de acordo com as intenções e objetivos da instituição;
- ✓ Objetivos do projeto: de acordo com o currículo estipulado no Projeto Pedagógico;
- ✓ Duração da Ação Cultural: demandas de atividades de acordo com o Calendário escolar;
- ✓ Público alvo: Discentes;
- ✓ Colaboradores: Corpo docente, auxiliares de biblioteca, Assistentes - administrativo;
- ✓ Avaliação.

No quadro abaixo será apresentado o modelo de ações culturais para a valorização da cultura negra direcionados para a atuação bibliotecária e servidores das bibliotecas do IFRJ - Campus São Gonçalo.

Quadro 12 - Proposta de Ações Culturais voltadas para a Valorização da Cultura Negra na Biblioteca Escolar

Tipo de Ação Cultural	Título	Descrição	Recursos Humanos	Recursos Materiais/ tecnológicos	Abordagem	Objetivo
Oficinas	"Poesias africanas"	Realizar Contações de Histórias por meio da Poesia de autores por meio de Lives	Bibliotecários -Auxiliares de Biblioteca -Docentes -Discentes	-Livros de Poesias - Literatura Afro-Brasileira -Caixa de som -Caderno -Caneta	Mediação Literária Narração Individual ou Coletiva	Disseminar a História, memória e cultura da África a fim de resgatar uma imagem positiva da cultura africana de forma poética.
Palestra	"Conversas Negras"	Convidar autores de livros, pesquisadores e artistas negros em geral para participar de bate-papo sobre histórias da África e do negro no Brasil, envolvendo os usuários da biblioteca e demais interessados	-Autores negros - Bibliotecários -Comunidade Escolar	-Exibição de Imagem e Áudio - Redes de Computadores – Laboratórios de Informática - Internet	Narração Individual Narração do Mediador	Promover as produções intelectuais de autores afro-brasileiros e Literatura afro-brasileira, permitindo a o conhecimento a ancestralidade e valorização da cultura negra a todo o corpo estudantil, incluindo alunos negros e não negros.
Evento	Afro narrativas em Canto	Apresentar através das produções das Narrativas musicais suas experiências vivenciadas	-Bibliotecário -Artista Discente Auxiliares de Biblioteca - Discentes	-Caixa de Som -Microfone Audição Musical -Cadeiras -Papel - Caneta	Narração Individual e coletiva Audição musical;	Promover a Representatividade negra através de expressões artísticas musicais.

A primeira ação cultural do quadro acima é intitulada “Semana de Poesias” e propõe realizar na biblioteca escolar centrada nas poesias africanas. A atividade está prevista para acontecer no período de uma semana a cada trimestre nas aulas da disciplina de Literatura. O bibliotecário buscará a parceria com o/a professor/a que ministra a disciplina de Literatura com encontros prévios para preparar a apresentação de poesias durante as aulas. Sugere-se, após esta etapa, que os alunos desenvolvam uma composição de poesia ou provérbios sobre algum elemento da cultura africana. Essa ação prima pela oralidade entendido como principal recurso de comunicação da cultura africana, transmitindo valores e culturas pelos nossos ancestrais.

A segunda ação cultural, denominada “Conversas negras”, é uma palestra no formato online (*lives*) com autores de livros, pesquisadores e artistas negros em geral. O bibliotecário atua como mediador do debate entre o palestrante e os participantes, promovendo perguntas, sempre estimulando a expressão, o ponto de vista dos discentes. Ao final, teria o papel de trazer as considerações sobre o assunto abordado. Sugere-se que a ação seja realizada semestralmente. Por último, a terceira ação cultural é intitulada “Afro Narrativas em canto”, com a apresentação de gêneros musicais. O intuito é promover performances musicais (Rap e Hip Hop) que expressam as experiências vividas pelo povo negro da periferia. Por se tratar de uma apresentação musical, sugere-se espaços maiores da instituição para que consiga comportar um maior número de participantes. O bibliotecário introduziria o evento para a plateia de alunos que teriam de desenvolver por meio da escrita, pontos das músicas que se coadunam com algum fato da sua vida. Essa atividade tem o intuito de fazer com que o sujeito se identifique com a cultura afro-brasileira a partir das produções musicais. Como sugestão de datas, consideramos aquelas que dizem respeito a crítica e conscientização negras, as datas de 13 de maio e 20 de novembro.

Por fim, acreditamos que as essas propostas para a valorização da cultura negra em bibliotecas escolares devem:

- ✓ Difundir programas e ações de incentivo à inclusão e ampliação da participação de autores e produtores negros junto ao mercado editorial, com o intuito de

divulgar, valorizar e apoiar a cultura dos afro-brasileiros, na forma de livro, seja impresso ou digital;

- ✓ Enfatizar a constituição de acervos diversificados e coleções com conteúdo que valorize a cultura negra e afro-brasileira;
- ✓ Promover ações educativas de multiculturalismo e educação de minorias na biblioteca pública, seja para os funcionários da biblioteca, seja para os usuários;
- ✓ Estimular a promoção de ações culturais com o propósito de disseminar a cultura e discutir com os principais atores locais as ações e programas realizados para a promoção cultural deste grupo social.

Espera-se, portanto, que os bibliotecários utilizem essas propostas, adaptando-as de acordo com a realidade da comunidade escolar onde estão inseridos. Acreditamos que tais recomendações possam promover experiências positivas por meio de ações culturais participativas. Mais do que isso, acreditamos que possa contribuir no processo de conscientização e o respeito às identidades culturais de cada cidadão e cidadã brasileiros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os desafios enfrentados para a concepção desta pesquisa, tais como a minha mudança de cidade do Rio de Janeiro para o estado de Espírito Santo, além das consequências da Pandemia covid-19. O presente estudo sofreu uma reformulação de escopo teórico desde a sua aprovação como pré-projeto para o programa de mestrado profissional da UNIRIO, perpassando pela qualificação até a sua delimitação final para o fechamento do ciclo na defesa de mestrado. A proposta de pesquisa inicial foi se reorganizando através das novas contribuições apresentadas nas disciplinas do mestrado, sugestões da banca no processo de qualificação até redirecionar para a modelagem atual do estudo considerado um conteúdo contemporâneo e de bastante relevância para o campo da biblioteconomia. Entende-se que esta discussão seja pertinente para o campo profissional da Biblioteconomia, uma vez que irá contribuir para a categoria profissional o debate sobre o racismo bem como para aqueles e aquelas que trabalham com a gestão e a mediação da informação no âmbito da diversidade.

A presente pesquisa mobilizou diferentes debates teóricos sobre ação cultural como uma nova práxis de atividades em ambientes informacionais, e da imprescindibilidade de contemplar temáticas que perpassam diferentes áreas, sobretudo aquelas encabeçadas pelos movimentos negros. Escolhemos o espaço das bibliotecas escolares para reflexão sobre suas possibilidades de ação cultural, por sua natureza e tarefa de compartilhar conhecimentos e informações.

O aporte teórico demonstra como as dinâmicas raciais e sociais brasileiras, apoiadas no mito da Democracia Racial e ideologia do embranquecimento, serviram para criar assujeitamentos e controle social dos povos como não humanos e destituídos de dignidade. Ao mesmo tempo estabeleceram desigualdades socioeconômicas e culturais entre brancos e negros, e a manutenção de privilégios dos primeiros em detrimento da exclusão dos segundos. Viu-se que as bibliotecas são afetadas por essas dinâmicas e corroboram para o estado socialmente desigual instaurado na sociedade brasileira.

O estudo ressalta a da Lei Federal nº 10.639 de 2003, como um instrumento de reconstituição da memória e da práxis afro-brasileiras, garantidor da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Todavia, a

existência da lei não tem sido suficiente para a implementação, requerendo uma atuação crítica e, porque não dizer, militante da comunidade escolar. Neste percurso, é possível analisar a incorporação de experiências dos profissionais da informação através de desenvolvimentos de coleções (processos de classificação e seleção) que se presume o acesso aos culturais. A existência de materiais diversificados nas bibliotecas escolares incita um novo ensino ao passo que ratifica a importância da atuação bibliotecária.

As bibliografias sobre ações culturais e sobre a temática étnico-racial no escopo da biblioteconomia foram fundamentais para a constituição do estado da arte do campo discutido. A análise do resultado da pesquisa sobre estudos da área étnico-racial nas bases de dados já expostas, permitiu constatar que o tema proposto tem sido explorado timidamente, como poucos trabalhos relevantes recuperados. Os Estudos que focam na difusão da cultura de matriz africana por meio da Literatura são ainda incipientes, tendo em vista raras produções. Um aspecto considerável do que foi observado diz respeito aos autores que priorizaram disseminação de novo olhar sobre as bibliotecas, com atenção aos serviços voltados às comunidades multiculturais.

Ainda assim, as análises apontaram estudos mais especializados e complexos sobre a temática racial no período estipulado, com ausência de teses de doutorados. Em contrapartida, a maioria dos trabalhos existentes são provenientes de artigos acadêmicos. Notou-se, entretanto, esforços tímidos de aprofundar na temática, como em algumas dissertações de mestrado que resgataram o objeto de pesquisa proposto. A escassez de produções direcionada especificamente a biblioteca pública ou escolar também foi percebida na verificação dos descritores, presume-se que a falta de pesquisas relacionadas à implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 na biblioteca escolar pode estar relacionada a formação incipiente do bibliotecário escolar e a carência de cursos de capacitação profissional na área.

Em relação a atuação dos bibliotecários, entende-se há falta de iniciativa por parte desses profissionais para a construção de um currículo que atue como ferramenta para efetivação de uma educação antirracista. A discussão sobre a construção socio cultural da sociedade brasileira nos permite dizer que a negação ou resistência em abordar tais temáticas estão apoiadas na falsa ideia de uma democracia racial e cultural do embranquecimento que a todo custo fizeram forçar

nossas mentes a acreditar na conscientização da cultura e a memória do povo negro ocorre somente em apenas datas festivas passando ao largo do debate sobre o impacto do racismo na vida daquele e daquelas que sofrem. Também não podemos deixar que a falta de recursos e incentivos por parte das autoridades governamentais para uma gestão bibliotecária eficiente e comprometida acabam por desestimular esses profissionais que anseiam por uma atuação mais crítica e transformadora.

Corroborando com que foi exposto e salientado nas produções de Franciéle Garcês Silva (2019) e Ribeiro (2018), identificou-se que as universidades que oferecem disciplinas sobre as temáticas da Lei nº 10.639/2003 são as minorias. Quando, a maioria tem sido ofertada como optativas ou eletivas, minando a exigência e a força que uma disciplina obrigatória. Assim sendo, as disciplinas acabam sendo ocupadas por alunos negros e pessoas interessadas na temática. Parte-se do princípio de que a universidade tenha a obrigação de implementar a disciplina, contribuindo na tarefa de reduzir os processos de exclusão vivenciados pelos negros. A recomendação a educação continuada com revisões sistemáticas, das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia é urgente para alteração do quadro incipiente na formação e atuação dos bibliotecários. A proposta contemplaria os princípios, competências e habilidades do profissional da área baseados nas Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar, articuladas com a Pedagogia, a Educação Intercultural para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. documento da IFLA "*Multicultural Communities: Guidelines for Library Services*" constitui a referência para essa formação inclusiva e antirracista. Tal empreitada deve levar em conta ação conjunta entre representantes das Instituições Públicas de Ensino Superior que ofertam cursos de Graduação e Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Com isso, busca-se a estruturação das disciplinas obrigatórias que asseguram aos bibliotecários subsídios para uma atuação pedagógico-Cultural adequada à realidade racialmente diversa do país.

Outro aspecto relevante é que os estudos demonstram o valor e o potencial das ações culturais no âmbito das bibliotecas escolares e públicas como um atrativo ao público desses centros informacionais. Assim, por meio destas ações e mediação cultural, a biblioteca funcionará como um ambiente de encontro para troca de informações, lazer, prazer, entretenimento, cultura, discussão e propostas de

resolução dos problemas sociais, deixando de ser apenas um local de consulta para se tornar um espaço dinâmico de convivência. A biblioteca passa a ser um local dialógico, intercultural, sem esquecer dos serviços tecnológicos e tradicionais que oferecem.

Cabe salientar, que com os avanços da informática e tecnologias, novos suportes são obtidos coletivamente e são empregados nas bibliotecas escolares, instituições e centros culturais para impulsionar os processos de produção, difusão informacional e criação cultural. O cenário da covid-19, com a imposição do isolamento social e trabalho *home office*, muitas instituições tiveram que se adaptar e recorrer a tecnologias de informação para continuação dos trabalhos e, com a biblioteca, não seria diferente. A introdução das mídias sociais, nesses espaços, fez com que os indivíduos pudessem compartilhar informações e estabelecer interações de forma colaborativa e, assim, garantir a produção de conhecimento de maneira contínua e dinâmica. Diante disto, é necessário que o bibliotecário tenha uma visão crítica em relação aos riscos e impactos da mídia, com intuito de promover a democratização informacional e proporcionar a toda comunidade capacidades para usufruírem com igualdade e autonomia os recursos oferecidos pela biblioteca.

Portanto, as apropriações tecnológicas são uma realidade cada vez mais tangível dentro das bibliotecas. Partindo desse entendimento, mobilizamos as ideias de Lankes (2011), na obra intitulada “Nova Biblioteconomia” que analisa os desafios contemporâneos da Biblioteconomia em relação à atuação bibliotecária como facilitadora do processo de construção do conhecimento para o desenvolvimento das sociedades.

Retomamos a pergunta realizada nos relatos iniciais deste trabalho: por que ainda existem barreiras para a promoção de uma educação antirracista no Brasil? A análises não deixam de evidenciar a persistência do racismo estrutural, a fragilidade política públicas para o seu enfrentamento no espaço escolar tem sido um dos principais entraves para implementação de uma educação antirracista brasileira. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de trazer as lutas históricas capitaneadas pelo movimento negro nas últimas décadas que fomentaram políticas e ações para construção da sociedade antirracista, como a Lei de Cotas e a própria Lei nº 10.639/2003. É preciso ousadia e resistência para que o ativismo negro continue na defesa da cidadania e valorização da cultura diante de uma sociedade que ainda crê

na inexistência do racismo. Os currículos escolares devem ser igualmente revisados, no decurso da construção do sistema educacional brasileiro, a seleção e representação do conteúdo escolar foi planejada numa visão eurocêntrica, priorizando a população branca em detrimento de outras raças e culturas. Com isso, os negros, que compõem grande parte da população, não se veem representados no que é ensinado. Embora a Lei Federal nº 10.639/2003 seja uma conquista relevante na adoção de uma perspectiva democrática e diversificada, uma simples abordagem de conteúdo não é suficiente.

Neste caso, estabelecer avaliações que insiram representação, racismo, diversidade e outros temas em debates alinhados a disciplinas historicamente excluídas são fundamentais. Não obstante, a Lei Federal nº 10.639 tenha avançado no debate sobre o racismo e na valorização da diversidade cultural, ainda temos entraves, principalmente nas redes públicas. Além da falta de livros didáticos adequados ao tema, problemas com a formação de professores agravam as dificuldades enfrentadas. Em muitos casos, a formação curricular da universidade também tem uma visão eurocêntrica, pois é construída a partir de pesquisadores brancos, já que a presença de outras raças no cenário acadêmico é muito pequena.

Portanto, os gestores escolares devem desenvolver ações que qualifiquem os professores em conjunto com os bibliotecários visando explorar os temas da Lei 10.639, e enfrentar as situações de racismo presentes no ambiente escolar.

Aos bibliotecários, a utilização de estratégias que viabilizem o conhecimento da cultura negra nas unidades informacionais tem que fazer parte do seu cotidiano profissional. Um dos recursos seria a publicização do protagonismo das obras de autores negros com destaque às escritoras negras, como Marina Firmino dos Reis e Carolina Maria de Jesus, e os autores contemporâneos Silvio Almeida, Djamila Ribeiro e Angela Davis, além de autores bibliotecários negros, como Francilene Cardoso, Elisângela Gomes, Cidinha da Silva. Esses intérpretes, por meio das suas obras, remetem às comunidades vulneráveis e excluídas de forma a refletir questões étnicas e raciais. Objetivam, mais do que a análise, devolver às populações negras, o poder crítico, a voz, a resistência, a virtualidade e a sua subjetividade.

No atual cenário de fortalecimento de movimentos antirracistas no mundo, os profissionais da educação precisam olhar para o futuro e mudar as suas práticas educacionais para potencializar as práticas sociais dos estudantes. escutar a periferia,

onde se encontra a maioria da população negra marginalizada, conhecer os seus costumes e demandas torna-se um primeiro passo para construção instrumentos correntes de disseminação da memória negra. Dentre esses recursos estão a utilização de ações culturais por meio de lives virtuais, saraus, palestras, contos, teatros entre outros. Portanto, os espaços educativos, em especial os agentes da informação, precisam ratificar a importância dos ancestrais dessa população negra, atraindo seus usuários para o seio da biblioteca de forma que estes sintam representados e acolhidos nesses espaços informacionais. Mais uma vez ensejam a aplicação de ações culturais tanto por meio tradicional como os novos recursos tecnológicos para quebrar estereótipos advindos de um sistema hegemônico e eurocêntrico e construtores de uma identidade negativa da população negra.

Por fim, por meio dos resultados desta pesquisa, um documento (capítulo 6), produto deste mestrado profissional. Intitulado “Proposta de diretrizes para a construção da identidade negra na Biblioteca Escolar – Campus São Gonçalo”, o documento pretende colaborar para a elaboração de planos de atuação ao corpo de bibliotecários que atuam nas bibliotecas escolares voltadas para a esse tipo de equipamento cultural.

Almeja-se que essas diretrizes sejam analisadas e adotadas nas redes federais de bibliotecas escolares, sendo uma ferramenta para a implementação efetiva da Lei nº 10.639 de janeiro de 2003, fomentadora da inclusão da temática afro-brasileira nas redes educacionais de ensino.

Espera-se que esta pesquisa possa auxiliar na visibilidade da temática e na práxis dos profissionais nos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Pretende-se, ademais, contribuir para o debate acerca da valorização da cultura de grupos historicamente excluídos, agregando à luta contra o racismo e a discriminação étnico-racial no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 31-38, 1987. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/08/pdf_bf26644cf9_0018444.pdf. 20 jan. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Vitória Gomes; TARGINO, Maria das Graças. Políticas culturais e bibliotecas do Cariri cearense. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 244-266, 2018. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245241.244-266>.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura 2007. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2007, Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL, 2007. Disponível em: http://eprints.rclis.org/13269/1/MEDIA%C3%87%C3%83O_DA_INFORMA%C3%87%C3%83O_E_DA_LEITURA.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A biblioteca multinível no IFPB Campus Sousa: conceito, descrição e finalidade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 520-537, 2018. DOI: 10.5433/1981-8920.2018v23n2p520.

ALVES, Daniel Tadeu. A relação estrutural entre capitalismo e racismo. *In*: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 16, 2018, Espírito Santo. **Anais [...]**. Espírito Santo: UFES, 2018.

ALVES, Jessika Palmeira. **Perspectivas dos recursos educacionais abertos para o campo biblioteconômico-informacional**: produção de um curso básico. 2020. 78 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AMARAL, Kauana Rodrigues. **Proposta de ação cultural para as bibliotecas escolares**: um estudo a partir da visão das profissionais que atuam nas bibliotecas da rede estadual de ensino do município do Rio Grande, RS. 2013. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

ARE, JulioTumbi. Nossa voz que ecoa. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal Preta Rara. 2018. Youtube, 4 jan. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Pv0RTnsJak>. Acesso em: 4 jan. 2018.

AZEVEDO, Kelly Rita; OGÉCIME, Mardochée. O papel do bibliotecário como mediador da informação na busca pelo letramento informacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v18i0.8654473>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARI, Valéria Aparecida; BISPO, Isis Carolina Garcia; SANTOS, Melânia Lima. A biblioteca escolar como espaço de lazer cultural e formação do leitor. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 5, n. esp., p. 58-65, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/114067>. Acesso em: 09 fev. 2021.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Os agregados de informação: memórias, esquecimento e estoques de informação. **DataGramZero**, v. 1, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/789>. Acesso em: 24 jun. 2017.

BBC. Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. **BBC News Brasil**, 27 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joe-lhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral literária**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada 45 até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Senado Federal. Negros representam 56% da população brasileira, mas representatividade em cargos de decisão é baixa. **Senado Notícias**, 11 ago. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/08/negros-representam-56-da-populacao-brasileira-mas-representatividade-em-cargos-de-decisao-e-baixa>. Acesso em: 20 maio 2021.

BROWN, Brené. **A coragem de ser imperfeito**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. *In*: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45.

BUJATO, Isabela Ariane; SOUZA, EloisioMoulin de. O contexto universitário enquanto mundo do trabalho segundo docentes negros: diferentes expressões de racismo e como elas acontecem. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 210-237, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.282.95038>.

CABRAL, Ana Maria Rezende. **Ação cultural bibliotecária: aspectos revelados pela prática**. 1989. 166 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

CAMPELLO, Bernadete. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2003.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra**. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CASTRO, Eudócia de Fátima de. **A contribuição da lei 10.639/03 na formação continuada dos educadores para uma educação anti-racista**. 2015. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

COELHO, Henrique; EUDES JÚNIOR; PEIXOTO, Guilherme. Menino de 14 anos morre durante operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, RJ. **G1 Rio**, 19 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-e-baleado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

COELHO, Teixeira. **A cultura como experiência**. São Paulo: Edusp, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, jan. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

CURVO, Luiz Felipe Sousa. A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial. **Revista Bibliomar**, v. 20, n. 1, p. 106-130, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18764/2526-6160v20n1.2021.5>.

DATAPEDIA. Datapedia em São Gonçalo - RJ. **Nível de instrução**. 2022a. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/5478/rj/sao-goncalo#nivel-instrucao>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DATAPEDIA. Datapedia em São Gonçalo - RJ. **Ensino superior**. 2022b. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/5478/rj/sao-goncalo#ensino-superior>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DUDZIAK, E. A. **A informationliteracy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>. Acesso em: 12 nov. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Jessica Oliveira. A representação do negro na literatura infantil brasileira. **Periferia**, v. 10, n. 1, p. 17-32, 2018. DOI: 10.12957/periferia.2018.27988.

FERREIRA, Graciele dos Santos. **A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FLUSSER, Victor. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 230-236, set. 1982.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.

FOLHA DE SÃO PAULO. João Alberto: espancamento homicida ergue símbolo contra o descaso no Dia da Consciência Negra. **Folha de São Paulo**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/11/joao-alberto.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: vozes, 1977.

FURTADO, Cassia. Biblioteca escolar e interculturalidade. **Biblio**, 11 mar. 2013. Disponível em: <https://biblio.info/biblioteca-escolar-e-interculturalidade/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GERLIN, MeriNadia Marques; BARCELLOS, Wellington. O bibliotecário como agente cultural: experiência vivida na Biblioteca Pública Argentina Lopes Tristão de Domingos Martins (ES). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 22, n. 1, p. 118-135, 2017.

GERLIN, MeriNadia Marques; FRAGA, Aline Nunes; ROSEMBERG, Dulcinea Sarmiento. A biblioteca pública na sociedade multicultural. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. [S. l.]: FEBAB, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1272/1273>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Andressa Michelly dos Santos; DANTAS, Jadna Noronha de Lima. Música e teatro: estratégias de dinamização de atividades em bibliotecas. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 190-205, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18764/2526-6160v20n1.2021.9>.

GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p. 151-163, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBP AE**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971>.

GONDAR, Jô. Leituras psicanalíticas sobre o racismo a partir de “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PSICANÁLISE, DIREITO E LITERATURA, 6., 2017, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Ami Comunicação & Design, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OUdzkG5fw>. Acesso em: 16 out. 2017.

GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguem Angel de (org.). **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade** Porto Alegre: DP&A, 2006.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. Tradução da Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal. 2. ed. rev. Haia: IFLA, 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Multicultural communities**: guidelines for library services. 3. ed. Haia: IFLA, 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. Tradução de Neusa Dias de Macedo e Helena Gomes de Oliveira. São Paulo: IFLA, 2005. Disponível em: https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt_BR.pdf. Acesso em: 4 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **São Gonçalo**: panorama. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=30983&t=sobre>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. **IBGE**, 2018. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem.html#:~:text=Em%202018%2C%20eram%20quase%206,de%20cor%20preta%20ou%20parda>. Acesso em: 15 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ. Campus São Gonçalo. **IFRJ**, [2021]. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/sao-goncalo>. Acesso em: 18 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. **Atlas da violência 2019**. Brasília: IPEA: FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/50/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 10 ago. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. **Atlas da violência 2018**. Brasília: IPEA: FBSP, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/49/atlas-da-violencia-2018>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LANKES, R. David. **The atlas of new librarianship**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2013. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

LIMA, Celly de Brito; PERROTTI, Edmir. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 161-180, 2016. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28319>. Acesso em: 30 ago. 2017.

LIMA, Graziela dos Santos; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Educação e diversidade cultural: a Lei Federal 10.639/03 e os acervos de bibliotecas escolares do município de São José - SC. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 317-332.

LIMA, Graziela dos Santos; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COSTA, Amabile. Ação cultural na biblioteca escolar: proposta de ação cultural referente à cultura africana e afro-brasileira. *In*: SEMINÁRIO DA EDUCAÇÃO, RELAÇÕES RACIAIS E MULTICULTURALISMO, 2016, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UDESC, 2016.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia social do preconceito e do racismo**. São Paulo: Blucher, 2020.

LIMA, Mônica. **Enfrentando os desafios**: a história da África e dos africanos no Brasil na nossa sala de aula. [2004?]. Disponível em: http://www.forumeja.org.br/er/files/Programa%201_3.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

LISBOA, Ana Paula; OLIVEIRA, Isabela; SOUZA, Talita. Pretos no topo: desemprego recorde entre negros é resultado de racismo. **Correio Braziliense**, 21 mar. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/03/4913182-pretos-no-topo-desemprego-recorde-entre-negros-e-resultado-de-racismo.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LOPES, Nei. **Rio negro, 50**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MACHADO, Hilka Vier. A Identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 7, n. esp., 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552003000500004>.

MANGUEL, Alberto. **ABiblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTELETO, Regina; COUZINET, Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 7, n. 2, p. 1-16, 2013. Disponível em:

<https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/450>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MARTINS, Ana Carolina de Melo; ROCHA, Tânia Regina da. Três esferas: proposta para planejamento de ações culturais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017.

MARTINS, Ana Carolina de Melo; UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. Três esferas: proposta para planejamento de ações culturais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB*, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos [...]**. Marília, UNESP, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/235/1221. 13 mar. 2021.

MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. **Multiculturalismo em ciência da informação**: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

MENA, Fernanda. Entre casos identificados, covid-19 se mostra mais mortífera entre negros no Brasil, apontam dados: pretos e pardos são 1 em cada 4 hospitalizados por Covid-19, mas 1 em cada 3 mortos. **Folha de São Paulo**, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-da-saude.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MILANESI, Luis. **A casa da Invenção**: centros de culturas: um perfil. São Paulo: Siciliano, 1991.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 30., 2007, Caxambu, MG. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPED, 2007.

MOUTINHO, Sonia Oliveira Matos. **Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI - Campus de Teresina**. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, DF: MEC: Secad, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Record, 2001.

NUNES, Martha Suzana Cabral; SANTOS, Flaviana de Oliveira. Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 3-28, 2020.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; LINS, Monica Regina Ferreira. Eu e o outro: professor como arteção da interculturalidade. In: MIRANDA, Claudia *et al.* **Relações étnico-raciais na escola**: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a lei n. 10639. Rio de Janeiro: Quarte: Faperj, 2012.

OLIVEIRA, Luiza M. P. Ação cultural na biblioteca universitária: a experiência da biblioteca central da UFPE. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...].Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales. Memória Individual e Memória Coletiva. **Revista Científica Multidisciplinar**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 13, p. 339-348, 2017.

PANTA, M.; PALLISSER, N. Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. *Revista Espaço Acadêmico* n. 195, 2017.

PEREIRA, Fernanda Estanislau Alves; FREITAS, Raquel Coelho de. A discriminação enquanto elemento definidor da minoria negra em território brasileiro. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 57-70, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>. Acesso em: 10 fev. 2011.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA - PNP. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 20 dez. 2021.

QUÍLEZ SIMÓN, Pedro. La formación básica del gestor cultural en las bibliotecas públicas: conocimientos y competencias. *In*: HERNÁNDEZ, José Antonio Gómez; QUÍLEZ SIMÓN, Pedro (coord.). **La biblioteca, espacio de cultura y participación**. Madrid: Anabad; Murcia: Consejería de Cultura, Juventud y Deportes, 2008.

QUINTELA, P. Estratégias de mediação cultural: inovação e experimentação no Serviço Educativo da Casa da Música. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 94, p. 63-85, set., 2011.

QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. Mito da democracia racial: a relação entre imaginário e a aceitação das cotas raciais como política pública no Brasil, a partir de posts no site UOL. **Comunicologia - Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 268-293, 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5649>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Mediação cultural e bibliotecas: perspectivas conceituais na Ciência da Informação no Brasil. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 01-13, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p1>. Acesso em: 27 maio 2019.

RENDERS, Helmut. Racismo estrutural como pecado social ou estrutural: aproximações conceituais. **Revista Caminhando**, São Bernardo do Campo, v. 25, n. 3, p. 115-139, set./dez. 2020.

RIBEIRO, Daviane da Silva. **Africanidades nas escolas**: a atuação do bibliotecário em prol da legitimidade cultural. 2018. 344 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, Djamile. A luta da Djamile Ribeiro. **Revista Trip**, São Paulo, mar. 2015. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/a-luta-de-djamila-ribeiro>. Acesso em: 20 dez. 2021.

RODRIGUES, Cesar. **Racismo, preconceito, discriminação e bullying na escola**. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo Canal César Rodrigues. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7-2gy499hKw>. Acesso em: 10 out. 2021.

ROMÃO, Jeruse (org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ROSAS, Magela; BORGES, Florência Valentina Silva; ALVES, Simone Silva. Educar e combater o silêncio: o que é racismo estrutural? *In*: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIPAMPA, 10., 2018, Santana do Livramento. **Anais eletrônicos** [...]. [S. l.]: UNIPAMPA, 2018. v. 10, n. 2. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/17237/seer_17237.pdf. Acesso em: 13 fev. 2022.

SALA, Fabiana; MILITÃO, Silvio César Nunes. Biblioteca escolar e formação docente: o trabalho colaborativo entre bibliotecários e professores. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUC, 2017. Disponível em: <https://educere.pucpr.br/p1/anais.html?tipo=&titulo=&edicao=6&autor=fabiana+sala&area=>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

SALDANHA, Gustavo Silva; PEREIRA, Rachel de Melo Vellozo. Das políticas do prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 05-28, mar./ago. 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/52252>. Acesso: 23 abr. 2018.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira. Mediação da informação no fazer bibliotecário em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323/45994>. Acesso em: 3 maio. 2015.

SANTA ANNA, Jorge. A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais. **RDBCI: Revista Digital de**

Biblioteconomia & Ciência da Informação, Campinas, v. 15, n. 1, p. 82-98, 2017. DOI: 10.20396/rdbci.v15i1.8641700.

SANTA ANNA, Jorge. A redefinição da biblioteca no século XXI: de ambientes informacionais a espaços de convivência. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 232-246, maio/ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v14i2.8641701>.

SANTOS, Josiel Machado. Ação cultural em bibliotecas públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-189, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2481>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Claudia Emídio da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. História e Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a Lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2014.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUZA, Mário Luiz de. Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 202-211, 2022.

SOUZA, Mônica Lima e. A África na sala de aula. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, p. 84-87, fev. 2004.

TARGINO, Maria da Graça. Mediação cultural e da leitura como estratégia de inclusão social: bibliotecas comunitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-17, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141204>. Acesso em: 24 jun. 2022.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. A formação política do/a bibliotecário/a no campo das relações raciais. In: SPUDEIT, Daniela *et al.* (org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 285-290.